This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

+ *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
+ *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
+ *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
+ *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at `http://books.google.com/`

600016986-

28.

VIDA E VIAGENS

DE

FERNÃO DE MAGALHÃES

POR

DIEGO DE BARROS ARANA

TRADUCÇÃO DO HESPANHOL

DE

FERNANDO DE MAGALHÃES VILLAS-BOAS

BACHAREL FORMADO EM MATHEMATICA PELA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CORONEL DO CORPO DO ESTADO MAIOR
SECRETARIO DA ESCOLA POLYTECHNICA
ETC., ETC., ETC.

COM UM APPENDICE ORIGINAL

LISBOA
TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS
1881

VIDA E VIAGENS

DE

FERNÃO DE MAGALHÃES

VIDA E VIAGENS

DE

FERNÃO DE MAGALHÃES

POR

DIEGO DE BARROS ARANA

TRADUCÇÃO DO HESPANHOL

DE

FERNANDO DE MAGALHÃES VILLAS-BOAS

BACHAREL FORMADO EM MATHEMATICA PELA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CORONEL DO CORPO DO ESTADO MAIOR
SECRETARIO DA ESCOLA POLYTECHNICA
ETC., ETC., ETC.

COM UM APPENDICE ORIGINAL

Magallanes, señor, fué el primer hombre
Que abriendo este camino le dió nombre.
ERCILLA, ARAUCANA, *Canto I, estrophe 8.*

BIBLIOTHECA BODLEIANA

LISBOA
TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS
1881

203. 1. 22.

ADVERTENCIA PRELIMINAR DO AUCTOR

Ainda quando a viagem emprehendida por Magalhães não tivesse produzido senão o reconhecimento da extremidade meridional do continente americano, o descobrimento do Estreito a que a posteridade deu o nome do celebre viajante, e a navegação de mares desconhecidos, só por isso devera ella ser considerada como uma das mais notaveis empresas levadas a cabo n'aquelle seculo de atrevidas explorações. Esta viagem, porém, assignala além d'isso um dos mais solidos progressos que nunca a geographia houvera feito.

A esquadrilha de Magalhães, depois de tres annos de navegações e desgraças, que a reduziram a um uuico navio, tinha dado a primeira volta ao mundo. A redondeza da terra, que alguns sabios haviam adivinhadô, ficou sendo desde então um facto provado pela experiencia. A geographia rompeu os laços que a traziam ligada ás preoccupações do vulgo, e pôde desenvolver-se livremente para chegar ao estado em que hoje a vemos.

A importancia d'esta viagem foi reconhecida pelos contem-

poraneos de Magalhães. O celebre collector das relações de viajantes, João Baptista Ramusio, quando publicou no primeiro tomo da sua collecção, a traducção italiana da historia da viagem de Magalhães, escripta por Maximiliano Transilvano, dizia em uma advertencia: «A viagem executada pelos hespanhoes em volta do mundo no espaço de tres annos, é uma das maiores e mais maravilhosas empresas acabadas no nosso seculo, e ainda das que sabemos dos antigos, porque esta excede a todas as conhecidas até agora... e se os grandes philosophos da antiguidade tivessem ouvido referir os acontecimentos e o fim d'esta viagem, ficariam pasmados e fóra de si.» As mesmas apreciações tem sido repetidas posteriormente, talvez com mais elegancia mas sempre com egual admiração e applauso.

«Não ha vida mais terrivel que a de Magalhães, diz Michelet. Tudo é combate, navegações longinquas, fugas e processos, naufragios e assassinio frustrado, emfim a morte entre os barbaros. Peleja em Africa. Peleja na India. Vive entre os malayos tão bravos e tão ferozes. Elle mesmo parece havel-o sido.

«Na sua larga residencia na Asia, recolhe todas as noticias, prepara a sua grande expedição, a sua tentativa de ir pela America ás ilhas Molucas. Tinha a certeza de encontrar a especiaria, buscando-a no seu paiz originario por melhor preço do que o que tinha então, trazendo-a do Occidente da India. A empresa na sua idéa primitiva, foi inteiramente commercial. Um abatimento no preço da pimenta foi a primeira inspiração da mais heroica viagem que nunca se houvera feito n'este planeta.

«O espirito cortezão, a inveja, dominava então em Portugal. Magalhães maltratado, passou á Hespanha, e Carlos v lhe deu magnanimamente cinco navios. Não se atreveu todavia a confiar-se inteiramente no transfuga portuguez: impoz-lhe um associado cas-

telhano. Magalhães partiu entre dois perigos, a malquerença castelhana e a vingança portugueza, que o procurava para o assassinar [1]. Viu a revolução na sua esquadra, e desenvolveu um heroismo terrivel, indomavel e barbaro. Encadeou o associado, e fez-se unico chefe. Mandou apunhalar, degollar, esquartejar os recalcitrantes. No meio de tudo isto, naufragios, navios perdidos. Ninguem queria seguil-o quando se avistou o aspecto aterrador da ponta da America, a desolada Terra de Fogo, e o desolado cabo Forward. Essa comarca arrancada do continente por violentas convulsões, pela furiosa ebullição de mil vulcões, parece uma tormenta de granito. Impolada, refendida por um subito resfriamento, causa horror. São picos agudos, campanarios excentricos, negras telas, dentes atrozes de tres pontas; e toda essa massa de lava, de basalto, lugubremente coberta de neve.

«Isto era de mais para todos. Magalhães, disse: Vamos adiante. Buscou, volveu, desenredou-se de cem ilhas, entrou n'um mar sem limites, Pacifico n'aquelle dia, e que tem conservado até hoje este nome.

«Magalhães pereceu nas Filippinas. Quatro navios desappareceram. O unico que ficou, a *Victoria*, não contava afinal senão treze homens; tinha porém o seu grande piloto, Sebastião o Vasco, que voltou só, tendo sido o primeiro mortal que deu a volta ao mundo.

«Não ha nada mais grandioso que esta viagem. Desde então o globo ficou certo da sua redondeza. Essa maravilha physica da agua uniformemente estendida sobre uma bola, a que adhere sem despegar-se, este milagre estava demonstrado. Estava finalmente reconhecido o Pacifico, esse grande e mysterioso laboratorio, onde,

[1] Vid. o Appendice.

longe da nossa vista, a natureza trabalha profundamente a vida, nos elabora mundos, continentes novos.

«Revelação de immenso alcance, não só material senão tambem moral, que centuplicava a audacia do homem e o lançava em outra viagem sobre o livre oceano das sciencias, no esforço temerario e fecundo de dar a volta ao infinito[1].»

Comtudo, se a posteridade reconheceu a importancia d'esta viagem, bem pouco sabe do homem que a concebeu, e a emprehendeu. Debaixo d'este ponto de vista, Magalhães, foi muito menos feliz do que merece. Ao passo que se tem escripto e publicado centenares de volumes ácerca de viajantes e descobridores de uma importancia muito inferior á sua, não ha d'elle um estudo completo, uma biographia capaz de o dar a conhecer, de revelar o alcance do seu genio, a direcção do seu caracter, os seus antecedentes, a sua vida.

Nas historias geraes tem sido referida a sua viagem com mais ou menos acerto, com mais ou menos extensão; mas a sua pessoa tem sido quasi completamente esquecida.

Conheço apenas tres[2] ensaios biographicos de Fernão de Magalhães[3]. Escreveu o primeiro, o contra-almirante francez Rossel (*Biographie Universelle*, tom. XXVI) com conhecimento das

[1] Michelet, *La mer*, liv. II, pag. 284 e seguintes (Paris, 1861).

[2] Vid. o Appendice.

[3] Não merecem este nome a erudita introducção que Carlos Amoretti poz na sua esmerada reimpressão do *Primo Viaggio attorno il mondo*, escripto por Antonio Pigafetta (Milão, 1800), nem a pequena biographia que acompanha a reproducção d'esta mesma obra nos *Voyageurs anciens et modernes*, de E. Charton (tom. III. pag. 266, Paris, 1855). O *Journal illustré des voyages et des voyageurs* (tom. II, pag. 95, Paris 1955) publicou uma biographia de Magalhães, curiosa pelos erros, juntamente com um retrato de pura phantasia, destinada a preceder uma nova reimpressão do *Viaggio* de Pigafetta.

obras hespanholas que tratam d'esta viagem; o segundo, D. Martim Fernandes de Navarrete á frente do tom. IV da sua importante *Coleccion de los viajes i descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo* XV; o terceiro, foi publicado por Mr. Ferdinand Denis no tom. XXXII da *Nouvelle biographie générale*. Posto que todos possuam certo merecimento, o segundo é sem duvida o mais estimavel e o mais completo. Publicava então Navarrete um volume de documentos relativos a este viajante, e d'elles e de muitos livros colheu os dados sobre que baseou a sua biographia; não tirou, comtudo, de tão rica mina todo o partido que podia para dar a conhecer o celebre navegador. Ha deficiencia de noticias em certas partes, e escassa observação e pouco gosto para reunil-as e agrupal-as, de modo que d'ellas sobresaia o retrato de Magalhães tão completo como nol-o transmittiram os mais auctorisados testemunhos.

Como aquelle celebre viajante foi o primeiro descobridor do territorio chileno, tive que estudar as suas explorações para as dar a conhecer em uma historia geral do Chile em que trabalho ha muitos annos. Nas historias dos descobrimentos e conquistas dos hespanhoes e portuguezes no seculo XVI, encontrei toda a sorte de noticias; quiz porém adiantar as minhas investigações nos documentos e relações que permanecem ineditos, e n'esta tarefa me engolphei durante a minha viagem a Hespanha em 1859 e 1860. Desde logo porém reconheci que o sabio historiographo João Baptista Muñoz, tinha já feito todo o trabalho de investigação no proposito de o aproveitar para a continuação da sua *Historia del nuevo mundo*, da qual deixou publicado apenas um volume. Muñoz tinha esquadrinhado com todo o acerto os archivos de Hespanha e Portugal; tinha copiado os documentos mais importantes e extractado os de menos interesse, e tinha reunido o mais rico

cabedal de noticias que se podia desejar. O proprio Navarrete muito pouco mais fez do que publicar os documentos que Muñoz havia já recopilado na sua valiosa collecção de manuscriptos.

N'esta collecção, que se conserva na rica bibliotheca da Real Academia de Historia de Madrid, na qual tive entrada franca, graças á illustrada liberalidade d'aquella corporação, colhi copiosos dados que escrupulosamente ia apontando e que poucos mezes depois poude augmentar no precioso archivo das Indias depositado em Sevilha. Insensivelmente, as minhas notas excederam os limites que a principio me tinha fixado. Buscando noticias ácerca do descobrimento da extremidade meridional do continente americano, tinha reunido todos os antecedentes necessarios para fazer uma biographia de Magalhães, tão completa quanto m'o permittissem as minhas forças e os documentos que restam d'aquella celebre viagem. Era-me já materialmente impossivel fazer entrar n'uma historia geral do Chile todos as noticias que tinha recolhido. Forçoso me foi por tanto emprehender outro trabalho de diverso genero, um ensaio especial sobre a vida e viagens do famoso descobridor.

Tal foi a origem do presente livro.

CAPITULO I

Nascimento e familia de Fernão de Magalhães.—Embarca para a India.—Expedição á costa oriental da Africa.—Regressa a Portugal.—Magalhães faz a primeira campanha contra Malaca.—Mallograda expedição ás Molucas.—Magalhães regressa a Lisboa.—Faz uma nova campanha em Africa.—Correrias em Azamor.—É ferido com uma lançada.—O rei desattende os seus serviços.—Projectos de futuros descobrimentos.—Rui Faleiro.—Magalhães desnaturalisa-se de Portugal e passa á Hespanha.

Nasceu Fernão de Magalhães na pequena aldeia de Saborosa, provincia de Traz-os-Montes, no reino de Portugal. Faltam os documentos para fixar a data do seu nascimento; póde todavia colligir-se, sem receio de errar muito, que devera verificar-se pelos annos de 1480. De seus progenitores apenas se sabe que seu pae se chamava Pedro[1].

Havia em Portugal cinco graus de nobreza. Parece que a familia de Magalhães pertencia á quarta classe, á dos «fidalgos de cotta de armas e geração que tem insignias de nobreza». A familia tinha um escudo de armas enxequetado, isto é, composto de quadradinhos, como um taboleiro de xadrez. Posteriormente, nos fins do seculo XVII, o rei D. Pedro II deu o titulo de visconde de Fonte Arcada a um dos membros d'esta familia, Pedro Jaques de Magalhães[2].

[1] Veja-se a *Illustração* num. I.

[2] Manuel Severim de Faria, *Noticias de Portugal*, disc. III, pag. 83, 99 e 139, ed. de 1740, addicionada por J. Barbosa.

Os primeiros annos de Fernão de Magalhães estão envoltos na incerteza. Refere-se apenas que passara a sua meninice em Lisboa, empregado no paço, na qualidade de pagem da rainha D. Leonor, e do rei D. Manuel[1]. N'essa posição, os herdeiros dos fidalgos portuguezes, sem deixarem de prestar os seus serviços, recebiam uma educação mui esmerada debaixo da protecção e vigilancia do soberano, que superintendia nos mestres dos seus pagens, e distribuia a estes os premios de que se tornavam merecedores. Ali fez Magalhães os seus primeiros estudos; mas é provavel que o seu genio inquieto e emprehendedor não podesse sugeitar-se á vida tranquilla e monotona da côrte, e que desejoso de adquirir um nome e de procurar aventuras n'um mundo quasi desconhecido, offerecesse voluntariamente os seus serviços para ir militar nas afastadas regiões da India, campo, n'aquelle tempo, das façanhas e conquistas dos portuguezes.

Era a India, de feito, o theatro de gloriosas e productivas empresas, nas quaes se sustentava uma guerra cheia de commoventes peripecias e se abria o rico mercado da especiaria, que as republicas italianas haviam explorado durante a edade média. As navegações de Vasco da Gama e de Cabral em volta da Africa tinham aberto novo rumo a esse commercio, de que então gosavam os portuguezes exclusivamente, assentando o seu dominio já por tratados de paz com os regulos asiaticos que queriam submetter-se-lhes, já por meio da guerra e da conquista armada. A noticia das resistencias que os seus soldados encontravam, determinou o rei D. Manuel a esquipar uma numerosa armada, a mais consideravel de quantas até então haviam saído de Portugal com aquelle rumo. Compunha-se de vinte e dois navios, dos quaes apenas seis eram caravellas, sendo os outros galeões ou naus; e n'ellas se embarcaram «muitos e mui honrados homens, muitos fidalgos e cavalleiros experimentados na guerra», como diz um escriptor portuguez. O com-

[1] Argensola, *Historia de las Molucas*, liv. I, pag. 6.—Id. *Anales de Aragon*, liv. I, cap. 13, pag. 133.

mando da esquadra e das tropas foi confiado, com o cargo de vice-rei da India a D. Francisco de Almeida «pessoa d'altos merecimentos e qualidades para grandes e difficultosas empresas, e em guerras contra mouros d'Africa e de Granada mui experimentado»[1].

Alistou-se Magalhães entre os expedicionarios. Eram tantos os perigos d'estas viagens e das campanhas em que se empenhavam os exploradores e soldados, que todos se preparavam espiritualmente como christãos ferventes, e dispunham de seus bens para o caso de morrerem na empresa. Assim procedeu Magalhães: a 19 de dezembro de 1504 fez um solemne testamento em Belem, bairro occidental de Lisboa, que então servia de porto aos navios que faziam a viajem das Indias. Por não ter outros herdeiros mais proximos, deixava Magalhães o seu patrimonio a uma irmã, D. Tereza, casada com João da Silva Telles, gentilhomem da camara e senhor do castello de Pereira de Sabrosa, com a obrigação de transmittir o seu appellido juntamente com as suas armas a seus herdeiros[2]. Antes de illustrar o seu nome com grandes feitos, e de formar por si mesmo um nobre tronco de familia, Magalhães olhava com digno orgulho pelo nome que lhe haviam legado seus maiores e queria se conservasse em seus sobrinhos, visto que podia succumbir em terras afastadas sem herdeiros mais directos.

A esquadra deixou as aguas do Tejo a 25 de março de 1505, no meio das mais solemnes demonstrações. Os soldados de Almeida iam estabelecer a dominação portugueza sobre bases mais solidas que os tratados e compromissos dos perfidos monarchas d'aquelles paizes. As historias d'essas conquistas recordam mui raras vezes o nome de Magalhães, que sem duvida, por seu posto subalterno, não tivera occasião de distinguir-se particularmente. Parece com

[1] Pedro de Mariz, *Dialogos de varia historia*, dial. IV, cap. XV, pag. 244.

[2] O testamento de Magalhães não foi conhecido senão em 1855. Descobriu-o em Lisboa um dos herdeiros do seu nome, e subministrou uma copia a Mr. Ferdinand Denis, erudito escriptor sobre as coisas do Brasil, ao qual devo o conhecimentos d'este curioso documento.

tudo que servia ordinariamente na marinha, e que n'ella adquiriu os conhecimentos e a pratica que tão uteis lhe haviam de ser mais tarde para consummar a empreza que immortalisou o seu nome. De feito, em 1506, romperam violentas agitações nos pequenos reinos da costa oriental da Africa, que os portuguezes haviam ganho para a sua alliança ou feito tributarios; e como Almeida, sob cuja dependencia estavam tambem aquellas colonias, conhecera a importancia d'ellas para a conservação das possessões da India, expediu uma esquadrilha ás ordens de Nuno Vaz Pereira «com algumas pessoa assignaladas, entre as quaes Fernando de Magalhães, aquelle nomeado da fama por illustre descobridor [1].»

O prudente Vaz Pereira poz no throno de Quiloa um monarcha amigo dos portuguezes, e restabeleceu as boas relações commerciaes com este estado, e com Sofala, rico paiz situado em frente da ilha de Madagascar, que alguns geographos d'aquelle seculo denominavam o Ophir de Salomão.

Não é possivel dizer o tempo que Magalhães permaneceu em Africa, nem assignalar as emprezas em que tomou parte durante aquella expedição. Em principios de 1508 estava elle de volta em Portugal, quando o rei preparava uma nova esquadrilha encarregada de adiantar os descobrimentos e conquistas na Asia. Fallava-se então da peninsula de Malaca e das suas riquezas como da aurea Chersoneso dos antigos. O soberano portuguez animado pelas noticias que lhe vinham da India, mandou aprestar quatro navios, que poz sob o commando de Diogo Lopes de Sequeira, com a nomeação de governador de uma provincia que queria formar.

Alistou-se Magalhães n'esta nova expedição e com ella saíu de Lisboa a 5 de abril de 1508. Depois de haver feito um minucioso reconhecimento da ilha de Madagascar, a esquadrilha se encaminhou a Ceilão; combatida, porém, por ventos contrarios teve

[1] Manuel de Faria e Sousa, *Asia Portugueza*, tom. I, part. I, cap. 10. pag. 91.

de arribar a Cochim na costa occidental da India, onde o vice-rei tinha a sua habitual residencia. Submitistrou-lhes Almeida novos recursos para proseguirem na viagem; augmentou a frota de Sequeira com outro navio, e o numero de seus soldados com sessenta homens da guarnição de Cochim. Depois d'isto, os expedicionarios deixaram o porto a 18 de agosto de 1509.

Os navios de Sequeira reconheceram a ilha de Sumatra, até então inexplorada pelos europeus; e depois de varias excursões foram fundear em frente da rica e populosa cidade de Malaca. Por muito subalterno que fosse o posto que Magalhães então occupava, parece que elle observava minuciosamente aquelles paizes, tomando notas de quanto via, não em fórma de diario historico, senão de uma resenha geographica. No meio dos cuidados e cansaços inseparaveis d'estas penosas campanhas, Magalhães, como poucos dos seus companheiros punha particular cuidado em colher e apontar noticias relativas á navegação d'aquelles mares, e á situação, clima, e producções dos paizes que visitava. Comtudo a sua residencia em Malaca não pôde prolongar-se por muito tempo. Os indios malayos, depois de haverem recebido amigavelmente os portuguezes e de terem entrado com elles em relações commerciaes, conceberam o projecto de os assassinar traiçoeiramente, tanto em terra como nos navios, a uma hora convencionada. Momentos antes de darem o golpe, quando os indios apenas esperavam pelo signal, para apunhalar Sequeira nó seu proprio navio, Magalhães informado da conspiração, apresenta-se ao general e solta a voz de rebate. Os indios lançaram-se ao mar para ganhar a praia nadando; mas, em terra, os portuguezés foram assassinados ou tiveram de refugiar-se na casa da feitoria, ou de alcançar as lanchas, e voltar para bordo com grande perigo de suas vidas. Magalhães, que no meio do conflicto não havia perdido a sua presença de espirito, prestou opportunos auxilios aos seus compatriotas, facilitando-lhes o reembarque.

Entre os que então escaparam a uma morte certa, graças a esses esforços, contava-se Francisco Serrano, ou Serrão, camarada

e talvez parente de Magalhães, com quem contraíu estreita amisade que durou até á morte.

Este conflicto foi causa de que os portuguezes desistissem por então de se estabelecerem em Malaca. Sequeira queimou dois dos seus navios por falta de tripulação que os manobrasse, embarcou no melhor de todos elles, para regressar directamente á Europa, e ordenou aos seus officiaes que voltassem a Cochim nas duas restantes embarcações, que se achavam em mau estado, e concertadas que fossem n'aquelle porto, se pozessem a caminho para Portugal. Tocou a Magalhães ficar n'estas ultimas.

Segundo as ordens do general, os navios voltaram a Cochim e d'ali saíram pouco depois para a Europa. Infelizmente ao acercarem-se do archipelago de Laquedivas, os navios naufragaram nos baixios de Padua, grupo consideravel de perigosos recifes. As tripulações conseguiram recolher-se nas chalupas e salvar-se n'um ilheo deserto, onde se não cuidou senão em passar para terra mais povoada e hospitaleira. Os chefes e pessoas mais importantes pretendiam embarcar-se immediatamente nas lanchas, deixando os marinheiros e soldados no ilheo, até que lhes mandassem auxilio para se porem a salvamento. Magalhães, comtudo, não quiz gosar do beneficio a que lhe dava direito o seu posto de official; em logar de embarcar com os seus camaradas, ficou-se no ilheo com as tripulações, preferindo antes expor-se a perecer do que abandonal-as desapiedadamente. Esta resolução contribuiu talvez para salvar os infelizes naufragos; enviou á officialidade os soccorros necessarios e poucos dias depois, Magalhães e os seus chegaram a Cananor, capital de um dos reinos occidentaes do Indostão. Os historiadores tanto portuguezes como castelhanos referiram este feito, elogiando calorosamente o nobre procedimento de Fernão de Magalhães[2].

[1] João de Barros, *Decadas da Asia*, dec. II, liv. IV, cap. IV, pag. 417.—Lafitau, *Histoire des découvertes et conquètes des portugais*, liv. V, tom. II, pag. 37.

[2] Barros, dec. II, liv. IV, cap. I, pag. 375.—Herrera, *Hechos de los castellanos en las Indias occidentales*, dec. II, cap. XIX, pag. 66. Ed. de Madrid, 1601.

Estavam os naufragos n'aquella cidade quando por ali passou o novo governador da India, Affonso de Albuquerque, em viagem para Ormuz. Havia saído de Cochim com forças consideraveis para emprehender novas conquistas na Persia, e chegar até ao mar Roxo e Egypto. Em Cananor, recebeu na sua armada a Magalhães e seus companheiros no infortunio. Ajudaram-no a submetter a importante cidade de Goa, a estabelecer a auctoridade dos portuguezes na costa de Malabar (novembro de 1510) e mais tarde em uma nova campanha contra Malaca. O sitio d'esta cidade, posto em julho de 1511, foi o theatro em que os portuguezes desenvolveram dotes militares que até então não tinham tido necessidade de empregar na India.

Nunca os povos asiaticos houveram opposto maior resistencia aos conquistadores europeus. Cada rua, cada edificio foi o campo de um novo combate. Por fim, o valor dos sitiantes e o genio de Albuquerque poderam mais que a energia dos malaios; e os portuguezes occuparam a cidade meio arrasada, depois de nove dias de lucta tenaz. N'ella se distinguiu Magalhães «dando de si mui boas mostras» diz um historiador castelhano [1].

A conquista de Malaca teve grande importancia politica e militar em toda a Asia. Os soberanos dos diversos reinos da Indo-China e das ilhas adjacentes, mandaram embaixadores a felicitar Albuquerque e a sollicitar a sua alliança. Acharam-se então os portuguezes em circumstancias de emprehender novas viagens de exploração nos mares visinhos, para reconhecer os innumeros archipelagos que circundam a parte oriental d'aquelle continente. De Malaca expediu Albubuquerque tres navios, sob o commando de Antonio de Abreu, distincto capitão, com instrucções para reconhecer as ilhas de Banda e as Molucas, famosas no commercio pelas suas valiosas producções de noz muscada, e cravo de cheiro.

Um historiador hespanhol refere que Magalhães fizera esta viagem de exploração [2]. N'ella desempenhou tambem um papel

[1] Herrera, dec. II, liv. II, cap. XIX, pag. 66.

[2] Argensola, *Historia de las Molucas*, liv. II, pag. 6.

importante aquelle seu amigo Francisco Serrão, a quem salvara a vida na primeira expedição a Malaca. Separando-se da esquadrilha, o navio que Serrão commandava foi despedaçar-se n'um d'esses archipelagos que os historiadores chamam de Lucupinas, salvando-se comtudo a tripulação; tendo porém offerecido o seu auxilio aos insulanos nas guerras que os traziam divididos, pôde chegar a Ternate, uma das Molucas, onde levantou fortalezas e fez allianças para assegurar o futuro dominio dos europeus n'aquelles mares.

Ao tempo que Serrão se estabelecia em Ternate, voltavam Abreu e Magalhães a Malaca, com um rico carregamento de especiaria recolhido na sua viagem. Repellidos por contrarios ventos, haviam reconhecido a pequena ilha de Amboina e outras do archipelago de Banda, onde carregaram completamente os navios e voltaram á India para annunciar o seu descobrimento, e vender as mercadorias trazidas d'aquellas ilhas. Por mesquinho que pareça o resultado immediato d'esta primeira viagem de exploração, é certo que ella abriu caminho a subsequentes expedições, e novo campo á actividade commercial dos europeus.

Pouco depois da volta dos expedicionarios, saíu para Portugal uma frota commandada por Fernando Peres de Andrade, o explorador das costas da China. N'ella embarcou Abreu para regressar á patria carregado de honras, e provido de bens de fortuna; e é provavel que Magalhães tambem o acompanhasse, visto que em meiados de 1512 se achava em Lisboa de volta das suas viagens e das suas campanhas. Menos feliz do que elle, o valente Abreu morreu durante a navegação.

Magalhães ficou empregado no serviço do paço na qualidade de moço fidalgo, e com uma pensão de mil réis mensaes e uma ração diaria de cevada, gages que a casa real pagava aos seus bons servidores, com o nome de moradia. Em julho d'esse mesmo anno obteve um augmento na sua pensão, consideravel pelo seu valor real, e ainda mais pela importancia que lhe dava na côrte[1].

[1] Documentos achados por Munõz no archivo de Lisboa.

Magalhães foi promovido ao grau de fidalgo escudeiro, com uma pensão de mil oitocentos e cincoenta réis; longe porém de contentar-se com tão mesquinhas honras, sollicitou permissão para passar á Africa, onde os soldados portuguezes sustentavam uma guerra cheia de peripecias e perigos, e dilatavam as suas conquistas com menos vantagens do que na India, mas com egual gloria. No meio do anno de 1513, aprestou o rei uma armada de quatrocentos navios de todos os portes, e um exercito de dezenove mil homens de guerra, que poz sob o commando de seu sobrinho D. Jayme de Bragança.

É provavel que Fernão de Magalhães entrasse n'aquelle numero, posto que o prolixo historiador das conquistas dos portuguezes na Africa não designe o seu nome entre os dos distinctos personagens da expedição[1].

Seja como for, é certo que Magalhães serviu na guerra contra os barbarescos ás ordens de João Soares, um dos officiaes que occuparam a importante praça de Azamor, quando os seus habitantes, mal preparados para a defensa, a offereceram ao general portuguez. Não passou, comtudo, muito tempo sem que as tropas do rei de Fez, e depois as do de Mequinez, voltassem a sitiar a praça (1514). Distinguiu-se particularmente Magalhães na defensa executando diversas sortidas contra os mouros, em que acreditou o seu valor, e alcançou postos militares. N'uma d'ellas recebeu uma lançada n'um musculo, que ficou coxeando de uma perna para o resto da sua vida. Nomeado quadrilheiro mór, posto equivalente talvez ao de capitão de uma companhia, fez uma nova correria em resultado da qual trouxe para a praça oitocentos e noventa prisioneiros e duas mil cabeças de gado. A distribuição d'esta tomadia deu origem a reclamações de toda a sorte, as quaes foram mais tarde motivo de graves desgostos para Magalhães[2].

Era natural que esperasse obter novas honras em recom-

[1] Faria e Souza, *Africa Portugueza*, cap. VII, pag. 108.
[2] João de Barros, dec. III, liv. 5, cap. 8, pag. 627.

pensa d'estes serviços. Magalhães, de feito, voltou a Portugal e sollicitou do rei D. Manuel um augmento na pensão que recebia. Parece que não fôra a cubiça de dinheiro que o estimulara a fazer aquelle requerimento, porque o augmento era quasi insignificante, ao passo que o valimento que com ella se alcançava era muito consideravel. «Subir cinco reaes em dinheiro, diz um historiador portuguez, é subir muitos graus em qualidade[1].» ... «por que crescer n'isto um real é crescer muito em opinião[2].» Magalhães, não obstante, recebeu a mais dura repulsa: o rei, sem querer ouvir as suas reclamações nem reconhecer os seus serviços, ordenou-lhe que voltasse a Azamor a fim de justificar-se das imputações que lhe faziam, por causa da distribuição da tomadia a que ha pouco nos referimos. Em vão Magalhães partiu para aquella praça, e se apresentou de novo em Lisboa munido dos documentos justificativos da sua innocencia: o rei, ao passo que premiava outras pessoas de menos merecimeuto, desattendeu a sua supplica e deixou-o na mesma posição[3].

Os historiadores que relatam este contratempo, não deixam de notar que a inveja de homens de escasso merecimento foi a principal parte para que se consummasse aquella injustiça. Apenas um, assumindo um tom moralisador, diz que os homens avaliam sempre os seus merecimentos em mais do elles valem[4]: observação injusta, quando applicada a Fernão de Magalhães, que pelo seu genio, pelo seu caracter, estava destinado para levar a cabo empresas dignas de Christovão Colombo e de Vasco da Gama.

Desde então, consagrou-se particularmente ao estudo theorico da cosmographia e da nautica, assim como á composição de uma obra sobre os paizes que tinha visitado. D'esta época da sua vida data certamente a «descripção dos reinos, costas, portos e

[1] Faria e Souza, *Asia Portugueza*, tom. I, part. III, cap. V.

[2] Id. *Europa Portugueza*, tom. II, part. IV, cap. I.—Lafitau, liv. VIII, tom. III, pag. 45.

[3] Barros, loc. cit.

[4] Maffei, *Historia indicarum*, liv. VIII, pag. 309.—(Caen, 1614.)

ilhas da India», que chegou até aos nossos dias escripta em lingua castelhana, e que se conserva ainda inedita. Á imitação dos geographos do seu seculo, Magalhães descreve aquellas terras percorrendo as costas desde o cabo de Boa Esperança para diante, notando os portos, ilhas e cidades, e descrevendo mui summariamente os costumes dos seus habitantes. Posto que o frontispicio do manuscripto hespanhol diga que seu auctor, Fernão de Magalhães, viu e percorreu tudo o que descreve, é evidente que os copistas ou traductores castelhanos lhe introduziram intercalações e variantes de transcendencia[1]. D'este modo, uma obra tão importante para conhecer o ponto a que tinham chegado os conhecimentos geographicos dos portuguezes n'aquella época, e mais util ainda para conhecer a extensão das viagens de Magalhães na India, foi adulterado por aggregações posteriores que lhe roubam a maior parte do seu merecimento.

Tanto em Lisboa, como no Porto onde Magalhães tinha residencia mais fixa, frequentava os maritimos e cosmographos de maior nota, e d'elles e das cartas de marear que lhe vinham á mão, colhia dados importantes sobre a longitude do mar, «materia, acrescenta um historiador portuguez, que tem deitado a perder mais portuguezes ignorantes, do que tem ganhado os doutos por ella[2]».

Magalhães, comtudo, não procurava achar a solução de um d'esses problemas que extraviam o juizo: o seu projecto era mais ousado do que os calculos que se elaboram n'um gabinete, mas uma vez concebido só precisava de audacia para ser posto por obra. A amisade que o ligava a Francisco Serrão, não havia es-

[1] A obra de Magalhães tem por titulo: *Descripcion de los reinos, costas, puertos e islas que hai en el mar de la India oriental i costumbres de sus naturales: su gobierno, religion, comercio i navegacion, i de los frutos i efectos que producen aquellas vastas rejiones, con otras noticias mui curiosas; compuesto por Fernando Magallanes, piloto portugues que lo vio i anduvo todo.*—Examinei uma copia d'esta obra, de lettra do seculo XVI, que possuia em Madrid o erudito bibliophilo D. Paschoal de Gayangos.

[2] Barros, dec. III, liv. V, cap. VII e VIII.

friado pela distancia que os separava. Ao contrario, das ilhas Molucas lhe escrevia para communicar-lhe noticias geographicas d'aquelle archipelago, e lhe dar conta da grande distancia que o separava de Malaca, e referir-lhe os serviços que d'ali estava prestando á sua patria. Respondia Magalhães a essas cartas annunciando-lhe que em breve se veriam n'aquellas terras, ou fosse pelo caminho que seguiam os portuguezes ou pelo roteiro que levavam os castelhanos para se transportarem ás regiões recentemente descobertas [1].

Entre as pessoas com quem Magalhães contraíu amisade n'aquella conjunctura, se distingue Ruy ou Rodrigo Faleiro, habitante da pequena villa da Covilhã, «grande homem na cosmographia e astrologia e outras sciencias humanas» como diz Oviedo [2]. Os seus inimigos, exasperados contra elle, já pelo seu genio atrabilario, já, sobretudo, por se haver empenhado na tentativa de Magalhães diziam d'elle que era um ignorante, e que só as inspirações de um demonio familiar o podiam fazer passar por sabio em certas occasiões [3]. Faleiro, não obstante, possuia sobre a nautica os conhecimentos mais solidos que então se professavam; comprehendeu o pensamento de Magalhães, e com toda a resolução se associou á sua empresa. Um seu irmão, Francisco Faleiro, homem de bastante merecimento tambem, se offereceu gostosamente para os acompanhar em seus trabalhos.

A viagem, porém, que meditavam, não podia ser levada a cabo sem a cooperação de um governo; e todos receavam que o rei D. Manuel de Portugal não acceitasse as suas propostas. Nada tinha Magalhães a esperar do soberano que tanto menospresara os seus serviços e tão mesquinhamente os havia premiado. Faltavam-lhes os recursos para commetter a empresa por sua propria conta; e sobretudo, careciam da licença necessaria para emprehender uma

[1] Barros, dec. III, liv. V, cap. VII e VIII.
[2] Oviedo, *Historia jeneral de las Indias,* liv. XX, cap. I.
[3] Herrera, dec. II, liv. II, cap. XIX.

viagem que havia de tocar em possessões que estavam fechadas a todo o trafico que não fosse auctorisado pelo monarcha hespanhol. Magalhães e os seus amigos resolveram finalmente abandonar Portugal, e passar a Hespanha, para manifestar os seus projectos e preparar a sua viagem.

Antes de deixar a patria, Magalhães quiz desnaturalizar-se d'ella, como cumpria a um fidalgo do seculo XVI. E assim o fez, por actos publicos, com toda a solemnidade, para poder offerecer os seus serviços livremente a quem melhor quizesse [1]. Separando-se então dos seus amigos, a quem queria adiantar-se, partiu para Sevilha. Chegou a esta cidade no dia 20 de outubro de 1517, disposto a apresentar-se a Carlos I de Hespanha, e fazer-lhe as suas propostas para emprehender a viagem. Até então, Magalhães não havia revelado o seu pensamento: em Hespanha ia descobrir os planos, em que desde muitos annos meditava, e que haviam de consummar a obra de Colombo, e produzir uma revolução completa nos conhecimentos geographicos do seu seculo.

[1] Faria e Sousa, *Comentarios a la Lusiada de Camoens*, tom. II, coment. á oitava 140 do canto X.—Barbosa, *Bibliotheca Lusitana*. tom. II, pag. 31.

CAPITULO II

Familia de Diogo Barbosa.—Casa Magalhães com uma filha d'elle.—Faz as suas propostas á Casa de Contractação de Sevilha.—Linha divisoria das possessões hespanholas e portuguezas.—João d'Aranda.—Primeiras desavenças com Faleiro.—Viagem de Magalhães e Faleiro a Valladolid.—Serviços prestados a ambos por Aranda.—Celebram com este um contracto dando-lhe parte nos lucros da empresa.

Quando Magalhães chegou a Sevilha, residia n'aquella cidade um maritimo portuguez chamado Diogo Barbosa. Na qualidade de capitão de um navio d'elrei D. Manuel, havia feito em 1501 uma importante expedição aos mares da India com a armada de João da Nova, a qual derrotara uma frota dos mouros, que negociavam em Calcutá, e descobrira as ilhas da Conceição e de Santa Helena [1]. Tendo-se exonerado do serviço e retirado para Hespanha, Barbosa encontrou n'esta nova patria um alto protector na pessoa de D. Alvaro de Portugal, irmão do celebre duque de Bragança, mandado decapitar em Evora, em 1483, pelo rei D. João II. Depois d'esse tragico acontecimento asylara-se D. Alvaro em Hespanha, onde alcançou dos reis catholicos, seus parentes, honras e considerações de toda a sorte, e os cargos de presidente do conselho

[1] Faria e Sousa, *Asia Portugueza*. part. I, cap. V, tomo I, pag. 50.—Lafitau, *Histoire des découvertes et conquêtes des portugais*, liv. II, tom. I, pag. 175 e seguintes.

dos reis e de alcaide do alcaçar de Sevilha[1], que lhe serviram para proteger e dar vantajosa accommodação ao seu compatriota. Effectivamente Barbosa foi feito commendador da ordem de S. Thiago, e logar tenente do alcaide do mesmo alcaçar.

Este elevado posto importava para elle uma vantajosa posição, graças á qual contraíu matrimonio com uma das principaes senhoras d'aquella cidade, chamada Maria Caldeira. D. Beatriz, fructo d'este enlace, veiu a ser mais tarde a esposa de Magalhães.

Barbosa, tinha tambem na sua companhia um filho maior que trouxera de Portugal, e que, como elle, havia navegado nos mares da India. Duarte Barbosa, este era o seu nome, tinha explorado quasi todas as Indias e os archipelagos immediatos, e observára essas regiões com uma sagacidade rara nos soldados e marinheiros do seu seculo. Foi resultado d'essas observações, uma obra descriptiva d'aquelles paizes, a qual havia concluido no seu regresso á Europa[2]. Os conhecimentos adquiridos nas suas viagens, foram, como mais adiante se verá, de grande utilidade para levar a cabo a empresa do seu compatriota.

Magalhães encontrou n'aquella familia o mais cordeal acolhimento, ou já porque remotos vinculos de parentesco o unissem a Barbosa, ou porque a sua nacionalidade fosse só de per si titulo bastante para a estima. Viveu com ella o tempo que residiu em Sevilha, e casou com a filha do seu hospede, pouco tempo depois de ter chegado de Portugal.

As relações de Barbosa deviam-lhe ser de grande utilidade nos trabalhos a que tinha de consagrar-se.

[1] Lopez de Haro, *Nobiliario de España*, liv. VII, part. II, pag. 189.—Ortiz de Zúniga, *Anales de Sevilla*, liv. XIV, tom. III, pag. 409 (Madrid, 1796).

[2] O collector italiano J. B. Ramusio, publicou em 1554 no vol. I das suas *Navigazioni e viaggi* uma traducção incompleta da interessante relação de Duarte Barbosa. Só em 1813 se publicou em Lisboa o original completo d'este livro, no tomo II da *Collecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas*. Em um documento contemporaneo de Duarte Barbosa, se affirma que era sobrinho de Diogo. Veja-se a carta de Sebastião Alvares ao rei de Portugal no tom. VI da *Coleccion* de Navarrete, pag. 153.

Magalhães, de feito, nem um instante se descuidava dos seus trabalhos, e ainda antes que chegassem os seus companheiros, deu principio ás suas diligencias. Os reis catholicos tinham creado em Sevilha uma grande repartição, com o nome de Casa de Contractação, e com as faculdades de conceder licenças para armar navios e determinar-lhes o rumo, recolher noticias sobre as novas colonias, informar o governo ácerca dos melhoramentos que n'ellas se poderiam introduzir, e constituir-se em tribunal para entender nos pleitos que podessem suscitar-se, em consequencia das viagens particulares[1]. Dirigiu-se Magalhães á Casa de Contractação a fim de fazer as suas propostas para a viagem que projectava, sem todavia descobrir as particularidades do seu plano. Offerecia simplesmente chegar ás ilhas da especiaria, ás Molucas, e mais archipelagos orientaes da India, por um caminho diverso do que os portuguezes até então seguiam, assegurando que aquellas ilhas estavam dentro da raia das possessões hespanholas.

De feito, depois da primeira viagem de Colombo, o papa Alexandre VI, deferindo á supplica dos reis catholicos, havia extremado com uma linha imaginaria as pretenções dos hespanhoes e portuguezes ao dominio dos paizes desconhecidos. Uns e outros demandavam a India nas suas viagens e explorações; e ao passo que aquelles topavam no seu caminho com um novo continente, estes emprehendiam a circumnavegação da Africa para chegarem ás terras appetecidas. O papa traçára a linha de demarcação de polo a polo, cem legoas ao poente das ilhas dos Açores, e deu aos hespanhoes a possessão de todas as terras que descobrissem para além, deixando aos portuguezes a faculdade de descobrir e conquistar os paizes povoados por infieis ao oriente d'aquella raia.

[1] Veitia i Linaje, *Norte de la contratacion de las Indias occidentales,* liv. I, cap. I.—Ortiz de Zúniga, *Anales de Sevilla,* tom. III, pag. 190.—Solorzano, *Politica Indiana*, liv. VI, cap. 17.—Navarrete, *Coleccion*, tom. II, c. 143, pag. 285, publica na integra as primeiras ordenanças da casa de contractação, que Veitia i Linaje só conheciam por tradição.

Por uma posterior convenção entre os dois governos se fixou esse limite duzentas e setenta leguas mais para o occidente[1].

Fazendo a repartição das terras que não eram povoadas por christãos, o papa procedia em conformidade das crenças d'aquelle seculo. A bulla de doação diz, que por sua mera liberalidade, sciencia certa, e pela plenitude do seu poder apostolico[2], Alexandre VI concedia aos reis de Hespanha a propriedade das ilhas e terras que descobrissem para além da linha designada. Como era natural suppor que navegando em direcções oppostas, os hespanhoes e os portuguezes se havim de encontrar no seu caminho, ambos os governos comprehenderam que a linha divisoria se estendia ao outro hemispherio, e formava o meridiano completo em volta da terra.

Esta opinião foi por muito tempo geral entre os geographos, e navegadores. Colombo morreu na convicção, de que as terras por elle descobertas, faziam parte do Japão ou da China; quando porém os exploradores castelhanos viram que as terras recentemente achadas se dilatavam, segundo se lhes affigurava, de um a outro polo formando uma barreira invencivel e quando se internaram n'essas terras e descobriram o mar do sul, perceberam que pizavam um continente desconhecido. Procurou-se então uma passagem que levasse os navios hespanhoes aos mares recentemente achados, e ás regiões da India menos ricas, em ouro, perolas e pedras preciosas, cujas producções, porém, de especiaria, tão cobiçadas eram nos mercados europeus. Não houve golpho que não merecesse um estudo especial, esperando os exploradores encontrar n'elle o canal com tanto empenho procurado. Illudidos pelos caudalosos rios que vasam as suas aguas no Oceano, subiram até á origem das suas correntes, para em breve se desenganarem de que não estava ali o tão desejado estreito. D'este modo exploraram os viajantes a

[1] Muñoz, *Historia del Nuevo Mundo*, liv. IV, secção 18-30.—Navarrete, *Coleccion*, tom. II, numeros 17 e 18.

[2] De nostra mera liberalitate, et ex certa sciencia ac de Apostolicæ potestatis plenitudine...

costa oriental do continente americano até ás costas do Rio da Prata.

Parecia natural que o governo hespanhol acceitasse as propostas de Magalhães. O maritimo portuguez, não só promettia descobrir a tão procurada passagem d'um para o outro mar, e levar os hespanhoes ás ilhas da especiaria por um caminho que ninguem conhecia, e que ninguem lhes podia disputar, mas tambem se propunha provar que aquellas ilhas estavam dentro dos limites fixados pelo papa ás possessões do rei de Hespanha. Todavia os agentes da Casa de Contractação, não entraram em nenhum ajuste com Magalhães. Ou porque se não achassem auctorisados pelo rei, ou porque desconfiassem das promessas de um aventureiro estranho e desconhecido, ouviram as suas propostas sem se interessarem nos projectos de futuros descobrimentos.

Felizmente desempenhava, havia um anno, o cargo de feitor da Casa de Contractação um cavalheiro de Burgos, chamado João de Aranda, homem enthusiasta por esse genero de empresas, e capaz de comprehender a importancia da viagem que Magalhães meditava. Antes de se empenhar n'este negocio, Aranda pediu para Portugal informações ácerca do recemchegado; e como estas fossem completamente satisfatorias, tomou o mais vivo interesse por elle e pelos seus projectos.

Magalhães que até então tinha guardado a maior reserva sobre o seu plano, descobriu a Aranda os seus intentos, disposto a associal-o nos seus trabalhos, assim como tambem nos beneficios da empresa.

As circumstancias corriam mui favoraveis para a realisação da projectada viagem de Magalhães. A 19 de setembro desembarcara em Villa Viçosa das Asturias o herdeiro da corôa de Hespanha, Carlos d'Austria, mancebo intelligente e emprehendedor, destinado a illustrar o seu reinado com grandes acções. Aproveitando-se da vantajosa posição em que o seu emprego o collocava, Aranda escreveu confidencialmente ao chanceller mór do rei, que era então um flamengo de escasso merecimento, Mr. Sauvage, in-

digno successor do grande Cisneiros[1]. Magalhães, comtudo não teve conhecimento d'esta primeira diligencia do seu protector.

Teria decorrido mez e meio desde que se achava em Sevilha, quando chegou ali Ruy Faleiro acompanhado de seu irmão Francisco. Desconfiado por caracter, receioso de que alguem podesse aproveitar-se das suas revelações para emprehender primeiro do que elles a projectada viagem, Faleiro ficou furioso ao saber que Magalhães tinha fallado dos seus planos ao feitor Aranda. Lançou-lhe em rosto a sua leviandade e o mau cumprimento que dera aos seus compromissos. A amisade que os havia ligado estava a ponto de romper-se, mas a fria razão por fim vanceu os impetos da colera. Acalmou-se a irritação de Faleiro, reataram-se as suas boas relações, e acabaram por convir em manter a sua fraternal alliança até á consummação da empresa.

Ambos entenderam desde logo que o melhor que tinham a fazer era porem-se a caminho para Valhadolid, onde se achava a côrte, a apresentarem-se ao rei para lhe exporem os seus projectos. Informado Aranda d'esta resolução, representou-lhes que adiassem a sua partida até que chegasse a resposta á carta que pouco antes havia escripto; esta nova revelação porém, em vez de produzir o effeito que o feitor se propunha, enfureceu de novo a Faleiro. O proprio Magalhães se queixou amargamente do procedimento do seu confidente n'este negocio.

As reconvenções assumiram então um grau de acrimonia que parecia destinado a produzir uma violenta e definitiva separação.

[1] O chronista Lopez de Gómara, no cap. xc, da sua *Historia general de las Indias*, incorreu no erro de affirmar que Magalhães fez os seus ajustes com o Cardeal Ximenes de Cisneiros. D. José Vargas e Ponce, auctor da relação historica das viagens ao estreito de Magalhães qne acompanha a *Viaje de la fragata Santa Maria de las Cabezas,* repete a mesma coisa: veja-se a pag. 180. O mesmo equivoco commetteu o barão de Humboldt no tom. I, pag. 304 da sua *Histoire de la géographie du nouveau continent;* e Amoretti na Introducção á viagem de Pigafetta, pag. xxxi. Os auctores da *Historia de la real marina espanola* (Madrid, 1854), repetem este erro, que junto a outros muitos tornam esta obra indigna de todo o credito.

Aranda foi todavia mais prudente do que os outros dois. Com quanto visse que era muito difficil, senão impossivel, manter as suas boas relações com Magalhães tendo de permeio a Faleiro, com o seu caracter attrabilario e dominador, o feitor supportou com paciencia estes desgostos, e acceitou o projecto de se apresentarem na côrte, offerecendo-se elle mesmo para os acompanhar. Faleiro, comtudo, não quiz acceitar a sua companhia. A natural desconfiança do geographo portuguez lhe fazia sem duvida acreditar que Aranda se propunha apanhar-lhes dissimuladamente os fundamentos e bases da sua projectada viagem, para a grangear por sua conta, deixando-os ficar logrados. Por unica resposta aos seus amigaveis offerecimentos, Faleiro e Magalhães, resolveram partir seguindo o caminho de Toledo, ao passo que o feitor da Casa de Contractação marcharia pela estrada da Extremadura, para se reunirem em Medina del Campo e entrarem juntos em Valladolid.

Em todas estas negociações era Faleiro quem imprimia caracter nos trabalhos da empresa. Magalhães o homem pratico, o navegador experiente, o intrepido soldado da Guerra da India, cedia facilmente ante as atrabilarias exigencias do seu companheiro, o homem theorico, o geographo de gabinete, que sobre os mappas, e os globos tinha meditado a possibilidade e as vantagens da viagem que os preoccupava. Todavia essa preponderancia, com tanta obstinação manifestada, não podia durar muito tempo. Magalhães mais discreto no tracto e mais pratico, tanto na arte de navegar, como nas relações ordinarias da vida, foi abrindo naturalmente um caminho mais amplo e expedito, e conquistando a boa vontade de quantos o conheciam. Sem elle, talvez o feitor Aranda lhes teria mais para diante negado a sua utilissima protecção; felizmente, porém, soube relevar com placidez as impertinentes desconfianças de Faleiro, e cooperar para a realisação de tão importante empresa.

Mas Aranda fez mais ainda do que supportar com paciencia as extravagancias de Faleiro. Desde os primeiros dias da sua chegada a Sevilha, faltaram a este os meios necessarios para viver em

uma cidade em qne era completamente desconhecido. A bolsa do feitor da Casa de Contractação abriu-se então generosamente para acudir ás necessidades do homem desconfiado, que via uma cilada em cada rasgo de amisade do seu protector, um mau proposito em cada diligencia por este feita em favor dos projectos que tinha meditado.

Chegou, finalmente, o tempo de partirem para a côrte. No dia 20 de janeiro de 1518, sairam de Sevilha todos tres, pelos differentes caminhos que haviam combinado. Aranda tomou a estrada da Extremadura; Magalhães e Faleiro, aggregando-se á comitiva de D. Beatriz de Pacheco, duqueza de Arcos, viuva, filha do marquez de Vilhena, foram com esta senhora pela direcção de Castella até Escalona, nos estados d'esta nobre familia. Não iam muito longe de Sevilha quando os alcançou um correio com noticias de João de Aranda. Participava-lhes este que tinha recebido uma carta do rei, na qual lhe recommendava que se apresentasse quanto antes na côrte com Fernão de Magalhães para tratar do projecto que o tinha trazido á Hespanha, a viagem aos mares da India. Carlos d'Austria, mostrava-se desejoso de conhecer o navegador portuguez, que lhe vinha offerecer a posse das ilhas da especiaria e empenhado em regular com elle, o modo e fórma de emprehender uma viagem que, segundo se cria, tão proveitosa havia de ser para a corôa.

Encontraram-se em fim os tres viajantes em Medina del Campo, preparando-se para entrar em Sevilha e fazer a sua apresentação ao rei. Magalhães trasbordava de contentamento vendo-se a ponto de commetter a empresa que tão pacientemente havia meditado e na qual cifrava as suas esperanças de fortuna e de gloria. No seu alvoroço não vacilou em offerecer ao seu protector Aranda a quinta parte dos lucros da futura viagem; Faleiro, porém, sempre exigente e atrabilario, negou-se a acceitar a base proposta por Aranda e pelo seu proprio companheiro. Sem comprehender a generosidade com que aquelle o havia servido até então, convinha apenas em que se lhe assegurasse a oitava parte dos proventos da empresa,

e isto no caso que o rei fizesse por sua conta as despezas da armada.

Tal foi a convenção definitiva feita entre os tres. Logo que chegaram a Valladolid, a 23 de fevereiro, celebraram uma escriptura publica perante o escrivão de suas altezas, Diogo Gonçalves de Sant'Iago. N'ella diziam os dois aventureiros portuguezes: «todo o proveito e interesse que houvermos do descobrimento das terras e ilhas que querendo Deus havemos de descobrir e achar, nas terras e limites e demarcações del rei nosso senhor D. Carlos, que vós hajaes a oitava parte, e que vos daremos de todo o interesse e proveito que d'elle nos resulte em dinheiro, ou em repartimento, ou em renda, ou em officio ou em outra qualquer coisa que seja, de qualquer quantidade ou qualidade, sem vos fazer falta alguma de tudo o que houvermos [1].»

Esta convenção não se podia levar a effeito sem um tratado em fórma com o rei, para o descobrimento d'aquellas terras. O feitor da Casa de Contractação, já empenhado na empresa por um interesse mais solido do que a simples protecção aos aventureiros portuguezes, resolveu-se a apresental-os aos ministros do rei, e a fazer valer as suas relações e influencia para que o projecto se podesse realisar.

[1] Este documento foi publicado por Navarrete, a pag. 110 do tom. IV. da sua *Coleccion*. Os factos que se referem ás relações de Aranda com Magalhães e Faleiro, fundam-se n'um curioso processo de que da remos conta na illustração num. II.

CAPITULO III

A côrte do rei de Hespanha.—Magalhães e Faleiro encontram um protector no bispo de Burgos.—Primeiras conferencias com os ministros do rei.—Manifestam os seus projectos e fazem propostas para tentar novos descobrimentos.—Duvidas cosmographicas suscitadas por esses projeetos.—Confiança de Magalhães.—Contracto celebrado com a corôa.—Disposições do rei em favor da viagem.—Ciumes da côrte de Portugal.—Reclamações diplomaticas.—Difficuldades que oppõem os officiaes da Casa de Contractação.—O rei applana-as.—Novas e inuteis reclamações do embaixador portuguez.

O principe Carlos, seus ministros e conselheiros, andavam preocupados com os cuidados consequentes do seu reconhecimento como rei de Hespanha, quando Magalhães e Faleiro chegaram a Valladolid. As côrtes de Castella para esse fim convocadas n'esta cidade, depois de tumultuosas discussões, haviam prestado o pedido reconhecimento; todavia, o animo do novo soberano não ficara livre de inquietações e desgostos depois d'esse acto de submissão. Assustadores symptomas de futuras rebelliões faziam recear pela tranquilidade da monarchia.

D'este modo, as lisongeiras esperanças que a principio os aventureiros podiam ter concebido, fundados na juventude e enthusiasmo do principe, deviam de soffrer notavel modificação á vista da côrte e das circumstanscias que a traziam absorvida. Accrescente-se a isto, que entre os conselheiros do rei não havia um só que fosse capaz de interessar-se por uma empresa d'esta ordem. Dominava na côrte, na qualidade de ministro, Guilherme de Croy, senhor de Chievres, homem de talento, é verdade, mas avas-

salado por uma insaciavel cobiça que o fazia desattender qualquer empresa de que não tirasse proveito pessoal[1].

O chanceller mór de Castella, João Sauvage, egualava-o em cobiça sem possuir os dotes necessarios para o governo, nem tomar por elle interesse; e o cardeal Adrianno de Utrech, antigo preceptor[2] do rei, a quem este havia encarregado de compartilhar com Cisneiros a regencia de Hespanha, era um homem fraco, sem conhecimento das coisas do governo, que gozava apenas de uma reputação ephemera pela sua erudição em theologia escholastica[3]. Não eram de certo estes os homens talhados para comprehender e patrocinar projectos como os que Magalhães e Faleiro levavam a Castella.

Por fortuna, o rei e a côrte, em tudo quanto dizia respeito ao governo das novas colonias e aos projectos de futuros descobrimentos, davam grande credito ao bispo de Burgos, João Rodrigues da Fonseca, membro do conselho de Indias e presidente d'elle na ausencia do chanceller mór. Era o bispo um prelado mundano, mais affeiçoado aos assumptos do governo do que ao desempenho das funcções episcopaes, intrigante e rancoroso. Inimigo declarado dos homens de solido merecimento, contrariou quanto pôde os projectos de Colombo, de Balbôa, e de Cortez, fazendo valer a sua influencia junto dos reis e empregando sempre manejos indignos[4]. Não obstante, Fonseca observou com Magalhães e Falleiro um procedimento mui diverso. Ou por que das

[1] Sandoval, Historia de Carlos v, liv. III §, XVI, folh. 77—(Valladolid 1604) —Miñana, *Continuacion de la historia de Mariana,* liv. I cap. III.—Petrus Martyr, *Opus epistolarum,* epist. 662, 663 e 703—Ferrer del Rio publicou em castelhano estas tres epistolas entre os documentos da sua *Historia de las comunidades de Castilla* (Madrid, 1851).

[2] Sandoval, liv. III, § XLIX, fol. 62.

[3] Robertson, *History of Charles* v, liv. I.

[4] Os historiadores hespanhoes, respeitando o caracter que revestia este prelado, não se atreveram a caracterisal-o com o seu verdadeiro colorido. Veja-se W. Irving, *Life of Colombus,* e particularmente o appendice num. XXXII no fim d'essa obra.

suas projectadas viagens esperasse algum proveito pessoal, ou porque protegendo estes aventureiros quizesse recuperar o prestigio que naturalmente lhe tinham feito perder as intrigas anteriores, o bispo de Burgos, desde logo se declarou decidido protector d'elles perante o rei e seus conselheiros.

De feito, dentro de poucos dias foram os portuguezes apresentados aos ministros do rei pelo proprio Fonseca, para que pessoalmente expozessem os seus projectos. Magalhães levava comsigo um globo pintado, no qual estavam desenhados os mares e costas até então conhecidos, tendo de proposito deixado ficar em branco o ponto por onde intentava fazer a sua viagem [1].

A primeira questão que se suscitou, foi a de saber se as ilhas que os aventureiros se propunham descobrir e conquistar, estavam dentro dos limites fixados pelo papa ás possessões do rei de Hespanha. Faleiro então, demonstrou com o compasso na mão, que as ilhas estavam comprehendidas na linha de demarcação de Alexandre VI [2].

Vencida esta difficuldade, foi necessario que Magalhães e Faleiro fizessem por escripto as suas propostas ao rei. Propozeram, effectivamente, dois projectos de expedição, para o caso que D. Carlos quizesse fazer as despezas da empresa ou para o de sómente acceitar uma parte das suas futuras vantagens, a troco de lhes dar permissão para fazerem a viagem com fundos particulares. Por esses dias, justamente, havia chegado a Castella um commerciante chamado Christovão de Haro, que tinha vastas relações mercantis em Africa e na cidade de Antuerpia, onde habitualmente residia. Havia Haro celebrado uma convenção com o rei D. Manuel de Portugal para negociar na costa de Guiné; tendo porém mandado áquelles mares algumas embarcações, os portuguezes que guardavam a costa lhe metteram a pique sete navios, sem que

[1] Herrera, dec. II, liv. II, cap. XIX.

[2] Lopes de Castanheda, *Historia do descobrimento e conquista da India pelos portuguezes*, tom. I, introducção.

o rei quizesse reparar tão grave prejuizo [1]. Era natural que o opulento commerciante de Antuerpia tivesse aversão ao soberano que tão mal cumpria os seus compromissos. Haro, de feito, viu na empresa de Magalhães e Faleiro, não só um campo de productivas especulações, senão tambem um meio para vingar-se da perfidia do rei de Portugal, e offereceu-lhes os recursos necessarios para o commettimento da empresa. Foi por isso que os aventureiros propozeram ao rei fazer a viagem por sua propria conta, offerecendo-lhe o quinto de todos os interesses e proventos da empresa, com tanto que a corôa lhes garantisse o dominio e governo das ilhas que houvessem de descobrir.

No caso que o monarcha não acceitasse estas propostas, Faleiro e Magalhães pediam ao rei que lhes desse para elles e seus herdeiros, e com o titulo de almirante, o governo das terras que descobrissem, e ao mesmo tempo a vigesima parte dos fructos que ellas produzissem. Só quando passassem de seis as ilhas descobertas na sua viagem, poderiam ser senhores de duas d'ellas; requeriam, porém, em todo o caso, que se prohibisse a quaesquer outros empresarios fazer viagens de exploração e de commercio, no praso de dez annos, ás ilhas que elles achassem [2].

Esta ultima proposta foi a que ao soberano pareceu mais acceitavel. Carlos queria que o descobrimento se fizesse por conta da corôa; como, porém, não tinha muita confiança nos conhecimentos dos portuguezes, pediu-lhes que indicassem o rumo que intentavam seguir na sua viagem, visto que fallavam com tanta segurança em passar ao mar do sul por um caminho até então desconhecido, mas já com tanto afinco procurado pelos exploradores castelhanos. Havia n'esta desconfiança do rei, alguma coisa de desagradavel e vexatorio para Magalhães, tanto mais que lhe não era possivel responder satisfatoriamente a uma per-

[1] Documentos extractados em Lisboa por D. João de Muñoz.

[2] D'estas propostas, como de alguns artigos de menor importancia, existe copia no archivo de Indias, e foram publicadas por Navarrete, a pag. 113 do tom. IV da sua *Coleccion*.

gunta d'esta natureza. Depois das infructuosas viagens feitas no intuito de achar um estreito que communicasse os dois oceanos, os hespanhoes tinham acabado por acreditar que o continente americano se estendia sem interrupção d'um a outro polo, como uma barreira entreposta pela natureza para separar os mares occidentaes dos orientaes, «de fórma, diz um escriptor d'aquella época, que de nenhum modo se podesse passar nem navegar por ali para ir até ao oriente[1]».

Magalhães comtudo pensava de modo muito differente. Nas suas viagens ao redor da Africa tinha podido observar a fórma pyramidal d'este continente; e os dados recolhidos até então pelos viajantes hespanhoes ácerca da conformação da America meridional, deviam sugerir-lhe a idéa de que era possivel circumnavegal-a como Vasco da Gama tinha feito á Africa. Depois da expedição de Diogo de Lepe (1500) e da observação que fez este navegador de que, dobrado o cabo de Santo Agostinho, as costas da America se inclinavam rapidamente para sudoeste, os viajantes hespanhoes que levaram as suas explorações até ás margens do rio da Prata, não cessaram de observar que o novo continente seguia sempre aquella inclinação vertical. Estas observações deviam fazer acreditar a Magalhães que a America terminava em uma ponta, e que não era difficil encontrar ali a passagem que communicasse os dois mares[2]. Nas almas apaixonadas, estas conjecturas convertem-se promptamente em convicções profundas; e provavelmente Magalhães tirou d'essas e de outras supposições, mais ou menos engenhosas, a fé sincera que tinha de achar o caminho que o levasse aos mares do oriente, proseguindo nos reconhecimentos que os hespanhoes haviam feito nas costas americanas.

Com quanto estas conjecturas tivessem no seu animo o valor

[1] Maximiliano Transilvano, *Relacion del descubrimiento de las Molucas*; em Navarrete, *Coleccion*, tom. IV, pag. 255.

[2] Vejam-se as sagazes e eruditas observações que a este respeito faz Humboldt, *Histoire de la géographie du nouveau continent*, tom. I, pag. 328 e seguintes.

de argumentos os mais auctorisados, receiava comtudo, como era natural, que fossem menospresadas pelo rei de Hespanha e seus conselheiros.

Em circumstancias analogas, quando os doutores e theologos negavam a Colombo a possibilidade de chegar ás Indias, saindo de Hespanha pelo rumo do occidente, o grande descobridor repetiu em seu apoio os versos de uma tragedia de Seneca. Quando o rei e os seus ministros pediram a Magalhães que indicasse os fundamentos do seu projecto, este receiou que se rissem d'aquellas suas conjecturas, que não podia auctorisar com o texto ambiguo de nenhum padre da egreja ou philosopho da antiguidade. Então o futuro descobridor disse, que na thesouraria do rei de Portugal tinha visto uma carta de marear levantada, havia annos, por um famoso geographo, chamado Martim de Bohemia, na qual estava assignalada uma communicação entre os dois mares, e que era essa communicação que elle se propunha achar na sua viagem [1]. Depois de citar aquella auctoridade, Magalhães accrescentou que, se não achasse a passagem que buscava, iria pelo «caminho dos portuguezes, visto que para provar que as Molucas caíam na demarcação de Castella, bem se podia ir pelo seu caminho sem os prejudicar» [2].

Bastou talvez a auctoridade citada por Magalhães, para resolver as difficuldades da empresa. O rei e seus conselheiros, a principio desconfiados, logo acceitaram as suas propostas, e com data de 22 de março de 1518 mandaram lavrar a convenção ou contracto, em que se auctorisava a projectada viagem dos aventureiros portuguezes. Compromettia-se o rei a não dar licença a nenhuma outra pessoa, no praso de dez annos, para que saísse á descoberta pelo caminho que elles propunham. Para a viagem mandaria Carlos armar cinco navios, abastecidos de gente, em numero de 234 pessoas, de viveres para dois annos, e da competente guarnição de

[1] Veja-se a *Illustração* num. III.
[2] Herrera, dec. II, liv. II, cap. XIX.

artilheria, concedendo o commando da esquadrilha a Faleiro e Magalhães, assim como tambem a vigesima parte dos lucros dos descobrimentos, e o titulo para elles e seus successores de adiantados e governadores das terras e ilhas que encontrassem na sua viagem[1]. No mesmo dia 22 de março deu o rei a Magalhães e Faleiro o titulo de capitães da dita armada, com poder e faculdade para exercer o commando por si ou por seus immediatos, tanto no mar como na terra e em quanto durasse a viagem, devendo guardar-se-lhes os respeitos e considerações correspondentes ao cargo que lhes confiava[2]. Desde a data d'esta nomeação a Casa de Contractação de Sevilha devia abonar-lhes o soldo de 50:000 maravedis.

Encorporados no sequito da côrte se partiram de Valladolid em principios do mez de abril. Carlos havia conseguido que as côrtes de Castella o reconhecessem e jurassem por seu rei, e ia-se a Saragoça para reclamar egual juramento dos aragonezes. No transito estanciou por alguns dias em Aranda do Douro, residencia por então de seu irmão, o infante Fernando, principe sagaz e cheio de bondade, cuja popularidade lhe despertava vivos receios. N'esta cidade dictou o rei varias providencias com o fim de acelerar os aprestos para a expedição de Magalhães. Mandou que se augmentasse o soldo dos dois protuguezes com 8:000 maravedis mensaes, em quanto servissem na esquadrilha que se estava preparando, e dispoz que desde logo se entregassem a cada um 30:000 maravedis para ajuda de custos. Por outros avisos expedidos na mesma cidade, ordenou que se cumprissem em seus herdeiros as mercês que lhes havia concedido. Facultou a Magalhães e Faleiro que propozessem os pilotos que deveriam ir na armada, para que fossem examinados pela Casa de Contractação, consignando-lhes soldos vantajosos, e encarregou a dita casa de se entender com

[1] Este contracto foi por Navarrete publicado na integra, a pag. 116 do tom. IV, pag. 121 da sua *Coleccion*.

[2] Navarrete, *Coleccion*, tom. IV, pag. 121.

ambos para aprestar os navios, e acelerar a partida da expedição [1].

Com quanto o rei se achasse muito bem disposto para proteger e activar a empresa de Magalhães, não passou muito tempo sem que se levantassem novas difficuldades. O rei de Portugal, tendo noticia dos projectos dos seus antigos subditos, e vendo n'esses projectos futuros perigos para a segurança das suas possesões da India, tratou de combater a empresa por todos os meios ao seu alcance. Os ciumes que os descobrimentos e conquistas dos castelhanos tinham despertado na côrte dos reis de Portugal, eram mais que vehementes, e já se haviam manifestado em projectos dignos de um seculo em que os preceitos da moral eram muito mal comprehendidos. Quando Christovão Colombo, regressando da sua primeira viagem, arribou a Lisboa combatido por uma violenta tempestade, não faltou n'aquella côrte quem propozesse ao rei o expediente de assassinar o descobridor, para destruir o segredo da sua viagem e aproveital-o depois em favor de Portugal [2]. Mais tarde, em 1512, quando Fernando, o catholico, mandou aprestar alguns navios para que João Dias de Solis fosse em demanda das ilhas da especiaria, o embaixador de Portugal fez tão energicas reclamações que foi necessario desistir por então d'aquelle projecto [3]. Era natural que a côrte portugueza, consequente com aquella politica de ciumes e rivalidades, tratasse de estorvar a viagem de Magalhães.

Achava-se por então em Hespanha o embaixador portuguez D. Alvaro da Costa, encarregado de sollicitar a mão da infanta D. Leonor, para o rei D. Manuel de Portugal. Pretextando esta allian-

[1] Navarrete tirou da collecção de papeis que deixou D. João B. Muñoz o extracto d'estas avisos regios.

[2] Herrera, dec. I, liv. II, cap. III. Agostinho Manuel de Vasconcellos, *Vida i acciones del rei don Juan II, decimo tercero rei de Portugal,* liv. VI, folh. 293 e 294 (Madrid 1639).

[3] Vejam-se as cartas do embaixador de Portugal ao seu rei publicadas por Navarrete no tom. III, pag. 127 e seguintes da sua *Coleccion.*

ça, o embaixador não cessava de fazer as suas representações contra os projectos de Magalhães, e tratou tambem de dissuadir a este, representando-lhe que era indigno de um fidalgo o empenhar-se em empresas que haviam de redundar em prejuizo do seu rei e da sua patria. Como porém todas essas diligencias não produzissem o desejado effeito, tratou-se nos conselhos do rei de Portugal, de procurar um remedio mais efficaz contra aquella contrariedade. N'estas deliberações foi um prelado portuguez quem propoz o alvitre mais atroz. D. Fernando de Vasconcellos, bispo de Lamego, indicou que era urgente attraír a Magalhães por meio de graças e favores, ou mandal-o assassinar no caso que as não acceitasse [1].

Por maior que fosse a reserva com que este conselho foi dado a noticia do perigo que corriam os aventureiros portuguezes chegou até á Hespanha, quando estes se achavam em Saragoça, accidental residencia da côrte. Como é facil de suppor, ambos tomaram as necessarias precauções para não serem assassinados. O bispo de Burgos, o mais empenhado dos seus protectores, mandava-os escoltar de noite pelos criados do seu serviço, para os salvar de qualquer cilada; e elles tinham particular cuidado de não sair senão raras vezes de casa [2].

Um perigo mais serio do que o que impendeu sobre suas vidas, ameaçava n'aquelle momento a projectada expedição de Magalhães. Os agentes da Casa de Contratação de Sevilha, receberam mal a noticia da convenção celebrada entre os dois portuguezes e o rei de Hespanha, e trataram de pôr difficuldades e tropeços á sua execução.

Por este motivo representaram ao rei as difficuldades da empresa, a incerteza dos seus resultados e lucros, e a escassez de

[1] Faria e Sousa, *Europa Portugueza*, part. IV, cap. I, tom. II, pag. 543.— O jesuita Lafitau, que refere este facto (*Histoire des découvertes et conquêtes des portugais*, liv. VIII, tom. III, pag. 47) occultou o nome do auctor d'este conselho, com quanto diga que foi um dos mais acreditados senhores da côrte.

[2] Herrera, dec. II, liv. II, cap. 21.

dinheiro para fazer frente aos gastos que exigia o esquipamento da esquadrilha. Carlos, porém, não estava disposto a desistir dos seus projectos perante difficuldades d'esse genero, e menos ainda pelas reflexões que podessem fazer-lhe os seus empregados subalternos. Respondeu-lhes que era sua vontade levar a cabo a projectada viagem; e que de uma remessa de ouro que acabava de chegar das Indias, se gastasse até 6:000 ducados para o que fosse necessario, consultando em tudo Magalhães e Faleiro. Ao mesmo tempo mandava o rei ordens para que se comprassem na Biscaya e em Flandres, os artigos navaes que ali se podessem conseguir por melhor preço [1].

Para activar ainda mais estes aprestos, deu o rei a Magalhães carta de seu punho para os officiaes da Casa de Contractação, e lhe recommendou que se apresentasse quanto antes em Sevilha a fim de aplanar todas as difficuldades, e de preparar por si mesmo os elementos necessarios para a expedição.

Por graça especial, Carlos condecorou Magalhães e Faleiro, com as cruzes de commendadores da ordem de S. Thiago, honrosa distincção que os reis não concediam senão aos seus mais assignalados servidores. Magalhães saíu de Saragoça em fins de julho, e meiado agosto chegou a Sevilha, onde foi recebido com mostras de agrado pelos officiaes da Casa de Contractação. Em carta de 15 d'esse mez diziam estes ao rei, que folgavam com a convenção celebrada com Magalhães, que julgavam mui honrosa e proficua esta negociação, e que se o ouro chegado havia pouco das Indias não bastasse para os gastos da empresa, acabavam de receber uma nova e mais consideravel remessa da qual poderiam tirar os fundos necessarios [2].

Tanta actividade e tanta decisão da parte do monarcha em favor da viagem de Magalhães não desalentaram o embaixador

[1] Carta do rei aos officiaes da contractação de 20 de julho de 1518, extractada dos registros das reaes cedulas.

[2] Documento extractado por D. João B. Muños.

de Portugal. D. Alvaro da Costa não desmaiava no empenho de representar aos ministros do rei de Hespanha os direitos do seu soberano ás ilhas da especiaria, os inconvenientes e difficuldades da projectada viagem, e sobretudo a pretendida imcompetencia de Magalhães e Faleiro para rematar tão grande obra. Debalde os ministros de Carlos lhe faziam notar um artigo do contracto com elles celebrado, no qual terminantemente se lhes prohibia que na sua viagem tocassem em nenhuma das possessões do rei de Portugal, ou ferissem no mais minimo ponto os interesses de um monarcha a quem n'esse mesmo documento denominava seu «mui caro e mui amado tio e irmão.» O embaixador presistia, apesar de tudo, nos seus empenhos e reclamações.

Em setembro (1518) aproveitando-se de uma doença do ministro Chievres, teve D. Alvaro uma conferencia com o rei, na qual lhe fallou com dura franqueza n'estes assumptos. Expoz-lhe que era indigno de um rei o receber no seu serviço vassallos de outro rei seu amigo, porque isso não se costumava fazer entre bons cavalleiros; que não era occasião para desgostar um monarcha seu amigo por coisa de tão pouca importancia e tão incerta; e que em Hespanha tinha vassallos seus muito capazes de fazer descobrimentos, sem que lhe fosse necessario empregar os portuguezes que andavam desgostosos do seu rei, e de quem este devia naturalmente ter desconfianças.

Estas razões fizeram talvez algum peso no animo do monarcha hespanhol. Por unica resposta disse ao embaixador que fallaria sobre o assumpto com o cardeal Adriano, a quem estimava mais do que a outro qualquer dos seus conselheiros.

Como se vê, n'estas ultimas conferencias o embaixador portuguez dava uma direcção inteiramente pessoal ás suas reclamações. Já não fallava dos direitos do seu soberano ás ilhas da especiaria, os quaes podiam ser discutidos e acaso negados, mas unicamente das pessoas que o rei de Hespanha empregava para esta viagem, pensando talvez que bastava afastar os portuguezes da empresa para que ella ficasse paralysada. Esta maneira espe-

ciosa de apresentar as suas queixas inquietou um tanto ao cardeal, homem fraco de caracter e de cabeça, e o induziu a reunir o conselho de Indias para o consultar sobre o assumpto. O bispo Fonseca e os seus collegas tiraram o rei de embaraços: opinaram que o meditado descobrimento caía nos limites fixados pelo papa ás possessões hespanholas, ponto principal da questão; e que pouco importava que o rei de Hespanha empregasse dois portuguezes, dos quaes os proprios reclamantes diziam que eram homens de pouca importancia, acontecendo que o rei de Portugal se servia de muitos hespanhoes. Esta decisão acabou com as hesitações do cardeal; e o mesmo ministro Chievres, instado pelo embaixador para que determinasse o rei a voltar atraz, se apoiou na resolução do conselho de Indias, dizendo que n'este assumpto os unicos instigadores do rei eram o bispo de Burgos e os castelhanos seus amigos [1].

Depois de ouvir taes escusas e, sobretudo, de notar a resolução em que se achavam Carlos e os seus conselheiros, de levar por diante o projecto da viagem, parecia natural que o embaixador portuguez se abstivesse de toda a reclamação e de toda a instancia. Não succedeu com tudo assim: D. Alvaro tornou a insistir de novo nas suas exigencias para que Magalhães fosse afastado do serviço de Hespanha, e se desistisse por então d'aquella empresa; o rei porém, havia finalmente tomado uma resolução irrevogavel, e marchava direito ao seu fim sem attender aos interesses alheios nem ás queixas do seu parente e alliado.

[1] Carta de D. Alv. da Costa ao rei de Portugal, Saragoça 28 de setembro de 1518, extractada por Muñoz nos archivos de Lisboa.

CAPITULO IV

Inutilidade de Faleiro para os trabalhos da esquadra.—Actividade de Magalhães.—Contrariedades que soffria.—Desordem provocada contra elle.—Justiça que o rei faz a Magalhães.—Actividade no aprestamento da esquadra.—Instrucções do rei.—Os agentes portuguezes tratam de peitar Magalhães e Faleiro.—O rei separa este da esquadra.—Ultimos aprestos.—Magalhães recebe o estandarte real.—Saem os navios de Sevilha.—Testamento de Magalhães.—Larga a expedição de S. Lucar de Barrameda.

Mal se achou de volta em Sevilha Fernão de Magalhães não cuidou senão de activar o aprestamento da armada, receoso talvez de que podessem sobrevir difficuldades que estorvassem a realisação do seu pensamento. Se a principio não havia figurado senão como um associado subalterno dos projectos de Faleiro, agora a côrte e todas as pessoas com quem tinha de tratar viam n'elle a alma da empresa. O seu nome que a principio apparecia nos documentos em segundo logar, depois do de Faleiro, começava a obter a precedencia.

Faleiro, em verdade, não era homem para cooperar em trabalhos d'aquelle genero. Cosmographo theorico, tinha pouco conhecimento do mundo e da vida pratica, desgostava-se com as difficuldades que era preciso vencer, e offendia a todos com quem tratava. Ao contrario Magalhães em vez de abater-se diante dos obstaculos, antes com elles cobrava maior esforço, combatia-os com energia, e chegava á realisação da sua idéa, attrahindo a si algumas das pessoas que o contrariavam, vencendo resolutamente a resistencia das outras.

Por fortuna, Magalhães encontrou em Sevilha para os seus trabalhos, uteis e importantes collaboradores, que levaram o seu zello até ao ponto de lhe subministrarem os recursos pecuniarios, que com difficuldade recebia dos empregados do rei. O thesoureiro Affonso Gutierres e Christovão de Haro, suppriram com dinheiro proprio uma parte dos recursos necessarios; e por consideração com o bispo de Burgos que se havia declarado o mais decidido protector da empresa, alguns negociantes de Sevilha entraram para ella com os capitaes que faltavam.

Se Magalhães porém alcançava tão generosa protecção da parte d'algumas pessoas, não lhe faltavam, em troca, inimigos declarados da empresa, a combater. As resistencias que encontrava nas suas lidas, nasciam ordinariamente do empenho que o rei de Portugal punha em o afastar do serviço de Hespanha. As fagueiras promessas que para este fim se lhe fizeram, não foram bastantes para inclinar Magalhães a desistir dos seus projectos; e então julgaram os seus inimigos que o mais conveniente era armar-lhe ciladas, promover-lhe difficuldades, fomentar a discordia entre os seus mesmos parciaes, e cançal-o com estas hostilidades, até o fazerem desanimar nos seus propositos.

Aos inimigos que lhe moviam este genero de guerra attribuiu Magalhães pela maior parte os obstaculos que o empeceram. Referiu elle mesmo com grande minuciosidade um d'esses accidentes que tantos enfados, e incommodos lhe causaram. Tratava-se de tirar para a ribeira de Guadalquivir um dos navios que tinha o nome de *Trindade* para o querenar em terra. De madrugada, ao baixar da maré, Magalhães levantou-se ás 3 horas da manhã do dia 22 de outubro (1518) a fim de preparar os trabalhos. Quando chegou a hora de começar a faina, mandou pôr quatro bandeiras com as suas armas nos cabrestantes, onde era costume içar as insignias dos capitães, deixando logar para collocar mais acima o estandarte real, e o do navio, que era allusivo ao nome que a esta embarcação haviam dado. Infelizmente estas bandeiras não estavam ainda pintadas, e não foi portanto possivel collocal-as ao

tempo de começar o trabalho. Os curiosos que se haviam apinhado na ribeira principiaram a murmurar do que viam, dizendo que eram do rei de Portugal as bandeiras que Magalhães insolentemente arvorara em um navio hespanhol. Havia talvez alguem que incitava o povo provocando aquellas murmurações; o capitão, porém, proseguia impassivel nos seus trabalhos, quando appareceu um cabo do mar e começou a dizer aos concorrentes que arrancassem aquellas bandeiras.

A desordem ia tomando um aspecto assustador.

Magalhães aproximou-se dos magotes de revôltos, e representou-lhes, tanto a estes como ao cabo do mar, que aquellas armas que viam pintadas nas bandeiras, eram as armas da sua familia, e não as do rei de Portugal, cujo serviço havia deixado, para servir o rei de Hespanha. Estas explicações porém não satisfizeram nem o cabo do mar nem os amotinados, os quaes, logo que Magalhães voltou para o trabalho, quizeram arrancar as bandeiras que tremulavam no navio. Achava-se ali o doutor Sancho de Matienzo, conego da cathedral de Sevilha, e primeiro official da Casa da Contractação, o qual vendo o desacato que se ia commetter, interpoz a sua auctoridade e consideração para com o cabo do mar, e em seguida pediu a Magalhães que mandasse arriar as bandeiras, causa do tumulto e da irritação popular. Havia n'esta exigencia certo desaire para o altivo capitão, tanto mais que estava vendo ali perto um agente do rei de Portugal, que muito bem conhecia, e que era talvez o instigador da desordem. Não obstante, o capitão accedeu á rogativa do doutor Matienzo, e arriou as bandeiras para restabelecer a paz.

Esta prudente condescendencia não produziu comtudo o effeito que era de esperar. O cabo do mar tinha ido em procura do tenente do almirante, empregado equivalente aos capitães de porto dos nossos dias, e voltava com elle para fazer cumprir a ordem que o primeiro havia dado. O tenente intimou a Magalhães que entregasse aquellas bandeiras; e como este respondesse resolutamente que não tinha que dar-lhe contas d'aquelle successo, o tenente le-

vantou a mão contra o capitão portuguez chamando, voz em grita, os aguazis para que o prendessem, assim como aos seus, que manifestavam disposições para o defender. Ia travar-se a lucta, quando o doutor Matienzo de novo se entrepoz, reclamando em nome do rei que se não praticasse um attentado tão contrario ao seu serviço. O tenente do almirante e os homens que o acompanhavam ficaram furiosos com esta contrariedade; e lançando a mão áquelle alto funccionario, desembainharam as espadas e lh'as brandiram sobre a sua cabeça como para o ferir. A gente de Magalhães, que tinha recebido o seu salario adiantado, vendo o perigo que podia correr, aproveitou aquella occasião para começar a debandar; e o o mesmo capitão, n'um momento de justa ira, protestou contra aquella violencia, e declarou que ia abandonar o navio nas mãos dos officiaes e aguazis, confiado em que lhe seria feita a reparação d'aquelle aggravo. Só então se aquietaram os animos: a auctoridade do doutor Matienzo foi reconhecida; e a sua mediação serviu para determinar Magalhães a voltar para o trabalho começado.

É facil de suppor qual a irritação que este successo produziu no animo do altivo capitão. Magalhães deu parte do insulto ao rei, declarando-lhe que aquella affronta, feita a elle, na qualidade de capitão de navios hespanhoes, carecia de prompta reparação, pedindo-lhe que se servisse de expedir as ordens necessarias para evitar que taes attentados se repetissem, e para que de futuro se lhe guardassem as considerações devidas ao seu posto [1].

Magalhães tinha razão para confiar em que o rei havia de fazer justiça ás suas reclamações. De Saragoça lhe escreveu o soberano uma carta na qual expressava o seu desagrado por aquelle acontecimento, e a sua satisfação pelo procedimento do doutor Matienzo. O rei fez mais ainda: reprehendeu as auctoridades de

[1] Carta de Magalhães ao rei, escripta em Sevilha a 24 de outubro de 1518. Herrera, que devia conhecer esta carta, deu detida conta d'este successo na dec. II. liv. IV. cap, IX. da sua *Historia de las Indias*. D'ali tirou sem duvida Argensola as noticias que d'este facto publicou em os seus *Anales de Aragon*, liv. I, cap. 79, pag. 740.

Sevilha por não terem accudido em soccorro do seu capitão, e encarregou a Casa de Contractação de colher informações do facto para castigar severamente os seus auctores.

No entretanto estes incidentes retardavam os aprestos para a saída da expedição. O bispo de Burgos, todavia, não cessava de reiterar as suas exigencias para obter o prompto despacho de quanto podia interessar á empresa de Magalhães.

Acompanhando a côrte na sua viagem a Barcelona, em principios de 1519, insistia Fonseca perante o rei na necessidade de lançar ao mar quanto antes a esquadra descobridora. D'aquella cidade expediu o rei, desde o fim de março até o principio de maio, muitas cedulas que revelam o interesse que lhe inspirava a empresa. Nomeou thesoureiro da expedição a Luiz de Mendonça; e, como Magalhães e Faleiro deviam commandar dois dos navios, nomeou capitão do terceiro a João de Cartagena, com o emprego de *védor* geral, e do quarto a Gaspar de Quezada. Nas suas correspondencias para a Casa de Contractação, recommendava o rei que se fosse possivel se reduzisse o numero dos homens que deviam ir na frota, e se consultasse sempre Magalhães sobre a admissão dos marinheiros e mais gente dos navios «visto que tem d'isso mais experiencia.» Recommendava tambem que os dois maritimos portuguezes exposessem por escripto o rumo que tencionavam seguir, e as demais instrucções que devessem servir para todos os pilotos da expedição. Com egual empenho attendia aos interesses dos commerciantes que forneciam armamento, dinheiro ou mercadorias á esquadra, assignando-lhes uma parte proporcional dos lucros d'esta, e das tres primeiras viagens que fizessem ás ilhas da especiaria. Desejando dispor uma segunda expedição, mandou o rei que da direcção d'ella fosse encarregado Francisco Faleiro, com o soldo de 35:000 maravedis emquanto estivesse occupado n'esse trabalho. Aos pilotos e mestres da esquadra prometteu premial-os com privilegios de nobreza e outras graças no regresso da sua viagem; e para attender ás necessidades da esposa de Magalhães, D. Beatriz de Barbosa, já mãe de uma creança,

mandou que se lhe pagasse durante a viagem o soldo de seu marido. Todas estas disposições deram rapido e importante impulso aos aprestos da expedição [1].

Por estes mesmos dias se organisaram na côrte as instrucções que o rei dava a Magalhães e a Faleiro, para regular o procedimento que na viagem haviam de observar. Esse documento que tem a data de 8 de março de 1519, contém 74 artigos, os quaes revelam a prolixidade e cuidado com que então eram determinadas as operações d'este genero de empresas. N'ellas fixava o rei o peso da bagagem que se devia permittir a cada um dos empregados da esquadra, recommendava aos chefes a linha de procedimento que haviam de observar com os seus subalternos, e nas relações com os regulos das terras que descobrissem, aos quaes deviam agasalhar amigavelmente, desconfiando sempre das suas promessas e afagos; recommendava-lhes porém ao mesmo tempo que nas suas transacções com elles tratassem de taxar ás mercadorias hespanholas o maior preço que lhes fosse possivel [2].

Com este documento, além d'isso, o rei tinha querido evitar todas as difficuldades com o seu parente D. Manuel de Portugal. O artigo 1.º diz textualmente assim: «A primeira coisa que vos mandamos, e recommendamos é, que de nenhum modo consintaes que se toque nem descubra terra nem outra qualquer coisa dentro dos limites do serenissimo rei de Portugal, meu muito caro e muito amado tio e irmão, nem em seu prejuizo, porque é minha vontade que o capitulado e assentado entre a corôa real de Castella e a de Portugal, se guarde e cumpra mui inteiramente, assim como foi capitulado.»

Não obstante, os ciumes do rei de Portugal não se acalmaram com esta declaração. Longe d'isso, os agentes que se havia man-

[1] Estes avisos regios (cedulas), e outros mais de menor importancia, foram prolixamente extractados por D. João Muñoz na sua preciosa collecção de manuscriptos para a historia da America.

[2] Estas instrucções foram publicadas por Navarrette no tom. IV, pag. 130, da sua *Coleccion*.

dado para Hespanha não desistiam dos seus projectos de peitar Magalhães ou de suscitar difficuldades á empresa. Pelo meio do mez de julho chegaram a Sevilha Christovão de Haro, João de Cartagena e outros empregados da esquadra, com instrucções particulares que não estavam em perfeita harmonia com as instrucções dadas ao capitão, d'onde resultaram algumas difficuldades de que a Casa de Contractação se occupava. O agente do rei de Portugal n'aquella cidade, Sebastião Alvares, quiz aproveitar-se d'aquella conjunctura para fomentar a discordia e afastar Magalhães.

Com este fim compareceu na estalagem onde vivia o capitão. Encontrou-o a preparar as vitualhas e conservas para a viagem; e immediatamente travou com elle conversação sobre a empresa em que se tinha compromettido. Disse-lhe Alvares que aquella seria a ultima vez em que lhe fallaria como amigo e compatriota, posto que o via resolvido a levar por diante um projecto tão perigoso e tão contrario aos interesses do seu rei.

Em resposta a estas palavras, Magalhães expoz que a sua honra lhe não permittia faltar ao contracto que havia eelebrado com o rei; e como Alvares lhe objectasse que não era honra a que se ganhava indevidamente, e que até os mesmos castelhanos o consideravam ruim e traidor, o capitão portuguez respondeu com altivez e dignidade, que os descobrimentos que por ventura realisasse na sua viagem redundariam egualmente em beneficio do rei D. Manuel, bem que não houvesse de tocar em nenhuma das suas possessões, «Basta que descubraes na demarcação de Castella as riquezas que prometteis para que façaes um grande mal a Portugal,» respondeu Alvares. No seculo de Magalhães acreditava-se, como principio inconcusso, que a prosperidade e riqueza de um estado importava um grave prejuizo para os outros.

O agente portuguez acabou por convencer-se de que com aquelle genero de representações não conseguiria dissuadir o seu compatriota. Recorreu então aos affagos e promessas, procurando irritar-lhe o animo com a recordação das difficuldades que lhe estavam suscitando. Com este fim expoz-lhe que se quizesse passar

para o serviço do rei de Portugal, elle mesmo Alvares seria seu mediador, assegurando-lhe que d'aquelle monarcha obteria graças e favores, que em Hespanha lhe dispensavam tão sómente por interesse e não por affeição á sua pessoa. Pediu-lhe mais que não fizesse caso do carinho que lhe manifestava o bispo de Burgos, por que não havia n'elle nenhuma sinceridade. Talvez Magalhães sentisse vacillar a sua natural firmeza ao ouvir aquellas palavras; mas, recobrando animo, respondeu que emquanto o rei de Hespanha estivesse disposto a cumprir o que se havia pactuado, elle não abandonaria o seu serviço, certo de que os seus protectores aplanariam as difficuldades que haviam surgido [1].

Depois d'esta negativa, tratou Alvares de ganhar a Rui Faleiro, cujo caracter atrabilario e dominador o trazia queixoso de Magalhães, e dos empregados da Casa de Contractação, por causa das difficuldades que se levantavam. Faleiro, não obstante, mostrou-se mais firme e resoluto do que o seu companheiro. As representações do agente do soberano portuguez, respondia que jámais abandonaria o serviço do rei de Hespanha, seu senhor, que tantas mercês lhe havia feito. Ao ouvir esta resposta, repetida differentes vezes com egual resolução, Alvares acabou por acreditar que o cosmographo portuguez tinha perdido a razão, e assim o escrevia ao seu soberano.

Comtudo, nada d'isso era verdade. Faleiro conservava o seu juizo; porém as desavenças que a principio tinha tido com Magalhães iam pouco a pouco tomando o caracter de aberta ruptura. Não era possivel que dois homens egualmente resolutos, mas de genio muito differente, podessem determinar-se a emprehander a viagem, tendo ambos o mesmo posto, e o mesmo commando na esquadra expedicionaria. O rei teve de escolher entre os dois para confiar a um só o commando dos navios e o estandarte real; porém, como não queria desairar a nenhum d'elles, teve tambem de

[1] Carta de Sebastião Alvares ao rei de Portugal, escripta em Sevilha a 18 de julho de 1519, e extractada por J. B. Muñoz, nos archivos de Lisboa.

dar outro sentido á sua resolução. Pela real cedula datada de Barcelona em 26 de julho de 1519 dispoz o soberano que Faleiro, que áquelle tempo se não achava em perfeito estado de saude, ficasse em Sevilha a fim de fazer os aprestos para uma nova viagem que deveria seguir egual rumo[1].

Fez ainda mais o rei a fim de revestir Magalhães de toda a auctoridade necessaria para exercer o commando durante a viagem. N'aquella mesma real cedula promovia João de Cartagena ao commando do navio para que havia primeiro nomeado Faleiro; porém mandava ao mesmo tempo que o thesoureiro Luiz de Mendonça, que se havia posto em conflicto com Magalhães, prestasse a este a obediencia que era devida ao chefe da esquadra. Para conseguir este mesmo resultado, o rei separou do seu serviço a dois maritimos portuguezes que começavam a mostrar-se turbulentos.

Com tão energicas resoluções, tudo estava prompto no fim de julho para emprehender a viagem. Os cinco navios achavam-se providos de armas e munições, com viveres calculados para uma viagem de dois annos, e com 265 homens de tripulação entre capitães, pilotos, cirurgiões, escrivães, trabalhadores e marinheiros[2]. As difficuldades entre Magalhães e a Casa de Contractação tinham ido desapparecendo pouco a pouco, graças ao empenho que n'isso punha o rei; e o mesmo Magalhães estava disposto a confiar o commando de um dos navios ao irmão de Faleiro, se este conviesse em facilitar-lhe uma copia das taboas de longitude que para a viagem tinha disposto. Francisco Faleiro,

[1] Não poude encontrar esta real cedula; faz-se porém menção d'ella em varios documentos da época, e particularmente no requerimento que Magalhães fez aos officiaes da Casa de Contractação para que se lhe prestassem obediencia. Herrera qne talvez conheceu essa real cedula, referiu isto mesmo na dec. II, liv. IV, cap. IX, pag. 183.—Argensola, *Anales de Aragon*, liv. I, cap. 79, pag. 740.

[2] Entre os documentos colleccionados por Muñoz se encontra a noticia do custo dos navios, numero e nome de todos os seus passageiros provisões de viveres, armas, medicamentos e ferramentas. O custo da esquadra excedeu a 8.000.000 de maravedis, dos quaes perto da quarta parte tinham sido subministrados pcr Christobal de Haro.

era, de feito, um homem de grandes conhecimentos nauticos que podia ser muito util á expedicão [1], mas, ou fosse por que não quizesse acceitar o posto que se lhe offerecia por inimisade com Magalhães, ou por ter qualquer outro inconveniente, o irmão do astronomo ficou em Sevilha, disposto a partir em outra viagem. Todavia Ruy Faleiro entregou ao seu antigo companheiro o tratado de longitudes que havia de servir-lhe para a navegação [2].

Reguladas assim as coisas, tratou-se de proceder á cerimonia do juramento de Magalhães e á entrega do estandarte real que havia de levar na expedição. Escolheu-se para a festa uma egreja que com a invocação de Santa Maria da Victoria, os padres franciscanos minimos acabavam de construir no bairro de Triana. O corregedor de Sevilha, Sancho Martins de Leiva, recebeu de Magalhães, segundo o costume da época, o juramento e preito e homenagem de que levaria a cabo a empresa com toda a fidelidade, como leal vassallo do rei de Hespanha e Indias, depois do qual lhe poz nas mãos o estandarte real. Em seguida Magalhães exigiu dos capitães e officiaes dos seus navios o juramento de que seguiriam o rumo que elle lhes traçasse e lhe obedeceriam em tudo. Assim ficou concluida a ceremonia.

Na manhã de 10 de agosto de 1519, os navios, depois de darem uma descarga de artilheria, soltaram as amarras, e descendo pelas aguas do Guadalquivir, foram fundear no porto de S. Lucar de Barrameda, onde deviam completar-se os aprestos da expedição. Magalhães, comtudo, ficou ainda em Sevilha por alguns dias, occupando-se dos ultimos trabalhos. Fez então solemne testamento, no qual distribuia seus bens, para o caso de morrer na viagem. N'elle dispunha, que a decima parte dos lucros da expedição se repartisse entre quatro conventos de Sevilha, de Aranda del Duero,

[1] Navarrette, *Disertacion sobre la historia de la nautica*, part. III, pag. 147 (Madrid 1846).

[2] João de Barros, dec. III, liv. V, cap. X, refere que possuia o quarto capitulo dos trinta que formavam este tratado. Não ha outras noticias d'elle. Veja-se a illustração IV.

de Barcelona e do Porto; e que se applicasse a quinta parte dos seus bens em suffragios pelo descanço de sua alma. Do governo que o rei lhe havia concedido, por via de morgado, das terras que viesse a descobrir, Magalhães instituia primeiro herdeiro a seu filho Rodrigo, que então tinha apenas seis mezes de edade, ou na falta d'este ao filho ou filha que lhe nascesse de sua mulher, a qual se achava gravida. Na falta d'estes, o morgado deveria passar para a familia de Magalhães, com a impreterivel condição de usar do seu appellido, e das suas armas, e de residir e casar-se em Castella. Nomeia seus testamenteiros ao commendador Diogo de Barbosa, seu sogro, e ao doutor Sancho de Matienzo, conego de Sevilha, e official da Casa de Contractação. O primeiro d'estes, além d'isso, devia desempenhar as funcções de tutor de seus filhos, até que chegassem á edade de dezoito annos[1].

Occupou-se tambem Magalhães durante os ultimos dias da sua residencia em Sevilha, em redigir uma memoria que queria deixar ao rei antes de partir, para declarar as alturas e situação das principaes terras e cabos «porque poderia ser, diz elle, que o rei de Portugal quizesse em algum tempo dizer que as ilhas Molucas estão na sua demarcação, e poderia mandar alterar as derrotas das costas e encurtar os golphos do mar sem que ninguem lh'o entendesse, como eu o entendo, e sei como se poderia fazer[2]», Estas precauções eram necessarias n'aquella occasião, porque se dizia que o rei de Portugal se dispunha a mandar sair alguns navios para estorvar a viagem de Magalhães, sustentando os seus direitos ao dominio das terras que este navegador se propunha descobrir.

Depois d'isto, os capitães que tinham ficado em Sevilha, tomaram as chalupas para descer o rio e irem reunir-se á esquadra, que, como já dissemos, se achava fundeada em S. Lucar de Barrameda. Ali se occuparam por alguns dias em abastecer os navios

[1] Este testamento foi encontrado em Sevilha por D. J. B. Muñoz, que o copiou em extractos na sua valiosa collecção de manuscriptos.

[2] Esta memoria foi publicada por Navarrette no tom. IV da sua *Coleccion*, pag. 188.

dos viveres que faltavam. Todas as manhãs as tripulações vinham a terra para ouvir missa na egreja de nossa senhora de Barrameda; e antes de partir, o capitão deu ordem para que toda a gente da sua esquadra se confessasse, dispondo-se espiritualmente para tão larga viagem. Magalhães prohibiu além d'isso, sob penas rigorosas, que fossem mulheres a bordo[1].

Estas disposições não podiam retardar por muito tempo mais a saída da esquadra. Em 20 de setembro, tendo-se levantado um vento favoravel de SO, Magalhães mandou levantar ferro, e soltar as velas para se afastar d'aquellas terras, onde não deviam voltar senão poucos dos seus companheiros, depois de terem levado a cabo a mais protentosa viagem que até então se houvera feito.

[1] Pigafetta, *Primo Viaggio*.

CAPITULO V

Noticia da esquadrilha de Magalhães.—Disposições para regular a marcha.—Demora em Tenerife.—Primeiras desintelligencias com João de Cartagena.—Magalhães mette-o em prisão.—A esquadrilha avista as costas americanas.—Entra na bahia do Rio de Janeiro.—Negociações com os indigenas.—Reconhecimento do Rio da Prata.—Arribada á bahia de S. Julião.—Decide-se Magalhães a passar ali o inverno.—Descontentamento dos capitães.—Tramam uma conspiração.—Apoderam-se os sublevados de tres embarcações.—Rigidez de Magalhães.—Morte de Luiz de Mendonça.—O chefe da esquadra suffoca a sublevação.—Castigo dos amotinados.

A esquadrilha com que Magalhães saíra de S. Lucar de Barrameda, compunha-se, como fica dito, de cinco embarcações de pequeno porte, mas bem construidas e nas extremidades munidas d'uma obra morta elevada que tinha o nome de castello. A melhor das embarcações, posto que não fosse a maior, era a *Trindade* que Magalhães commandava em pessoa; a segunda, a *Santo Antonio*, era commandada por João de Cartagena, que ao posto de capitão unia o cargo de vedor da armada, e o titulo de adjuncto *(conjunta persona)* de Magalhães; a terceira, a *Conceição*, tinha por capitão Gaspar de Quesada; a quarta, a *Victoria*, o thesoureiro da armada Luiz de Mendonça; e a quinta, a *Santiego*, que apenas media pouco mais de 80 tonelladas, tinha por piloto João Serrano.

Além d'estes capitães iam na esquadra algumas pessoas de conhecida distincção, que Magalhães havia accommodado no seu proprio navio. Figurava entre estas um indio malayo, baptisado com o nome de Henrique, que o commandante em chefe levava con-

sigo na humilde condição de criado, para que lhe servisse de interprete nas suas negociações com os regulos das ilhas que ia descobrir. Ia tambem ali, Duarte Barbosa, aquelle portuguez, cunhado de Magalhães, tão notavel por suas explorações na Asia e pelo tratado geographico em que as descreveu. Figurava ainda, entre ellas, Antonio de Pigaffetta, a quem os hespanhoes chamavam Antonio Lombardo, por ser natural de Vicencia na Lombardia, o qual tendo noticia dos aprestos para a ousada expedição a que Magalhães e Faleiro estavam procedendo em Hespanha, pedio liecnça ao rei para fazer esta viagem, cuja historia mais tarde havia de narrar com tanta simplicidade e tanto agrado. Embarcaram tambem na frota alguns outros portuguezes, italianos, francezes, flamengos e até um inglez natural de Bristol. Desempenhavam estes pela maior parte, empregos muito inferiores: uns eram soldados, outros marinheiros ou artifices, e alguns apenas criados dos capitães [1].

Nos primeiros dias da viagem reinou na esquadra uma ordem admiravel. Magalhães tinha com particular cuidado dictado ainda em terra os mais minuciosos regulamentos, não só para ordenar os signaes d'um navio para o outro, senão tambem para a disciplina.» A fim de que a esquadra fosse sempre em ordem, estabeleceu para os pitotos e mestres as seguintes regras. O seu navio

[1] Vejam-se as listas das tripulações publicadas por Navarrette no IV tom. da sua *Coleccion*, pag. 12-22. O laborioso e intelligento historiador brasileiro Francisco Adolpho de Varnhagen, refere na sua *Historia Geral do Brasil*, secc. II, tom. I, pag. 31, e n'uma illustração que vem a pag. 436 do mesmo tomo, que ia tambem na expedição um piloto portuguez chamado João de Lisboa, que antes d'essa época tinha estado no Brasil, e que escreveu um livro sobre a marinha, actualmente perdido, mas cuja descoberta seria talvez de grande importancia para esclarecimento da historia da geographia. Nas listas publicadas por Navarrete tatvez João de Lisboa esteja designado com outro nome. O titulo da sua obra era o seguinte: «Tratado da agulha de marear, achado por João de Lisboa no anno de 1514, pollo que se pode saber em cuallquer parte que homem estiver quanto he arredado do meridiano.» João de Lisboa foi nomeado, mais tarde, piloto mór de Portugal, e falleceu antes de 1534.

devia sempre preceder os outros; para que o não perdessem de vista durante a noite fixava na pôpa *um facho de madeira*, chamada pharol. Se além d'este accendia uma lanterna ou um pedaço de corda d'esparto, os outros navios deviam fazer outro tanto para mostrar que o seguiam.

Quando além do pharol accendia dois fogos, os navios deviam mudar de direcção, ou para melhorar o rumo, ou por causa do vento contrario. Quando acendia tres fogos era signal de que deviam arrear os cutellos, que são umas pequenas velas que se collocam abaixo das velas grandes qnando o tempo é bom, a fim de tomar melhor o vento e accelerar a marcha. Quatro fogos eram signal de que se deviam amainar todas as velas, ou soltal-as se estavam amainadas. Muitos fogos ou alguns tiros de peça serviam para advertir que a esquadra estava proxima de terra, ou de baixio, e de que, por consequencia, era necessario navegar com muita precaução. Havia ainda outro signal que indicava quando se devia lançar ferro.

«Faziam-se trez quartos por noite; o primeiro ao anoitecer, o segundo (que se chamava hora media) á meia noite, e o terceiro antes de amanhecer. Por conseguinte toda a tripulação se dividia em tres quartos: o primeiro debaixo das ordens do capitão, ao segundo presidia o piloto, e o terceiro pertencia ao mestre. O commandante em chefe exigiu da tripulação a mais estricta disciplina, a fim de assegurar por este meio o feliz exito da viagem [1].»

Ao sexto dia de navegação, isto é a 26 de setembro, a esquadra chegou a um porto da ilha de Tenerife, onde se deteve tres dias para carregar carne, agua e lenha. D'ahi passou ao porto da montanha Roxa, no qual se demorou tres dias, esperando uma caravela que levava peixe para a esquadra [2]. A 2 de outubro, já depois de anoitecer, os navios se fizeram de novo á vela com o rumo de SO. No dia 3 de outubro, ao meio dia, fez Magalhães uma pe-

[1] Pigafetta, *primo viaggio attorno il monde,* liv. I. Instrucções do rei a Magalhães.

[2] Herrera, dec. II, part. IV, cap. X, pag. 131 (Madrid, 1601).

preso a algum d'elles, Magalhães confiou-o ao capitão da *Victoria*, Luiz de Mendonça, depois de haver d'elle recebido o juramento de que conservaria Cartagena em prisão e lh'o apresentaria todas as vezes que assim o exigisse[1]. O commando da *Santo Antonio* foi confiado ao contador Antonio de Coca.

A esquadrilha tomou o rumo do SO, logo que cessaram as calmas que a tinham detido na costa da Guiné. A 29 de novembro estava defronte do cabo de Santo Agostinho, na costa da America, e d'ali seguiu viagem para o Sul até o dia 8 de dezembro, em que avistou as praias do Brasil perto dos 20° de latitude meridional. Proseguindo n'essa direcção, a 13 do mesmo mez entrou na bahia do Rio de Janeiro, a que os hespanhoes deram o nome do santo do dia, chamando-lhe Santa Luzia. «Aqui fizemos, diz o historiador da expedicão, provisão de gallinhas, *patatas*, uma especie de fructa semelhante á pinha do pinheiro, mas que é extremamente doce e de um gosto exquisito (la piña), cannas mui doces, carne de anta, que se assemelha á da vacca, etc. Fizemos excellentes negocios. Por um anzol ou por uma faca davam-nos cinco ou seis gallinhas; dois gansos por um pente; por um espelhinho ou um par de tesouras obtinhamos uma porção de peixe sufficiente para alimentar dez pessoas; por um guiso ou uma fita traziam-nos os indigenas uma canastra de *patatas*. Por preços tão subidos como esses trocámos as figuras dos naipes: por um rei me deram a mim seis gallinhas, e os indios cuidavam que tinham feito um excellente negocio[2].»

Acreditou-se por muito tempo que Magalhães fôra o primeiro explorador d'aquella formosissima bahia. Documentos porém de incontestavel auctoridade vieram revelar que havia já oito annos, desde 1511, tinha o nome de bahia de Cabo Frio, e que n'ella se haviam estabelecido alguns portuguezes que negociavam com os

[1] Carta do contador João Lopes de Recolde ao bispo de Burgos, publicada por Navarrete no tomo IV da sua *Coleccion*, pag. 201.

[2] Pigafetta liv. I.

indigenas, carregando os seus navios de pau Brasil. Magalhães comtudo não encontrou ali senão indios, tupinambas, tribu pacifica da raça Guarani que povoava aquellas costas. Em cumprimento das instrucções que o rei lhe havia dado, prohibiu Magalhães sob pena de morte que a bordo se tomassem indios alguns como escravos; porque não queria dar pretexto a reclamações ou queixas por parte do rei de Portugal, nem carregar os navios de bocas inuteis.

A permanencia dos exploradores na bahia do Rio de Janeiro não durou senão quatorze dias. A 26 de dezembro, depois de bem providas as embarcações de aves e de frutas, Magalhães soltou de novo as velas, e seguiu viagem n'uma direcção paralella á da costa do continente, sem comtudo avistar a terra, até que a 10 de janeiro de 1520 se achou defronte do cabo de Santa Maria, situado na embocadura do caudaloso Rio da Prata, que os maritimos denominavam Rio de Solis, em memoria de seu tão celebre quanto infeliz descobridor. O commandante em chefe da esquadra quiz adiantar os reconhecimentos geographicos; e por tauto remontou as aguas do rio e até ao dia 7 de fevereiro andou explorando uma e outra margem e algumas das suas ilhas.

N'estes reconhecimentos, examinou Magalhães um pequeno serro na margem Norte, o qual formava um singular contraste com as baixas e dilatadas planicies que se estendem por aquellas paragens. Deram os hespanhoes áquella altura o nome de Monte-Vidi, do qual se derivou o nome actual de Montevideo. Alguns selvagens das immediações, que induzidos pela curiosidade visitaram as embarcações, foram obsequiados por Magalhães, sem comtudo entrar em contractos e negociações com elles.

Proseguiu a viagem no dia 14 de fevereiro, seguindo sempre as embarcações a inclinação da costa, soffrendo porém então as constantes borrascas do outono, que ás vezes as dispersavam por alguns dias, e embaraçavam as suas operações. Magalhães, como era o primeiro explorador que vira aquelles logares, ia reconhecendo miudamente os cabos e bahias da costa, desejoso de

[illegible] a 31 de março [illegible] a esquadrilha no porto de S. Julião [illegible] Magalhães queria invernar.

Nos [illegible] as [illegible] entre os expedicionarios iam-se [illegible] cada vez mais [illegible] e perigosas.

Na [illegible] do Rio de Janeiro, Magalhães [illegible] da fidelidade de [illegible] a quem ele mesmo tinha [illegible] ao posto de capitão [illegible] o commando da S. [illegible] e o deu a seu primo [illegible] Alvaro de Mesquita, [illegible] de nascimento.

No [illegible] em que arribaram ao porto de S. Julião, ao saber-se da resolução em que Magalhães estava de passar ali o inverno, e de por esse motivo diminuir as rações de viveres, os outros capitães e as tripulações, lembrando-se mais das commodidades que deixavam em Hespanha, que dos compromissos que tinham contraído para com o rei, e da immensa gloria que d'aquella empresa lhes devia resultar, sollicitaram de Magalhães que alargasse as rações ou voltasse para Hespanha, por quanto lhes parecia temerario o projecto de buscar um estreito que era impossivel encontrar, e que bastava já o terem navegado até onde ninguem se havia atrevido a chegar, e onde muito bem podia acontecer que uma violenta tempestade os arrojasse a alguma costa d'onde não podessem sair.

É certo que as immediações do porto de S. Julião eram despovoadas, desprovidas de viveres e além de tudo summamente frias. Magalhães comtudo não se deixou demover nem pela pobreza do logar, nem pelo rigor da estação, nem pela resistencia que a sua gente tratava de lhe oppor. Em resposta áquellas exigencias, resolutamente declarou que estava disposto a morrer ou a cumprir o que tinha promettido ao rei, de quem recebera o encargo de levar a navegação até á extremidade d'aquella terra, em demanda de um estreito, que indubitavelmente havia de achar mais para

diante. Se a estação era fria, Magalhães sabia que dentro em poucos mezes voltaria o estio, e então os exploradores teriam dias cada vez maiores ao passo que se fossem aproximando do polo do Sul; e quanto a queixarem-se de falta de viveres e provisões, o chefe fez-lhes ver que n'aquellas terras havia abundancia de lenha, excellente agua, e grande variedade de peixes e mariscos, e que além d'isso reduzindo as rações lhes não faltaria nunca o pão nem o vinho [1].

Mas as resistencias que começava a encontrar entre os expedicionarios iam pouco a pouco assumindo um caracter mais serio e inquietador. O dia immediato ao da arribada ao porto de S. Julião, o primeiro de abril, era domingo de Ramos [2]; e querendo solemnisar esta festividade com missa e as mais funcções religiosas que n'aquella terra deserta se podessem praticar, Magalhães convidou todos os capitães, officiaes e pilotos para ouvirem a missa em terra, e irem depois jantar em sua companhia a bordo do seu navio. Só Alvaro de Mesquita e Antonio de Coca desembarcaram com as tripulações, e unicamente o primeiro foi jantar na *Trindade* com o commandante em chefe. Desde logo suspeitou Magalhães que alguma coisa se tramava contra a sua pessoa; conservou-se porém na expectativa, resolvido a fazer frente a qualquer movimento e a dominal-o.

Tramava-se, de feito, um golpe vigoroso contra Fernão de Magalhães. Em a noite d'esse mesmo dia, Gaspar de Quesada, capitão da *Conceição*, que tinha preso no seu navio a João de Cartagena, pôl-o em liberdade e armou trinta homens decididos

[1] Herrera, dec. II, liv. IX, cap. XII, pag. 297. Este chronista referiu com minuciosa prolixidade todas as particularidades da viagem de Magalhães, desde o Rio de Janeiro até ao porto de S. Julião. O curioso diario escripto por Francisco Albo e publicado por Navarrete no tom. IV da sua *Coleccion*, pag. 209 e seguintes, assim como a já citada carta do contador Lopes de Recalde, e a relação de Maximiliano Transilvano, poucas circumstancias contém que não fossem relatadas por aquelle illustrado chronista.

[2] Resurreição (*Pascua Florida*) diz por equivoco o chronista Herrera, dec. II, liv. IX, cap. XI.

para dar um assalto á *Santo Antonio*. Este projecto pôde realisar-se facilmente a favor da obscuridade da noite; e logo que se achou senhor da *Santo Antonio*, Quesada prendeu e mandou pôr grilhões ao capitão Alvaro de Mesquita, declarando que a *Conceição* e a *Victoria* na qual mandava Luiz de Mendonça, se haviam revoltado contra a auctoridade de Magalhães a quem queriam obrigar a que tratasse com mais consideração os capitães e officiaes subalternos. O mestre do navio João de Elorriaga saíu a defender o seu capitão; Quesada porém lhe deu quatro punhaladas n'um braço que o fizeram abandonar todos os projectos de resistencia, e conseguiu fazer-se reconhecer como capitão do navio. D'este modo os sublevados ficaram senhores da *Santo Antonio* que passou a ser commandada pelo proprio Quesada, da *Conceição*, da qual Cartagena se fez capitão, e da *Victoria* que pertencia a Luiz de Mendonça [1].

No entretanto Magalhães dormia tranquillamente na *Trindade*. É facil conceber qual seria a sua surpreza na manhã seguinte ao saber a noticia da revolução consummada durante a noite nos tres navios da sua esquadra. Tão ufanos estavam os sublevados com o seu facilimo triumpho, que ao amanhecer, suppondo-se victoriosos, mandaram um emissario subalterno notificar o occorrido ao commandante em chefe, e requerer-lhe a observancia das ordens do rei a respeito do tratamento que havia de dar aos demais capitães e officiaes da esquadra. Diziam os amotinados que se haviam apoderado d'aquelles navios para evitar d'ali em diante o mau tratamento que até então tinham recebido; mas que se Magalhães conviesse em entrar em capitulações, estavam dispostos a dar-lhe o tratamento de senhoria, respeitar as suas ordens e beijar-lhe os pés e as mãos [2]. No caso em que as suas propostas não

[1] Tudo isto consta das informações a que Magalhães mandou proceder no porto de S. Julião, e que se acham publicadas no tom. IV da *Coleccion* de Navarrete, pag. 189 e seguintes.

[2] Este requerimento acha-se na carta, já citada, do contador Recalde, o qual elle colligiu das declarações feitas em Sevilha por alguns dos mesmos amotinados. É provavel que a mensagem não fosse tão respeitosa.

fossem acceitas, os tres capitães tinham preparado as armas dos seus respectivos navios.

O chefe da expedição não era homem que transigisse com os sublevados. De mais sabia Magalhães que a primeira fraqueza da sua parte seria causa da sua completa ruina; e com animo superior resolveu resistir a taes representações e exigencias. Por unica resposta ás suas instancias ordenou-lhes que viessem a bordo do seu navio; mas os capitães sublevados temendo que elle os prendesse e maltratasse, responderam que viesse o chefe á *Santo Antonio* onde todos reunidos discutiriam o que convinha fazer n'aquellas circumstancias.

Em vez de acceitar o convite, determinou Magalhães suffocar com mão armada a insurreição dos seus subalternos.

A empresa parecia difficil, attentas a superioridade e as vantagens dos amotinados; porém o resoluto capitão preparou-se para ferir o golpe, e expediu uma chalupa tripulada pelo *alguacil* Gonçalo Gomes de Espinosa e seis homens da sua confiança para que fossem levar ao capitão da *Victoria* a ordem de se lhe apresentar immediatamente. Luiz de Mendonça lia a ordem de Magalhães com certo sorriso malicioso, como se estivesse descobrindo n'ella um trama contra o qual era mister pôr-se em guarda, quando Gomes de Espinosa arrancando de repente um punhal que levava occulto lhe deu uma punhalada na garganta. Outro dos seus descarregou sobre a cabeça do infeliz Mendonça um segundo golpe que o estendeu morto sobre a coberta.

A lucta ia travar-se talvez entre os homens de Espinosa e a tripulação do navio, e sem duvida aquelles teriam de succumbir diante do maior numero; Magalhães porém era bastante previdente para não expor os seus a tamanho perigo. Quasi no mesmo momento em que Luiz de Mendonça era prostado, abordava á *Victoria* o cunhado de Magalhães, Duarte Barboza, official tão intrepido como intelligente, com quinze homens bem armados, e assenhoreando-se d'ella sem a menor resistencia, fazia içar nos mastros uma bandeira em signal de triumpho. Para prevenir qualquer ten-

tativa da parte dos amotinados, Barboza tirou a *Victoria* do logar onde estava fundeada e collocou-a ao lado da capitania. O mais pequeno dos navios expedicionarios, que ás ordens de João Serrão, se tinha conservado fiel ao commandante em chefe, seguiu este exemplo para se pôr tambem fóra do alcance dos sublevados.

Os planos de Cartagena e Quesada ficaram desconcertados. É certo que tinham ainda a *Conceição* e a *Santo Antonio*, nas quaes eram reconhecidos como capitães; porém, ou fosse porque não tinham plena confiança nas tripulações, ou, o que é mais provavel, porque se sentiram abatidos pela incontrastavel firmeza de Magalhães, ambos os chefes não cuidaram senão de retirar-se e regressar a Hespanha. Este mesmo projecto lhes pareceu irrealisavel, quando no dia 3 de abril trataram de o pôr em execução. Magalhães tinha-se postado com os seus tres navios na embocadura do porto, e não era possivel que os deixasse sair livremente.

Quesada adoptou então outro alvitre. Conservava-se preso com grilhões e encerrado em um beliche do seu navio, o capitão Alvaro de Mesquita, primo co-irmão, como já dissemos, de Fernão de Magalhães. O capitão revolucionario imaginou que lhe seria conveniente pol-o em liberdade e empregal-o como medianeiro para obter do commandante em chefe uma capitulação vantajosa. Mesquita porém não acceitou a commissão que lhe queriam confiar: conhecia perfeitamente seu primo e bem sabia que elle não entraria em convenções com os amotinados, e isto mesmo lhes expoz francamente, para que perdessem toda a esperança de chegar a um accordo com Magalhães. Quesada e Cartagena mudaram então de plano; trataram de sair do porto n'aquella mesma noite pondo na prôa de um dos seus navios o capitão Mesquita para que d'ali fizesse as suas propostas ao chefe da esquadra.

Á noite, de feito, o projecto foi posto em execução. A *Santo Antonio* ia já proxima da capitania quando Magalhães fez romper o fogo de artilheria e mosqueteria, dispondo immediatamente a abordagem. Os seus homens assaltaram o navio dos sublevados perguntando-lhes em alta voz: «Por quem sois?» ao que a tripu-

lação respondeu; «Pelo rei, nosso senhor e por vossa mercê». Desde então toda a tentativa de resistencia da parte dos amotinados se tornou impossivel. Magalhães aprisionou, sem nenhum esforço, Quesada, o contador Antonio de Coca, e os demais cabeças de motim; e mandou prender na *Conceição* o capitão Cartagena, que teve de entregar-se humildemente aos vencedores.

Não bastava suffocar o motim; era necessario tambem, no entender de Magalhães, castigar os seus auctores para escarmento e exemplo da marinhagem.

No dia seguinte, 4 de abril, Magalhães ordenou que o cadaver de Luiz de Mendonça, fosse desembarcado e esquartejado em terra, fazendo apregoar a sua traição; e tres dias depois, isto é, a 7, condemnou á morte Gaspar de Quesada e um criado d'elle chamado Luiz de Molino. Este ultimo porém, obteve o perdão da sua pena, a troco de servir de algoz na execução do amo. Quesada foi decapitado em terra com toda a possivel solemnidade; e o seu cadaver foi egualmente esquartejado emquanto se apregoava a sua traição. Não foi Magalhães muito mais benigno com João de Cartagena; tanto este como o capellão Pedro Sanches de la Reina, que pouco depois surprehenderam n'um trama revolucionario, foram condemnados a ficar abandonados n'aquella praia deserta [1].

Era preciso justificar perante o rei, este procedimento duro, talvez violento, necessario porém para manter a disciplina e a moralidade na esquadra expedicionaria. Bem sabia Magalhães o que lhe cumpria fazer em tal caso. Seu primo Alvaro de Mesquita en-

[1] Estes successos referidos com pequenas differenças por Herrera, dec. III, liv. IX, cap. XII, constam da carta do contador Lopez de Recalde, escripta á vista do processo que se instruira em Sevilha em 1521, e no qual depozeram particularmente os inimigos de Magalhães empenhados em o accusar, e de outro processo que se levantara em outubro de 1522, por occasião do regresso da *Victoria*, para esclarecimento das occorrencias da viagem.—Herrera diz que o clerigo revolucionario era francez.—João Elorriaga morreu em S. Julião em consequencia das feridas que recebeu da mão de Quesada. Assim consta da relação dos mortos durante a expedição.

tabolou a accusação por escripto. O commandante em chefe que na esquadra levava escrivães e alguazis, incumbiu-os de formarem um summario e inquerito judicial de todo o occorrido. Para esse fim foram ouvidos extensos depoimentos das testemunhas e actores d'aquelle sanguinolento drama, e se formou o processo que devia ser apresentado ao rei no regresso da viagem. Essas declarações que chegaram até aos nossos dias como um importante documento historico, justificaram Magalhães perante o soberano, e constituem uma prova irrecusavel da energia e resolução com que o esforçado navegador soube dominar a sublevação dos seus subalternos [1].

[1] Este processo foi publicado por Navarrete a pag. 10 e seguintes, do tom. IV da sua *Coleccion*.

CAPITULO VI

Manda Magalhães fazer um reconhecimento ao S. da bahia de S. Julião —Navegação de João Serrão com este fim.—Reconhecimento da rio de Santa Cruz.—Naufragio.—Soccorre Magalhães os naufragos que se lhe vem reunir.—Exploração no interior.—Avistam-se alguns habitantes d'aquellas regiões.—Apparente deformidade d'estes.—Relações de Magalhães com os patagões.—Combate dos castelhanos com estes selvagens.—Sae Magalhães do porto de S. Julião.—Obriga-o uma tempestade a arribar ao rio de Santa Cruz.—Continúa a navegação.—Avista o Cabo das Virgens.—Adiantam-se dois navios a fazer uma exploração.—Eutrada no estreito.

Restabelecida a obdiencia na frota expedicionaria, e tendo as chuvas diminuido, determinou Magalhães mandar fazer reconhecimentos nas costas visinhas em busca do desejado estreito. A inacção a que se via reduzido pelo rigoroso frio e constantes tormentas d'aquelles mares, talvez lhe dava mais cuidado que o receio de novas sublevações, contra as quaes tinha encontrado tão efficaz remedio.

Mediante a actividade do navegador portuguez, nos ultimos dias de abril, tudo estava prompto para se executar um reconhecimento ao S. da bahia de S. Julião.

João Serrão foi o escolhido para dirigir esta operação. A embarcação que este commandava, a *S. Thiago*, talvez por ser a mais pequena, foi a destinada para aquelle serviço. Recommendou Magalhães ao capitão Serrão que navegando para o S., sempre paralellamente á costa, procurasse o estreito que não devia estar longe. Não poderia, comtudo, o explorador afastar-se muito do

resto da esquadra: se, passado um certo numero de legoas, não encontrasse o estreito, devia voltar a S. Julião a reunir-se aos seus companheiros.

Correram felizes os primeiros dias da viagem. Serrão avançou, costeando sempre, perto de vinte legoas, até que, em 3 de maio, se achou na foz de um rio, cuja largura de mais de uma legoa, lhe fez talvez crer que era a entrada do procurado estreito. Em commemoração da festa que n'este dia celebra a egreja, Serrão deu ao rio o nome de Santa Cruz, que ainda hoje conserva. Ali esteve seis dias, reconhecendo a costa, pescando e caçando lobos marinhos, que se encomtravam em grande abundancia, e de um tamanho até então desconhecido aos navegantes castelhanos. Não se esqueceram estes de assignalar nas descripções da viagem, que um d'esses animaes, despojado da pelle, da cabeça e das gorduras, pesava dezenove arrobas [1].

Convencido de que não era ainda o estreito que buscava, proseguia Serrão a sua viagem para o S. sem se afastar muito da costa. Tinha apenas navegado algumas legoas, quando se viu contrariado pelos terriveis temporaes tão frequentes n'aquelles mares. No dia 22 de maio, o vento rompeu com tal furia. que reduziu a tiras as velas do navio. O leme foi arrebatado pelas vagas: e o proprio navio, arrastado pelo vento, foi varar na costa. Esta felizmente não era alcantilada, e a prôa pôde encalhar na praia, dando tempo a que a tripulação, em numero de 37 homens, podesse sair para terra. Só um negro, escravo de João Serrão, se afogou n'aquelle conflicto [2]. O navio despedaçado pelas vagas foi a pique em pou-

[1] Herrera, dec. II, liv. IX, cap. XIII.

[2] A data d'este successo, e a perda do escravo de Serrão, constam das relações dos mortos durante a expedição. Herrera, que no livro e capitulo citados, dá as melhores noticias do naufragio, refere equivocadamente que n'elle ninguem morrera. Maximiliano Transilvano relata o naufragio e a morte do escravo como tendo occorido em agosto, quando Magalhães reconhecia aquellas costas com a sua esquadra. O mesmo erro foi copiado por Vargas Ponce na relação da *Viagem de Santa Maria de las Cabezas*, pag. 189.

mentos, sem que o ram nos areaes da costa um
a carga. a, que cantava e bailava,
passaran
deve heiro com ordem de fa-
fic: vaz. O gigante pare-
a um ilheo onde o
ia occultar a sua
o para o ar co-
ruir ceo.
de Santa Cr uma singu-
eis legoas apenas; n e maravi-
or alimento senão as hervas q panhei-
atragos gastaram quatro dias e viram-s mem-
nar grande parte da madeira que conduziam. tribu
ás margens d'aquelle rio que lhes offerecia abunda.
de pescaria; e ali construiram uma pequena jangada, na
homens poderam passar á margem opposta para continuar
sua marcha até ao porto de S. Julião. Onze dias gastaram no
caminho. Alimentavam-se de hervas silvestres e de mariscos crus;
e soffreram tantas fadigas e penurias que quando se apresentaram
a Magalhães, nem este nem os seus companheiros os podiam re-
conhecer.

O chefe da expedição não desanimou com este novo contraste. O mar continuou tormentoso: frequentes e prolongadas tempestades não permittiam aos marinheiros prestar aos seus camaradas prompto e efficaz auxilio; Magalhães, porém, determinou immediatamente que partissem por terra 24 homens carregados de pão e vinho e outras provisões, e fossem procurar Serrão e os naufragos ás margens do rio de Santa Cruz. Venceram os castelhanos as difficuldades que lhes oppunham a asperesa dos campos que atravessavam e os rigores da estação. Viram-se obrigados a derreter o gelo para para prover-se de agua; para soccorrer quanto antes os seus compatriotas marchavam pressurosos por campos desertos, por vezes semeados de rochedos, ou cobertos de geada

e de neve. Chegaram finalmente ao rio de Santa Cruz, onde os esperavam Serrão e os seus, macilentos, extenuados de fadiga. Levaram, comtudo, dois dias a passar o rio na pequena jangada que anteriormente tinham construido. Os castelhanos aproveitaram esta demora para explorar o sitio do naufragio, e apanhar os restos do navio e da carga, que o mar tinha arrojado á praia [1]. Só depois d'isso regressaram á bahia de S. Julião. Os incommodos da marcha repetiram-se então, mas superiores a tantos padecimentos, os exploradores se reuniram ao chefe da expedição sem perder um só homem.

Magalhães distribuiu os naufragos da *S. Thiago* pelos outros navios da esquadra. João Serrão, que se havia tornado notavel pela sua fidelidade, e que no meio d'aquelle contratempo tinha desenvolvido uma grande energia, foi nomeado capitão da *Conceição*. Longe porém de se abalançar a novas empresas de exploração n'aquelles mares, Magalhães resolveu finalmente não sair da bahia em quanto os rigores da estação tornassem perigosas aquellas paragens. Occupou-se em reparar os navios, para o que construiu em terra uma pequena casa de pedra onde estabeleceu a forja dos seus mestres ferreiros. Tão intenso era o frio que ali se experimentava que tres dos trabalhadores perderam as mãos. Apesar d'isso o chefe expedicionario tratou de fazer um reconhecimento no interior do paiz. Quatro homens bem armados foram enviados com essa missão. Deviam caminhar até trinta legoas para o interior do paiz, plantar uma cruz, e entabolar negociações com os habitantes d'aquelles sitios, se os achassem, e se a terra offerecesse recursos de viveres e provisões. Os exploradores, faltando-lhes a agua e os alimentos que no caminho não encontraram, recolheram-se a S. Julião, informando que o paiz lhes parecia inteiramente despovoado.

Os castelhanos passaram muito tempo n'este porto sem ver nem um só habitante d'aquellas regiões. Principiavam a crer que

[1] Herrera, dec. II, liv. IX, cap. XIII. Carta já citada do contador Recalde.

a terra ara despovoada, quando divisaram nos areaes da costa um homem quasi nú, de estatura gigantesca, que cantava e bailava, lançando arêa sobre a cabeça [1].

Magalhães mandou a terra um marinheiro com ordem de fazer os mesmos movimentos, como signal de paz. O gigante pareceu acceitar estas demonstrações, e passou-se a um ilheo onde o chefe da esquadra tinha desembarcado. Não podia occultar a sua surpreza á vista dos hespanhoes. Levantava o dedo para o ar como se quizesse dizer que os estrangeiros vinham do ceo.

Não era menor a surpresa dos hespanhoes. Por uma singular tendencia para ver em toda a parte alguma coisa de maravilhoso, mui natural nos aventureiros do seculo XVI, os companheiros de Magalhães acreditaram que aquelle homem forte, alto, membrudo, que tinham diante de si, formava parte de alguma tribu de gigantes, até então desconhecida dos europeus.

«Este homem era tão alto, escrevia o historiador da expedição, que a nossa cabeça apenas lhe chegava á cintura. Era de uma bella estatura: o rosto largo e tingido de roxo, os olhos rodeados de amarello, e nas faces tinha duas manchas em fórma de coração. Os cabellos, que eram mui curtos, pareciam embranquecidos com pós. O seu vestido, ou para melhor dizer, a sua capa, era feita de pelles de um animal que abunda n'este paiz. Este animal tem a cabeça e as orelhas de mula, o corpo de camello, as pernas de veado, a cauda de cavallo, e relincha como elle [2].

Os companheiros de Magalhães acreditaram como Pigafetta que aquelle homem era um gigante. Os viajantes que posteriormente visitaram aquellas terras, repetiram as mesmas noticias ácer-

[1] O capitão Cook observou que os indigenae da ilha de Malicolo, deitavam agua na cabeça em signal de paz. *Voyage dans l'hémisphere austral*, tom. III, cap. III, pag. 83. (Paris, 1773). O mesmo tinha Dumpierre observado entre os habitantes da costa occidental da Nova Guiné.

[2] Pigafetta, *Viagio* 1.ª, liv. I. O animal tão imperfeitamente descripto pelo viajante italiano deve ser o lama (guanaco).

ca d'aquelles selvagens[1]; e os sabios modernos que os examinaram com todo o vagar, estiveram ainda a ponto de se deixar enganar pelas apparencias. «Não devemos dissimular, diz d'Orbigny, que nós mesmos nos deixámos enganar pelas apparencias, ao aspecto d'estes homens. A largura das espaduas, a cabeça nua, a maneira porque se cobrem da cabeça até aos pés com capas de pelles de animaes selvagens, cozidas de uma só peça, produziam em nós tal illusão, que antes de os medirmos, os teriamos tomado por homens de extraordinaria altura, ao passo que a observação directa os reduziu ás dimensões communs. Não podiam outros viajantes deixar-se levar das apparencias sem procurar chegar á verdade, como nós fizemos, por meio de medidas exactas[2]?»

Magalhães recebeu affavelmente o selvagem. Mandou dar-lhe de comer, e que pozessem diante d'elle um grande espelho, o qual lhe causou extraordinaria surpresa e admiração. O gigante que não tinha a menor idéa d'aquelle movel, e que sem duvida via pela primeira vez a sua propria figura, retrocedeu tão espantado, que deitou por terra quatro dos nossos homens que estavam atraz d'elle[2]. Depois de lhe haver feito alguns presentes, Magalhães mandou pol-o em terra, fazendo-o acompanhar por quatro homens armados.

Não tardaram em apresentar-se outros selvagens. Animados, sem duvida, pela esperança de obter eguaes presentes, aos que recebera o que tinha estado a bordo, manifestaram desejos de visitar o navio.

Os hespanhoes receberam-nos na chalupa, e levaram-nos á *Trindade* para que o chefe da expedição os conhecesse. Tratou-os Magalhães com a mesma affabilidade, fazendo-lhes servir uma refeição ordinaria sim, mas abundante, que os selvagens devoravam n'um momento. Depois de comer e de visitar os navios, fizeram signal de que queriam voltar para terra; e o capitão mandou-os

[1] D'Orbigny, *L'homme americain*, tom. II, pag. 67. (Paris, 1833)
[2] Pigafetta, *Viaggio*, etc.

levar na chalupa[1]. Os hespanhoes admirados da apparente deformidade d'aquelles indigenas, sobretudo da grandeza de seus pés, deram-lhe o nome de Patagões, com que ainda hoje são conhecidos[2].

Continuaram ainda as visitas dos indigenas. Um d'elles que parecia de genio mais suave e social, demorou-se alguns dias nos navios, aprendeu a pronunciar algumas palavras castelhanas e pediu que o baptizassem. Os hespanhoes deram-lhe o nome de João Gigante, fizeram-lhe varios presentes de roupa, espelhinhos, contas de vidro e outras bagatellas, e mandaram-no pôr em terra quando assim o pediu.

Em quanto esteve no navio comia ou guardava os ratos que os marinheiros caçavam.

Foi tanta a admiração que a presença d'aquelles selvagens causou a Magalhães, que, apesar do firme proposito de não carregar a esquadra com bocas inuteis, concebeu o projecto de embarcar dois d'elles para os apresentar em Hespanha, na volta da sua viagem, como seres sobrenaturaes. Não tardou em offerecer-se-lhe opportuna occasião para realisar o seu desejo. Depois de

[1] Herrera, dec. II, liv. IX, cap. XII.

[2] Oviedo. *Hist. de las Indias*, liv. XX, cap. VI. Gómara, *Hist. de las Indias*, cap. XCI, fol. 119, (ed. de Antuerpia, 1154). Este ultimo auctor dá algumas noticias referentes aos patagões, tiradas e exageradas das primeiras relações de Pigafetta, que trauscrevemos em seguida: «Mettiam e tiravam pela garganta, uma frecha para espantar os estrangeiros, pelo que mostravam, bem que alguns dizem que costumam fazer assim para vomitar quando estão repletos, ou quando hão mister das mãos ou dos pés. Tinham coroas como de clerigo, e o resto do cabello comprido e entrançado como um cordel, em que costamam atar as setas quando vão á caça ou á guerra. Vinham com alparcas e vestidos de pelles, e alguns muito pintados.»—Buffon, transcrevendo um fragmento da viagem de Cavendish, extractado da celebre collecção ingleza da viagem de Harris, diz que segundo este viajante «Magalhães chamou patagões a estes selvagens porque a sua estatura era de cinco covados ou sete pés e seis pollegadas. Não diz, acrescenta, em que lingua a palavra patagão expressa essa medida.» (Obr. de Buffon, tom. XII, pag. 895, ed. de 1831). É curioso achar equivocos como este, em escriptores de tanta elevação.

ter passado alguns dias sem vêr nem um só patagão, a 28 de julho, aproximaram-se da praia quatro d'aquelles mesmos que tinham visitado anteriormente os navios. Magalhães fel-os conduzir a bordo, e ahi separou os dois que projectou levar para Hespanha, permittindo aos outros dois que voltassem para terra[1]. Nada lhe faria suspeitar que aquella visita dos indigenas, que pareciam tão doceis e mansos, podesse envolver perigo algum para os seus companheiros.

N'essa noite, comtudo, appareceram alguns symptomas inquietadores. Até então não tinham os marinheiros castelhanos descoberto choças ou fogueiras que lhes revelassem que aquellas terras eram habitadas. Os poucos selvagens que se aproximavam da costa pareciam membros de alguma tribu que tivesse a sua residencia longe d'ali; n'aquella noite, porém, se observaram alguns fogos, accesos na praia, como se uma nova partida de indigenas tivesse vindo do interior. Ao amanhecer, Magalhães destacou sete homens para irem á descoberta. Os exploradores, todavia, não encontraram ningem no sitio onde tinham avistado as fogueiras. Restavam apenas os vestigios da assistencia dos selvagens n'aquelles logares, e as cinzas das fogueiras que haviam abondonado. Os indigenas haviam desapparecido, deixando as suas pégadas impressas na camada de neve, que cobria as planicies immediatas. Não parecia natural que sete homens mal armados se aventurassem a perseguil-os; os castelhanos, comtudo, andaram na pista dos indigenas durante o dia todo, sem divisarem um só. Cançados de tão inutil excursão, e temendo que a noite os viesse surprehender, resolveram voltar para os navios, quando se viram acommettidos por nove patagões, completamente nus, e armados de frechas, que os andavam seguindo a distancia.

[1] Pigafetta refere com circumstancias novellescas a prisão dos dois patagões. Foi preciso, segundo diz, por-lhe grilhões por engano, fazendo-lhes acreditar que os queriam presentear com aquelles ferros, e por-lh'os nos pés para que podessem leval-os para terra. *Primo Viaggio*, liv. I. Gómara copia estas mesmas particularidades.

Travou-se immediatamente o combate. Os hespanhoes não tinham senão uma arma de fogo, um arcabuz; levavam porém espadas para acutilar os inimigos, e rodellas para se defenderem contra as flexas. A lucta foi pertinaz: um castelhano, soldado da guarnição da *Trindade*, chamado Diogo Barrosa, caíu mortalmente ferido; mas os seus companheiros redobrando esforços, carregaram o inimigo, corpo a corpo, e os pozeram em pavorosa fuga, assim como as mulheres que estavam reunidas nas visinhanças.

Os hespanhoes acharam no logar do combate uma abundante provisão de carne meio crua, que os selvagens e as suas familias haviam abandonado na fuga. Carregaram com a que poderam levar comsigo, e retiraram-se para um monte proximo, com o fim de passarem a noite e ceiarem ao calor das fogueiras. No dia seguinte voltaram ao porto de S. Julião. Causou profunda impressão no animo de Magalhães a relação d'aquella correria, e sobretudo a perda de Barrosa. Desejando vingal-o, mandou vinte homens ao interior do paiz; estes porém, depois de oito dias de inuteis excursões, regressaram sem ter encontrado um só selvagem. Os expedicionarios nada mais poderam fazer do que dar sepultura ao cadaver do seu camarada.

O cosmographo da expedição, André de S. Martim, empregou os dias, que a esquadra passou n'aquelle porto, em fazer differentes observações para medir a longitude segundo o systema que Ruy Faleiro havia indicado em Sevilha. Em 24 d'agosto, estando já tudo disposto para a viagem, repetiu as suas observações e fixou a latitude de 49° 18′, dado importante para continuar a navegação começada.

Magalhães havia effectivamente disposto tudo para a partida. Tinha feito nos navios as reparações que se julgaram necessarias; e reservando para si o commando da *Trindade*, entregou o das outras embarcações a homens que lhe mereciam plena confiança.

Alvaro de Mesquita e João Serrão iam por capitães da *Santo Antonio* e da *Conceição*[1]; e a Duarte Barbosa cunhado de Ma-

[1] Herrera, dec. II, liv. IX, cap. XIII e XV.

galhães ficou o commando da *Victoria*[1]. Antes de levantar ferro, o chefe da expedição mandou abandonar em terra, em cumprimento da sentença anteriormente proferida, a João de Cartagena e ao padre Pedro Sanches de Reina, deixando-lhes uma regular provisão de bolacha e vinho. Foi grande a lastima com que os marinheiros castelhanos se despediram d'aquelles desgraçados, mas nem uma unica voz se levantou em opposição á vontade dõ chefe; tanto era o respeito que elle tinha sabido infundir depois da punição dos amotinados. A esquadrilha largou finalmente do porto no dia 24 de agosto[2], depois de se haverem confessado e de terem commungado todos os que a compunham.

Tudo fazia acreditar que os temporaes houvessem passado. O mar estava manso, as chuvas tinham cessado, e o vento soprava com menos força. Os navegantes proseguiam a sua viagem sem se afastarem muito da costa, e com o mesmo rumo que mezes antes Serrão havia seguido na sua infeliz exploração; ao aproximarem-se porém do rio de Santa Cruz a tempestade tornou a apparecer. Em 26 de outubro, quando entravam n'este rio, » pouco faltou para que a esquadra naufragasse por causa dos ventos furiosos que sopravam, e do grosso mar que levantavam, diz o historiador da expedição; porém Deus e os corpos dos Santos, quero dizer os fogos que resplandeciam na ponta dos mastros, nos soccorreram e nos salvaram[3]». Os fogos produzidos pela electricidade, que em meio das tempestades se observam frequentes vezes nos mastros dos navios, deram origem a uma superstição mui generalisada entre os navegantes d'aquella época. Os maritimos do tempo de Magalhães acreditavam que eram os corpos de S. Telmo, S. Nicolau e Santa Clara, do mesmo modo que os antigos criam ver Castor e Polux, que vinham em auxilio dos infelizes navegantes. Só no seculo

[1] Barros, dec. III, liv. V, cap. IX.

[2] Diario de navegação de Francisco Albo. — Relação de Maximiliano Transilvano.

[3] Pigafetta, *Viaggio*, liv. I.

actual se achou a explicação racional d'estes fogos, ficando desterrada para sempre aquella superstição[1].

Magalhães passou perto de dois mezes no rio de Santa Cruz. Empregaram os castelhanos esse tempo em fazer uma boa provisão de agua e lenha, e em pescar e secar o peixe que ali se encontra em abundancia[2]. Refere tambem o chronista Herrera que a 11 de outubro, ás dez horas e oito minutos da manhã, o capitão João Serrão viera a terra para observar um eclipse do sol, que devia verificar-se, mas que o resultado das suas observações de nada serviu para determinar a longitude d'aquelle logar, que era o que se tinha em vista[3].

[1] Veja-se a *Illustração* VI.

[2] O capitão Fitz-Roy, fallando d'este porto, dá muitas noticias, publica uma planta e muitas vistas d'elle no cap. XVI das suas *Voyages of Aventure and Beagle between*, 1826 and 1836, vol. II.

[3] A maneira confusa por que Herrera (dec. II, liv. IX, cap. XIV) dá conta da observação praticada por Serrão, tem feito acreditar a Amoretti, o illustrado editor de Pigafetta, que o chronista hespanhol affirma que o eclipse se verificou effectivamente; affirmação que elle contradiz em vista do silencio que a este respeito guarda o viajante italiano. Herrera só diz que á hora marcada a claridade do sol pareceu embaciar-se «mas não de modo que o corpo do sol, nem no todo nem em parte, ficasse obscurecido». Da sua narrativa deprehende-se que nas instrucções que os castelhanos levavam, sem duvida as que Faleiro lhes dera em Sevilha, havia a indicação d'um eclipse que devia verificar-se n'aquelle dia, deixa porém ver que não foi visivel no logar onde Magalhães se achava. Mr. Pingré na sua *Chronologie des eclipses* publicada no 1.º vol. da *L'Art de vérifier les dates* (2.ª ed.) assignala um eclipse solar que se verificou em 11 de outubro de 1520, que não foi visivel na Patagonia; é porém certo que nada dizem a este respeito nem a *Viaggio* de Pigafetta; nem o diario de Albo, nem os documentos que consultou o minucioso chronista Herrera, e que não chegaram até nós.

O historiador portuguez Fernão Lopes de Castanheda, na sua *Historia do descobrimento e conquista da India pelos portuguezes*, liv. VI, diz que Magalhães aproveitara um eclipse do sol, que se verificou a 17 de abril de 1420, para determinar «segundo as regras que lhe haviam sido dadas por Faleiro, que havia 61° de differença de longitude entre Sevilha e o rio de Santa Cruz.» A ser exacto este facto, provaria que os castelhanos tinham n'essa época regras bastante precisas para fixar a longitude dos logares, visto que o erro seria de menos de dois graus sómente; e basta ler o cap. IX, liv. V, dec. III da historia de Barros

A primavera tinha definitivamente apparecido n'aquellas regiões. Os dias já eram maiores que as noites; as tormentas tinham acalmado, o vento soprava com menos força, e o tempo parecia propicio para emprehender a viagem de exploração em demanda do desejado estreito. A 18 de outubro, Magalhães mandou levantar ferro e deu á sua esquadra o rumo de SO seguindo sempre o prolongamento da costa. Os ventos do S que são os reinantes n'aquella estação e lhe retardavam a marcha não poderam com tudo embaraçal-a. Os marinheiros castelhanos avançavam com pavor para aquelles mares desconhecidos e para aquellas latitudes, ás quaes nunca navegante algum havia chegado; Magalhães porém, cheio de donfiança e de resolução, havia declarado a seus companheiros nas instrucções que lhes dera antes de sair do rio de Santa Cruz que estava decidido a ir para diante até descubrir o estreito, ainda que fosse necessario avançar até aos 75° de latitude austral, e ainda que as tormentas lhe desaparelhassem os navios. Só no caso de não achar o estreito, se resolveria a navegar no rumo de leste, para ir ás Molucas, pelo sul do Cabo de Boa Esperança [1].

A esquadra andou dois dias a bordejar por causa dos ventos contrarios que lhe retardavam a marcha; mudando porém o vento avançou com toda a felicidade até aos 50° de latitude. A 21 de outubro, estando á distancia de cinco leguas da costa, avistou uma ponta de terra baixa e arenosa que se estendia para sudoeste.

Aproximaram-se para a reconhecer; era um cabo detraz do qual se distinguia uma abra de algumas legoas de largura. Em memoria da festa que a egreja celebra n'aquelle dia, deram ao cabo o nome das Onze mil virgens, que ainda hoje conserva [2]. Magalhães

para se ficar convencido das notaveis contradicções que os castelhanos encontravam ao fazer as observações segundo as regras de Faleiro. Pondo isto de parte, o facto apontado por Castanheda é completamente falso. Mr. Pingré na obra já citada, não menciona eclipse algum em 17 de abril de 1520: e n'esse dia Magalhães e os seus companheiros não estavam no rio de Santa Cruz; mas sim na bahia de S. Julião.

[1] Barros, dec. III, liv. V, cap. IX.—Carta do contador Lopes de Recalde.

[2] *Diario de Navegação* de Francisco Albo.

desde logo acreditou que aquella era a entrada do estreito que buscava. Immediatamente deu ordem a Mesquita e a Serrão para que avançassem com a *Santiago* e a *Conceição* a fazer um reconhecimento, em quanto elle ficava no mesmo logar com os outros dois navios, esperando o seu regresso. Os exploradores não deviam gastar mais de cinco dias n'aquella operação.

Sobreveiu de noite uma terrivel borrasca que durou trinta e seis horas, e que obrigou os navios que tinham ficado com Magalhães, a abandonar as ancoras e deixar-se arrastar á mercê das vagas e do vento. Os outros dois navios padeceram egual tormenta; e na impossibilidade de se reunirem ao resto da esquadrilha, por causa de um promontorio que se levantava na margem norte do canal, sem duvida o cabo da Possessão, deixaram-se levar pelo vento para o fundo do que elles acreditavam ser apenas uma bahia, esperando varar de um instante para o outro. No momento em que se julgavam perdidos, viram uma pequena abertura, que tomaram por um cotovelo que formava a bahia, e encaminharam-se para aquelle ponto.

Era, sem duvida, o esteiro actualmente denominado de Nossa Senhora da Esperança. Navegando sempre para diante, foram dar a uma bahia a que os hespanhoes pozeram mais tarde o nome de S. Gregorio. Ali se lhes offereceu á vista outro esteiro, conhecido depois com o nome de S. Simão, passado o qual, entraram os navegantes n'uma formosa bahia, a mais espaçosa de quantas até então tinham encontrado n'aquelles canaes. Acalmada a borrasca, os exploradores, depois de os terem reconhecido rapidamente, entenderam que deviam ir reunir-se com o chefe da expedição, para lhe dar conta do que tinham visto [1].

Entretanto Magalhães esperava a todo o momento o regresso dos exploradores. Com quanto não tivesse ainda expirado o praso que lhes marcara para a volta, começava a receiar que tivessem succumbido á tormenta que elle tambem havia experimentado.

[1] Pigaffeta, *Primo Viaggio*, liv. I.

Divisavam-se de bordo dos navios umas columnas de fumo, que se levantavam da terra immediata. Conjecturaram Magalhães e os seus companheiros, que os que se haviam salvado do naufragio, tinham accendido fogueiras para lhes annunciarem a sua existencia e lhes pedirem soccorro. «Quando, porém, estavamos n'esta incerteza, escreve o historiador da expedição, vimos as duas embarcações sulcando as ondas a velas soltas e bandeiras despregadas, que vinham para nós. Quando se acharam mais proximas dispararam muitos tiros de bombarda, soltando gritos de alegria. Fizemos outro tanto; e quando por elles soubemos que tinham visto a continuação da bahia, ou para melhor dizer do estreito, preparamo-nos para seguir o nosso caminho[1].»

Os marinheiros de cada um dos navios, deram a Magalhães encontradas noticias ácerca da exploração que acabavam de praticar. Referiam uns que não tinham achado senão golphos de mar baixo, e cercado de ribas altissimas. Diziam os outros que era aquelle o estreito, porque tinham caminhado tres dias sem avistar saída, deitando a cada passo a sonda sem acharem fundo muitas vezes. Tinham além d'isso notado grandes correntes, e muito pequenas mingoantes, o que lhes fazia crer que aquelle canal ia vasar as suas agoas ao poente, n'um mar desconhecido.

Estas noticias vieram confirmar Magalhães nas suas convicções. Avançou immediatamente com toda a esquadra uma legoa pelo canal dentro. Mandou surgir ali, e expediu uma chalupa com dez homens que fossem reconhecer a terra visinha. Acharam estes uma choça com mais de duzentas sepulturas de indios, porque, segundo o seu costume, vivem ordinariamente no interior das terras e só se aproximam das praias do mar no estio, e então enterram os mortos. Encontraram tambem uma baleia morta, e muitos ossos d'estes animaes espalhados pelos arredores, o que lhes fez crer que era terra de grandes tormentas. Além d'isto não encontraram homem algum, nem outros vestigios de que o paiz fosse povoado.

[1] Pigafetta, *Viaggio*, liv. I.

D'aquella paragem, determinou Magalhães que a *Santo Antonio* fosse fazer nova exploração aos canaes que corriam para o poente. D'esta viagem, comtudo, não resultou o reconhecimento final que se esperava. A *Santo Antonio* voltou poucos dias depois: Mesquita tinha feito uma navegação de cincoenta legoas sem achar fim ao canal, que parecia dilatar-se ainda muito mais. Em vista d'isso voltara a reunir-se ao chefe da expedição [1].

Se alguns dos navegadores se sobressaltaram com esta noticia, se julgaram que a travessa d'aquelles esteiros offerecia grandes perigos sem dar esperança de bom resultado, Magalhães ao contrario, cobrou novo esforço e resolveu emprehender a marcha. Já lhe não restava duvida de que estava na embocadura do estreito que com tanta firmeza havia procurado, que havia de leval-o aos mares da India, e que havia de immortalisar o seu nome.

[1] Herrera, dec. II, liv. IX, cap. XIV.

CAPITULO VII

Reune Magalhães em conselho os capitães e pilotos.—Estevão Gomes combate o projecto de Magalhães.—A esquadrilha penetra no estreito.—Separa-se a *Santo Antonio*.—De novo consulta Magalhães os capitães da sua esquadra.—Parecer do piloto André de S. Martim.—Continúa a exploração do estreito.—Descoberta do mar Pacifico.—Sublevação na *Santo Antonio*.—Chegam a Sevilha os sublevados.—Fórma-se na côrte um processo para averiguar o procedimento d'elles.—Prisão dos principaes.

Resolvido a levar por diante a sua projectada viagem, Magalhães quiz todavia ouvir o parecer dos capitães e pilotos da sua esquadrilha. Ordenou que se reunissem na *Trindade*, e levassem notas exactas das provisões que existiam nos navios, para continuar a viagem até ás Molucas. Verificou-se a reunião: os capitães disseram que havia viveres para tres mezes; e como o chefe se mostrasse tão decidido a levar a cabo a projectada empresa, os do conselho, ou fosse por enthusiasmo, ou, o que é mais provavel, pelo respeito que Magalhães lhes tinha sabido infundir, declararam que não seria digno d'elles o regressarem a Castella sem terem consummado a obra de que o rei os tinha incumbido. Entre os pilotos que assistiram ao conselho, havia comtudo um que de longa data tinha queixas de Magalhães. Era este um seu parente, portuguez tambem de nascimento, chamado Estevão Gomes, que se havia alistado na expedição por empenho do chefe [1]. O viajante Pigafetta, testemunha presencial d'essas altercações, refere que Gomes aborrecia Magalhães, porque quando este passou á Hespanha a fim de

[1] Barros, dec. III, liv. V, cap. VIII.

fazer as suas propostas ao imperador para ir ás Molucas pelo oeste, Gomes havia pedido, e estava a ponto de obter, algumas caravellas para uma expedição de que devia ser chefe, e a empresa de Magalhães veiu assim annullar os seus projectos, vendo-se reduzido a acceitar o posto de piloto [1]. Não parece provavel esta asserção do viajante italiano: Estevão Gomes alistara-se voluntariamente na esquadrilha expedicionaria, cedendo só á influencia de Magalhães; e talvez tivesse conservado sempre a boa harmonia, se não descobrisse no chefe certas preferencias que feriram o seu amor proprio. Quando em consequencia da desobediencia de alguns dos capitães, Magalhães deu a seu primo Alvaro de Mesquita o commando da *Santo Antonio*, Gomes offendeu-se d'esta distincção, e julgou-se desconsiderado com a elevação de um homem que embarcara na qualidade de supranumerario, e por tanto com a preterição da sua pessoa, que desempenhava o cargo de piloto. Estes antecedentes explicam os successos que se passaram na esquadra.

No conselho dos capitães, quando estes e os pilotos apoiavam o parecer de Magalhães, Gomes ousou expressar uma opinião contraria. Expoz ali que visto que já se tinha descoberto o estreito para passar ao outro mar e chegar ás Molucas, era tempo de voltar a Castella, porque se encontrassem longas calmarias ou tempestades na dilatada viagem que tinham de fazer, todos viriam a perecer ou por falta de viveres ou por effeito das borrascas. Magalhães aparentou grande placidez ao ouvir este discurso; porém com a resolução que lhe era caracteristica, respondeu que ainda quando soubesse que durante a navegação teria de alimentar-se das pelles de vacca de que eram forradas as antemnas dos navios, não voltaria atraz em quanto não descobrisse o que havia promettido ao imperador, porque esperava que Deus o ajudaria n'aquella empresa [2].

[1] Pigafetta. *Viaggio*, liv. I.

[2] Herrera, dec. II, liv. IX, cap. XV. Pigafetta refere que quando os compa-

Era para recear que esta opposição fosse o principio de novas dissenções na esquadrilha. Estevão Gomes não era um piloto vulgar. Por seus conhecimentos, pela sua energia e pelo seu caracter, gosava de grande credito entre os seus camaradas. Magalhães previu o perigo; e antes de empregar medidas de rigor, como já fôra obrigado a fazer na bahia de S. Julião, preferio impedir qualquer tentativa de resistencia. Mandou apregoar pelos navios, que no dia seguinte ao romper da manhã se emprehenderia a viagem, ordenando além d'isso que tudo estivesse prompto para esse fim, e prohibindo debaixo da pena de morte que se fallasse das difficuldades da empresa, e da falta provavel de viveres.

Effectivamente no dia seguinte a esquadra deu á vela, passando pelos mesmos sitios que pouco antes haviam reconhecido os dois navios exploradores, sob o commando de Mesquita e Serrão. Enfiaram os dois esteiros já explorados, e chegaram até á bahia de S. Bartholomeu, em frente de um grupo de ilhas de differentes grandezas [1].

Magalhães adiantou-se um pouco mais ainda, mas voltou logo á bahia onde lançou ferro. A principio a paizagem que se offerecia á vista dos navegadores era triste e pobre; extensas praias de areia, batidas por um vento frio, eminencias desprovidas de vegetação, rochas aridas e descalvadas, foi tudo quanto viram na primeira parte do estreito. Mais adiante, porém, a paizagem mu-

nheiros de Magalhães duvidaram de que aquelle canal fosse o demandado estreito, este dissera que estava certo de que o era, porque o tinha visto traçado n'uma carta de marear desenhada por Martim Behaim, a qual se conservava na thesouraria do rei de Portugal. Veja-se a illustração num. III.

[1] Para melhor se comprehender a exploração do estreito, póde ver-se a carta levantada em 1767 pelos maritimos que compunham a expedição franceza de M. de Bougainville, publicada com a relação da sua viagem em 1772; a que deram á luz em 1788 os maritimos hespanhoes da fragata *Santa Maria de las Cabezas*, que acompanha tambem a relação da viagem feita por esta fragata; e a que levantou a commissão hydrographica ingleza, sob a direcção dos capitães King e Fitz-Roy, que é, sem disputa, a melhor de todas. As cartas anteriores são muito defeituosas.

dou de repente: as alturas immediatas á costa cobertas de arvores de agradavel aspecto, o solo tapisado de verde relva, e um ceo limpido que realçava as bellesas d'aquelle quadro, fizeram dizer aos hespanhoes que as terras, de um e outro lado do estreito, eram as mais formosas do mundo [1].

N'esta exploração, Magalhães fixara particularmente a sua attenção, nas terras ao norte do estreito, que suppunha serem o termo do novo continente. Nas terras ao sul tinha avistado, ás noites, algumas fogueiras espalhadas por diversos pontos da costa. Deu-lhes por esse motivo o nome de Terra de Fogo [2], que tem conservado até hoje. N'essas mesmas terras tinha enxergado a embocadura de um canal, sem duvida o canal de S. Jeronymo, que se estendia para sudoeste, por entre umas serras cobertas de neve, com apparencia de ser outro estreito. Mandou immediatamente que a *Santo Antonio* e a *Conceição* fossem fazer um reconhecimento para aquelle lado, com recommendação de voltarem no praso de quatro dias [3]. O primeiro d'estes navios partiu á vela cheia para fazer esta exploração; o segundo ficou muito atraz, e voltou em breve tempo sem ter adiantado muito a descoberta.

Em quanto a *Santo Antonio* praticava aquella exploração, a esquadrilha velejou um pouco mais para a frente, mas em seguida voltou ao ponto marcado para a reunião de todos os navios. Ali passaram seis dias os marinheiros occupando-se em pescar sardinhas e robalos, de que havia grande abundancia, e fazendo provisões de agua e de uma lenha cheirosa, que apanharam em quantidade. Inquieto pela tardança da embarcação que Mesquita commandava, ordenou Magalhães que a *Victoria* fosse em cata d'ella; voltou, porém, passado pouco tempo sem a ter achado. No meio

[1] Herrera, dec. II, liv. IX, cap. XV. Veja-se a minuciosa descripção do estreito, seus terrenos e producções na *Viaje de la fragata Santa Maria de las Cabezas*, pag. 292, e seguintes.

[2] Maximiliano Transilvano, *Relacion*. §. IX.—Oviedo, *Historia general de las Indias*, tom. III, part. II, liv. XX, cap. I.

[3] Carta já citada do contador Recalde.—Pigafetta, *Viaggio*, liv. I.

do cuidado que esta tardança podia produzir, e quando as outras embarcações se preparavam para buscar a *Santo Antonio*, o piloto André de S. Martim, disse a Magalhães que não gastasse tempo a procural-a, porque suppunha que tinha voltado para Hespanha [1]. O chefe da expedição tambem acreditava em que os marinheiros d'aquelle navio se tinham sublevado contra Mesquita, e mudado de rumo, ou que haviam naufragado no canal que tinham ido explorar [2].

Quiz, comtudo, esperar ainda alguns dias e fazer novas deligencias, para ver se conseguia reunir-se aos seus companheiros; até que desgostado pela perda dos viveres que aquelle navio levava, e convencido da inutilidade dos seus esforços, determinou continuar a marcha. Navegando para o sul, e seguindo a inclinação da costa, chegaram os castelhanos a um cabo, o de Santo Isidro, onde o canal é um pouco mais estreito, e em seguida, mudando de rumo para sudueste, avançaram até á ponta mais meridional do continente, que os hespanhoes mais tarde chamaram môrro de Santa Agueda, e os inglezes cabo Foward. Ali observaram os pilotos a posição geographica do logar, e a fixaram em 50° 40′ de latitude austral [3].

Basta lançar os olhos a uma carta moderna do estreito para reconhecer o grau de precisão a que tinham chegado os navegadores hespanhoes, do principio do seculo XVI, na fixação das latitudes dos logares que percorriam. Com escassos conhecimentos astronomicos, com instrumentos de observação summamente imperfeitos, marcavam, com mui pouca differença, a verdadeira situação dos logares, relativamente á linha equinoxial. Não succedia outro tanto com a designação das longitudes, problema que então parecia irresoluvel, e que foi parte para serem tidos na conta de loucos os homens que, como Faleiro, o primeiro companheiro de

[1] Herrera, log. citado.

[2] Maximiliano Transilvano, *Relacion*, §. IX.

[3] O capitão King determinou a latitude do cabo Foward aos 53° 43′. *Voyage of Aventure and Beagle*, vol. I.

Magalhães, se empenhavam no seu estudo e chegavam a assentar algumas regras [1].

Do cabo que fórma a extremidade austral do continente americano, Magalhães fixou o rumo ao noroeste, e foi navegando até uma enseada situada a 53°. A esquadra fundeou ali por ordem do chefe. A separação da *Santo Antonio* fazia-lhe receiar novas dissenções entre os seus subalternos. Bem sabia Magalhães que quasi todos elles iam contrafeitos, embargados pelo temor que lhes tinha sabido inspirar, e que aproveitariam a primeira opportunidade que se lhes offerecesse para se sublevarem.

A perda do seu parente Alvaro de Mesquita, que reduzia o numero dos homens da sua confiança na esquadrilha expedicionaria, não era menos sensivel para Magalhães: mas se interiormente ponderava estes contratempos, não lhe faltava o animo para fazer frente ás difficuldades da situação. Querendo evitar perigosas reuniões no seu proprio navio, e ao mesmo tempo conhecer quaes de entre os capitães, pilotos, mestres e contramestres, eram contrarios á viagem, expediu em 21 de novembro uma circular a todos os navios, pedindo o parecer dos homens competentes de cada um d'elles, ácerca do que se deveria fazer. Dizia n'aquelle documento que elle nunca despresava o parecer dos outros, e que serviriam mal o imperador e faltariam ao juramento que lhe tinham prestado, aquelles que o não ajudassem com o seu conselho, «pelo que, acrescentava, vos mando da parte do dito senhor, e da minha vos rogo e recommendo que tudo o que julgardes que nos convém á nossa viagem, ou seja para proseguir ou para voltar atraz, me deis os vossos pareceres por escripto, cada um de per si, dizendo as causas e razões, porque devemos ir para diante, ou retroceder,

[1] Barros, dec. III, liv. V, cap. VIII e IX.

Navarrete compoz uma curiosa e erudita *Memoria sobre las tentativas hechas y premios ofrecidos en España al que resolver el problema de la longitud en el mar*. Tendo ficado incompleta a dita memoria, um neto do auctor, D. Eustaquio Fernandez de Navarrete, a concluiu, publicando-a na *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. XXI.

sem respeito a coisa alguma, porque deixeis de dizer a verdade; em presença das quaes razões, eu darei o meu parecer e determinação, para concluir o que havemos de fazer.»

Não se conhecem as respostas que deram os maritimos a esta consulta; porém, o cosmographo André de S. Martim, que servia de piloto na *Victoria*, deu informação contra o proseguimento da viagem. Ou porque tivesse recebido graves offensas de Magalhães, como os seus inimigos disseram em Hespanha[1], ou, o que é mais provavel, porque temesse os resultados da expedição, S. Martim deu uma extensa e respeitosa informação, em que aconselhava ao chefe da esquadrilha que, reconhecido o estreito, voltasse para Castella. O habil piloto não duvidava de que por aquelle caminho se poderia chegar ás ilhas da especiaria, representava porém o mau estado dos navios, a falta de viveres, o abatimento e debilidade da gente, as frequentes borrascas d'aquelles mares, e a grande extensão da viagem. «Tenho dito o que sinto, accrescenta ao concluir, e o que alcanço, para cumprir com Deus e com vossa mercê, e com o que me parece serviço de sua magestade e bem da esquadra: vossa mercê faça o que lhe parecer.»

Magalhães nunca abrigara o proposito de se deixar convencer por aquellas representações. Pensara sempre em seguir para diante, ainda quando fosse contra a vontade de todos os seus subalternos. Com este fim, deu aos commandantes instrucções circumstanciadas, expondo os motivos que tinha para levar por diante a sua viagem, ordenando a todos que o seguissem, pois com a divina protecção haviam de chegar a bom termo. Notificada esta resolução aos navios, mandou levantar ferro no dia seguinte no meio das salvas dos seus arcabuzeiros[2].

[1] O contador Lopes de Recalde, diz na sua carta já citada, que na bahia de S. Julião, Magalhães mandara dar tratos a S. Martim, por haver feito uma carta da viagem, que arrojou logo ao mar.

Esta noticia não consta de nenhuma outra auctoridade; é provavel que fosse pura invenção para accusar a Magalhães perante o rei.

[2] Barros, dec. III, liv. V, cap. 9. O historiador portuguez, que na sua cele-

A esquadrilha seguiu navegando pelo estreito, no rumo de noroeste; Magalhães, porém, não se podia resignar a abandonar aquelles canaes, sem ter, mais uma vez, noticias da *Santo Antonio*. Estanciou ainda na embocadura de um riacho, que offerecia á esquadra abundante pesca de sardinha, e mandou á *Victoria* que voltasse atraz.

Duarte Barbosa, que commandava este navio, não tendo encontrado os companheiros, plantou uma bandeira n'uma altura proxima á bahia da Possessão [1], ao pé da qual poz uma marmita, com uma carta em que indicava o rumo da expedição, e veiu reunir-se a Magalhães. No entretanto uma chalupa tinha ido explorar a desembocadura occidental do estreito. Os homens que a tripulavam aproximaram-se da Terra de Fogo, e observaram de passagem, diversos canaes que a cortavam, formando varias ilhas. Chegando á ultima d'estas, por detraz de uma ponta coberta de recifes, descobriram um mar immenso, que se dilatava sem limites para oeste. Voltaram ao terceiro dia, e annunciaram que tinham visto o cabo em que terminava o estreito. «Todos chorámos de alegria, diz o historiador da expedição. Aquella ponta foi chamada Cabo Desejado, porque, effectivamente, havia longo tempo que desejavamos vel-o [2].»

Já não era possivel esperar mais pela *Santo Antonio*. Depois das ultimas noticias, os castelhanos continuáram a sua viagem pelo estreito. No silencio d'aquellas solidões, Magalhães ouvia as repercussões e bramidos do mar, ao outro lado das terras do sul, e sem querer exploral-as detidamente, julgou que o paiz a que ti-

bre historia, faz menção d'estes importantes documentos, diz que tinha em seu poder o livro do diario do piloto André de S. Martim, fallecido na viagem, e que d'elle tomou as instrucções de Magalhães, a informação do piloto e muitos outras noticias referentes a esta expedição.

[1] Talvez nos montes que Bougainville, em recordação de um romance de cavallaria, mui popular em França, denominou *Aymon e seus quatro filhos*. Veja-se a sua *Voyage autour du monde par la frégate du Roy: la Boudeuse*, etc. Paris 1771. Part. I, cap. VIII, pag. 125.

[2] Pigafetta, *Primo Viaggio*, liv. I.

nha chamado «terra de fogo», devia ser formado por algumas ilhas cortadas por canaes[1]. Aquellas regiões pareciam inteiramente despovoadas: os castelhanos não tinham visto um só homem em todo o estreito, mas os fogos que divisaram nas terras do sul, e as sepulturas que encontraram na costa do continente, lhes fizeram crer que os habitantes d'aquelles paizes, viviam retirados para o interior.

Na esquadrilha havia, além d'isso, dois patagões tomados na bahia de S. Julião, que poderam dar-lhes algumas noticias ácerca dos povoadores d'aquellas regiões. Um d'elles tinha ficado na *Santo Antonio;* o outro, porém, estava na esquadrilha, onde era objecto da curiosidade dos marinheiros e particularmente de um prolixo investigador. «Durante a viagem, eu entretinha o melhor que me era possivel o gigante patagão, que estava no nosso navio; e por meio de uma especie de pantomima lhe perguntava o nome patagão de muitos objectos, de sorte que cheguei a formar um pequeno vocabulario. Estava tão habituado a isto que, apenas me via pegar na penna e no papel, aproximava-se para me dizer os nomes dos objectos que estavam ali á sua vista e das operações que via praticar. Um dia que lhe mostrei a cruz, deu-me a entender por gestos que Ietebos[2] me entraria no corpo e me faria rebentar. Sentindo-se enfermo, e julgando proximo o fim de seus dias, pediu a cruz, que beijou, e rogou-nos que o baptisassemos. Assim o fizemos, dando-lhe o nome de Paulo[3]. O patagão morreu pouco depois da saída do estreito.»

A 27 de novembro de 1520 a *Victoria*, que ia adiante das outras embarcações, descobriu uma ponta, a partir da qual as costas do norte mudavam rapidamente de direcção. Deram-lhe o nome de Cabo Victoria, em honra da embarcação que a havia descoberto. Além d'esse cabo estava o grande oceano que Magalhães

[1] Maximiliano Transilvano, *Relacion,* § IX.

[2] O grande demonio.—D'Orbigny não menciona esta palavra entre as que aponta do idioma patagão.

[3] Pigafetta, *Viaggio,* liv. I.

demandava para proseguir na sua viagem ás ilhas da especiaria. Os hespanhoes, e o proprio Magalhães, deram ao estreito o nome de Todos os Santos, em recordação da festa que a egreja celebra no primeiro de novembro, dia em que entraram nos seus canaes. A posteridade, mais justa com o navegante portugucz do que o foi com a maior parte dos descobridores do seu seculo, deu ao estreito o nome que hoje conserva [1].

Magalhães gastara perto de um mez em passar o estreito que com tanto afinco havia procurado. Parte d'esse tempo tinha sido empregado em explorações inuteis, em discussões com os seus subalternos, e em esperar que se lhe reunisse a *Santo Antonio*, da qual não havia noticias certas. Infelizmente as suspeitas de sublevação a bordo e do seu regresso para Hespanha, aventadas pelo piloto S. Martim, tinham sobejo fundamento.

Parece que desde que aquella embarcação foi expedida por Magalhães para reconhecer um canal nas terras do sul, o piloto Estevão Gomes, e outros amigos seus, haviam concebido o projecto de se separarem da esquadrilha expedicionaria. Elles comtudo não revelaram depois esse projecto, e referiram o succedido da maneira que passamos a contal-o.

Os marinheiros da *Santo Antonio* praticaram o reconhecimento d'aquelle canal sem resultado algum, e ao terceiro dia retrocederam para se reunirem á esquadrilha, no logar que Magalhães lhes havia indicado. Não encontraram ali nenhuma embarcação; todas n'esse dia tinham navegado á descoberta do estreito. O capitão Mesquita queria então seguir viagem para se reunir com Magalhães; mas o piloto Estevão Gomes, e o escrivão Jeronymo Guerra, oppunham-se a esse projecto, e tratavam de voltar para Hespanha.

A discussão devera de ser demasiadamente acalorada, a tal ponto, que Mesquita, vendo a sua auctoridade desacatada, determinou fazer-se respeitar pela força, e deu uma estocada na perna

[1] Veja-se a *Illustração* VII.

do piloto Gomes. Este por sua vez puxou da espada, e feriu o capitão na mão esquerda. Mesquita não gosava do menor prestigio entre os homens da tripulação: o odio que os castelhanos tinham a Magalhães, pelos acontecimentos do porto de S. Julião, havia-se tornado extensivo ao seu parente, que representara o papel principal nas execuções que se seguiram á revolta. Assim, em vez de o auxiliarem contra o rebellado piloto, os marinheiros se lançaram sobre elle e o prenderam. Em seguida foi nomeado capitão do navio o escrivão Guerra, o qual mandou mudar de rumo e seguir viagem para Hespanha.

Os amotinados trataram de recolher a bordo do seu navio o vedor João de Carthagena, e o padre Sanches de la Reina, que Magalhães havia abandonado na costa patagonica; porém, ou fosse porque desistissem d'essa idéa, para não retardar a viagem, ou porque os não achassem no logar em que tinham ficado, continuaram a sua navegação, inclinando-se para a costa d'Africa [1]. Não tardou muito que se fizesse sentir a falta de viveres no navio. Foi necessario reduzir a alimentação de cada pessoa a tres libras de pão por dia. O patagão que ia n'este navio, falleceu antes de chegar a Hespanha.

Durante a viagem, levantaram os sublevados um auto de informação do occorrido na esquadrilha, para justificar o seu procedimento perante o rei. Metteram a tormento o capitão Mesquita, e obtiveram d'elle as declarações que quizeram para sua justificação; e ao chegar a Sevilha, a 6 de maio de 1521, apresentaram-se aos officiaes da Casa de Contractação e entregaram o preso. Disseram que as crueldades ordenadas por Magalhães, tinham por origem os requerimentos que lhe haviam feito, para que observasse a ordem estabelecida nas provisões reaes; acrescentando que o

[1] O historiador portuguez João de Barros, dec. III, liv. V, cap. IX, é quem esta noticia nos dá, sem dizer se acharam ou não os dois abandonados.—Argensola na sua *Historia de la conquista de las Molucas*, liv. I, pag, 17, diz expressamente que os rebeldes os encontraram e os levaram para Castella. É inexacto, como adiante se verá.

chefe da esquadrilha não levava rumo fixo na sua viagem, e perdia o tempo e consumia os abastecimentos sem proveito algum. O sogro de Magalhães, Diogo de Barbosa, que como fica dito desempenhava o cargo de tenente-rei do alcaide do alcaçar de Sevilha, correu em sua defeza, e pediu a liberdade do capitão Mesquita. Nada pôde, comtudo, conseguir: os officiaes da Casa de Contractação levantaram um summario, e receberam declarações de cincoenta e cinco pessoas que iam no navio, prenderam Jeronymo Guerra, o piloto Estevão Gomes, os supranumerarios João de Chinchilla e Francisco de Angulo, e dois marinheiros que pareciam os mais complicados na sublevação. Os outros foram postos em liberdade para evitar despesas inuteis.

O contador da Casa de Contractação, João Lopes de Recalde, encarregou-se de dar conta de tudo ao cardeal regente do reino, durante a ausencia de Carlos v [1], e ao presidente do conselho de Indias.

O procedimento dos officiaes da Casa de Contractação foi aprovado na côrte. Ordenou-se que ficassem sob vigilancia a mulher e filhos de Fernão de Magalhães, para que não podessem escapar-se para Portugal, e que os presos fossem trasladados para Burgos, onde residia a côrte, para os ter seguros até que se podesse descobrir a verdade de tudo o que occorrera na viagem. Mandou-se tambem que se lhes não pagasse soldo algum, emquanto se não ajustassem as contas com cada um d'elles.

O processo devia necessariamente ser longo, visto que só á volta de Magalhães ou da sua esquadrilha, podia chegar á conclusão; mas o castigo dos processados começava desde logo. Factos d'esta natureza não são raros nos processos que se levantaram aos esforçados varões que descobriram e conquistaram o novo continente.

Não se esqueceu tambem o conselho das Indias d'aquelles

[1] Esta informação é a carta tantas vezes citada do contador Lopes de Recalde.

dois desgraçados que Magalhães deixara na costa patagonica, e particularmente de João de Carthagena, que occupava uma posição mais notavel do que a do seu companheiro de infortuuio. Mandou que a Casa de Contractação enviasse um navio a procural-os; parece, porém, que nunca se logrou este resultado [1]. Nem nos historiadores nem nos mais prolixos documentos, se encontra noticia de que houvessem regressado á Hespanha aquelles desterrados. Póde dizer-se, quasi com certeza, que a justiça de Magalhães se fez tão completa como elle tinha querido.

[1] Carta de Lopes de Recalde de 12 de maio de 1521.—Herrera, dec. II, liv. IX, cap. XV, e dec. III, liv. I, cap. IV.—Representação feita ao rei por Diogo Barbosa, em 1523. Este documento foi publicado por Navarrete a pag. 288 do tom. IV da sua *Coleccion*.

CAPITULO VIII

A esquadrilha de Magalhães entra no grande oceano.—Dão-lhe o nome de mar Pacifico os maritimos hespanhoes.—Tocam n'umas ilhas que chamaram Desventuradas.—Soffrimentos na esquadrilha, enfermidades e fome.—Chegada dos hespanhoes ás ilhas dos Ladrões.—Relações dos hespanhoes com os insulanos.—Roubam estes uma chalupa e são castigados.—Reconhece Magalhães outras ilhas que chamou de S. Lazaro.—Desembarca em uma d'ellas.—Relações e tracto com os insulanos.—Chegada á ilha de Massaguá.—Obsequios trocados com o rei d'essa ilha.—O cavalheiro Pigafetta vae a terra em commissão.

Os tres navios a que a esquadrilha de Magalhães ficara reduzida, haviam finalmente penetrado no grande oceano. Os maritimos davam graças ao ceo, por terem saído felizmente do estreito, e haverem chegado áquelles mares que ninguem antes d'elles havia navegado. Deixavam para traz as tempestades que tinham posto em grave perigo os seus navios, e começavam a afastar-se, debaixo dos melhores auspicios, das frias regiões do estreito. Com quanto o mar fosse grosso, não tiveram que soffrer borrascas nem contratempos. No seu regosijo, os castelhanos baptisaram o oceano com o nome de mar Pacifico, que conserva ainda hoje[1].

Favorecida por ventos prosperos, a esquadrilha continuou felizmente a sua viagem, com rumo para o norte. Os navegantes divisaram á sua direita, no primeiro de dezembro, duas ilhas dos innumeraveis archipelegos que se levantam na costa occidental da

[1] Pigafetta, *Viaggio*, liv. II.—Herrera, dec. I, liv. IX, cap. XII.

Patagonia; e afastando-se de terra, navegaram até 24 de janeiro do anno seguinte, 1521, e ehegaram á latitude de 16° 15′ perdendo de vista o continente e ilhas adjacentes [1]. N'esse dia encontraram uma pequena ilha em cujas costas não poderam fundear, e á qual deram o nome de S. Paulo. Pouco mais adiante avistaram outra ilha, que chamaram dos Tubarões; não tendo, porém, encontrado n'ellas, nem habitantes nem viveres, a ambas deram o nome de Desventuradas [2].

Magalhães acercava-se das ilhas que encontrava em seu caminho a fim de renovar os viveres das suas embarcações. «A falta de vitualhas era já tanta, diz o chronista Herrera, que comiam por onças, bebiam agua fetida, e cosiam o arroz em agua do mar do que resultou morrerem vinte homens e adoecerem outros tantos, o que lhes causou grande tristeza [3].»

Mais pittoresco é ainda o viajante Pigafetta, quando refere as miserias que elle e os seus companheiros padeceram no decurso da navegação. «A bolaxa que comiamos, diz elle, já não era pão, era um pó mesclado de gusanos, que lhe haviam devorado toda a substancia, e que tinha, além d'isso, um sabor acre insupporavel por estar impregnado de urina de rato. A agua que bebiamos era egualmente putrida e acre. Vimo-nos obrigados, para não morrer de fome, a comer o coiro com que se havia forrado a verga grande, para impedir que a madeira gastasse as cordas. O coiro, porém, constantemente exposto á agua, ao sol e aos ventos, era tão duro que precisava andar quatro ou cinco dias no mar para se fazer um pouco mais tenro; punhamol-o depois ao lume, e assim o comia-

[1] Diario de Albo.

[2] Em 1812 publicou em Londres, o intelligente geographo hespanhol, D. José de Espinosa, uma carta do mar do sul, na qual traçou o roteiro da esquadrilha de Magalhães. Este roteiro é o mais exacto que se conhece. Os outros, ou são de pura invenção, ou copiados da carta de Espinosa. Veja-se a *Ilustração* VIII.

[3] Herrera, dec. II, liv. IX. cap. XV. Das listas já citadas, cujos originaes existem nos archivos das Indias, e que foram publicadas no tom. IV da *Coleccion* de Navarrete, vê-se não ser tão grande o numero dos mortos.

mos. Muitas vezes nos vimos reduzidos a alimentarmo-nos de serradura de madeira; e os proprios ratos, tão repugnantes ao homem, haviam chegado a ser alimento tão apetecido, que se dava até meio ducado por cada um.»

«Ainda isso não era tudo. A nossa maior desgraça consistia em nos vermos atacados por uma especie de enfermidade que fazia inchar as gengivas, a ponto de occultarem os dentes de ambas as mandibulas. Os atacados d'esta doença não podiam tomar nenhum alimento. Além dos mortos, tivemos vinte e cinco a trinta marinheiros doentes, que soffriam dôres nos braços, nas pernas, e em outras partes do corpo; mas por fim curaram-se. Pela minha parte não posso dar sufficientes graças a Deus, porque durante todo esse tempo, e no meio de tantos doentes, não tive a mais pequena molestia[1].»

No meio de taes soffrimentos, continuou a esquadrilha a sua viagem durante cerca de tres mezes. Felizmente o vento tinha-lhe sido favoravel; e proseguindo com o rumo do noroeste, a 13 de janeiro passaram a linha equinoxial, e a 6 de março avistaram umas ilhas situadas a 13° de latitude norte[2].

Ao acercarem-se as embarcações de uma d'essas ilhas, para tomar agua e provisões, viram os castelhanos uma multidão de canôas que navegavam com assombrosa rapidez, com o auxilio de umas velas triangulares feitas de um tecido grosseiro de folhas de palmeira. Por esse motivo deram áquellas terras o nome de ilhas das Velas Latinas[3]. Os insulanos encaminhavam-se para os navios

[1] Pigafetta, *Viaggio*. liv. II. A enfermidade de que falla o viajante era o escorbuto.

[2] Estas datas vem visivelmente erradas em Herrera. Nós seguimos o Diario de Albo, conforme com a *Viaggio* de Pigafetta.

[3] Diario de Albo. Maximiliano Transilvano chama Ivagana á ilha a que Magalhães aportou. Deve ser a ilha de Guahan ou de S. João, da carta do jesuita hespanhol Affonso Lopes, ilha a mais meridional do archipelago das Mariannas.

O celebre navegador inglez Jorge Anson, que reconheceu este archipelago em 1742, diz no cap. V, liv. III da sua *Voyage*, que as ilhas reconhecidas por Magalhães, n'este archipelago, devem ser as de Saypan e Tinian, situadas entre

numeraveis archipelagos que surdem nos mares orientaes da Asia. A 16 de março, achando-se á distancia talvez de trezentas legoas das ilhas dos Ladrões, encontraram-se, ao nascer do sol, junto de uma terra elevada, que logo reconheceram mais claramente. Era uma ilha a que os naturaes davam o nome de Zamal [1]. Algumas canôas, que se deixavam ver, fugiam com grande pressa, quando os castelhanos se acercavam. Em seguida reconheceram outra ilha visinha; e navegando para oeste encontraram outra completamente despovoada, que tinha por nome Humunu.[2] Magalhães mandou desembarcar ali no dia seguinte para fazer aguada com segurança, e gosar de algum descanço depois de tão comprida viagem. Fez além d'isso armar duas tendas para os doentes, e mandou matar uma porquinha, apanhada sem duvida, nas ilhas dos Ladrões.

Foi este um dia de descanço para os navegantes. Como fosse o quinto domingo de quaresma, vulgarmente chamado de Lazaro, deram os hespanhoes ao archipelago em que acabavam de penetrar, o nome de S. Lazaro, e á ilha em que desembarcaram o de Aguada dos Bons Indios. Quizera talvez demorar-se ali alguns dias; na tarde seguinte, porém, viram acercar-se d'elles uma chalupa com uns nove homens. Magalhães ordenou que ninguem fizesse o menor movimento, nem pronunciasse uma palavra sem permissão d'elle. «Quando chegaram a terra, o chefe dirigiu-se ao capitão

e o extracto que d'elle fez Prévost na sua *Histoire générale des voyages*, tom. x, pag. 351, ed. de Paris.

O padre jesuita Affonso Lopes, missionario n'estas ilhas, levantou uma carta d'ellas, que foi publicada em Hespanha, e por diversas occasiões reproduzida em França. As ilhas dos Ladrões são denominadas tambem ilhas Mariannas, pelos esforços e despezas que fez a rainha D. Maria Anna de Austria, mãe de Carlos II, para n'ellas estabelecer missões, e conquistar os seus habitantes á vida civilisada. Veja-se a obra do padre Gobien intitulada *Histoire des Mariannes*, Paris, 2.ª ed., 1701, em 12.

[1] Nos mappas tem sempre o nome de Samar. O *Diario* de Albo chama Suluan e Yunagan ás primeiras ilhas que os castelhanos reconheceram n'aquelle archipelago.

[2] Assim lhe chama Pigafetta.—Albo denomina-a Gada. Deve ser a pequena ilha de Guigan, situada a SE. de Iamar, que ainda hoje se conserva despovoada.

general, manifestando-lhe, por gestos, o prazer que tinha em nos ver. Vendo-os tão pacificos, Magalhães mandou dar-lhes de comer, e lhes offereceu ao mesmo tempo alguns bonets de côr, espelhinhos, pentes, avelorios, telas, pequenas alfaias de marfim e outras bagatellas semelhantes. Os insulanos penhorados pela cortezia do capitão, deram-lhe peixe, um jarro cheio de vinho de palmeira, a que elles chamam *uraca*, uns platanos grandes e outros pequenos, que teem melhor sabor, e dois côcos. Indicavam-nos ao mesmo tempo, por gestos, que não tinham ali outra coisa que podessem offerecer-nos, mas que dentro de quatro dias voltariam e nos trariam arroz, a que chamam *umai*, côcos e outros viveres [1].» N'estas transacções, Magalhães chegou a familiarisar-se com os insulanos, e a conquistar a sua amisade.

Levaram-no á ilha visinha, chamada Zuluan [3], e lhe mostraram os seus armazens de mercadorias, cheios de cravo, canella, pimenta e noz moscada, dando-lhe a entender que os paizes para onde se encaminhavam, produziam em grande abundancia aquellas especiarias. Por sua vez Magalhães convidou-os a irem a bordo dos seus navios, e ali lhes mostrou tudo o que pela novidade podia chamar-lhes a attenção. «Na occasião da partida fez disparar um tiro de canhão, que os espantou singularmente, de modo que muitos estiveram a ponto de se lançar ao mar para fugir; não foi necessario, porém, muito trabalho para os persuadir que nada tinham a receiar. Retiraram-se por tanto tranquillos, assegurando que em breve voltariam, como tinham promettido.» Os insulanos cumpriram fielmente a sua palavra. Voltaram á ilha em que os castelhanos estavam acampados, e trouxeram-lhes grande quantidades de viveres, côcos, laranjas, vinho de palmeira, e até um gallo, para mostrar que tinham gallinhas. Vinha com elles o seu chefe que era um ancião, adornado com pendentes nas orelhas.

[1] Pigafetta, *Viaggio*, liv. I.

[2] Nas cartas modernas chama-se Juluan. É uma pequena ilhéta adjacente á costa oriental da ilha de Leite. Veja-se o *Diccionario Geografico de las Islas Filipinas*, pelos padres Buzeta e Bravo, tom. II, Madrid, 1850.

Em troco dos seus presentes, receberam alguns objectos dos que Magalhães tinha embarcado em Sevilha para negociar nas terras que houvesse de visitar. Sem deter-se por muito mais tempo n'aquelle logar, proseguiu para oeste, e sudoeste por entre pequenas ilhêtas despovoadas.

Na noite de 27 de março distinguiram os castelhanos uns fogos longiquos, que lhes fizeram conhecer que havia por ali uma ilha povoada. Na manhã seguinte, Magalhães dirigiu os seus navios para aquelle ponto, e quando estava perto de terra, viu uma chalupa com oito homens que se acercava da esquadrilha. Como já dissemos, o capitão levava comsigo um escravo asiatico, natural de Sumatra, baptisado com o nome de Henrique, que tinha trazido na esquadra para lhe servir de interprete. Este escravo fallou no seu idioma nativo aos homens da chalupa, e estes entenderam o que elle queria dizer, porque o uso da lingua malaya estava generalisado n'aquelles archipelagos que os castelhanos começavam a reconhecer. Os insulanos comtudo pozeram-se ao lado dos navios; não queriam porém subir a bordo, e tinham medo de se aproximar muito dos estrangeiros. Notando aquella desconfiança, Magalhães mandou lançar ao mar um bonet de côres e algumas outras bagatellas presas a uma taboa, que os selvagens apanharam com mostras de grande contentamento. Partiram logo a dar parte ao seu rei da chegada d'aquelles homens desconhecidos. Não tardou a apresentar-se o rei em pessoa, trazendo valiosos presentes de ouro e gengibre, que Magalhães não quiz acceitar, talvez para não revelar cobiça, presenteando-os pela sua parte com algumas bagatellas [1].

Á tarde a esquadrilha fundeou perto da ilha, defronte d'uma pequena povoação em que estava situado o palacio do rei [2]. No

[1] Pigaffeta, *Primo Viaggio*, liv. II.

[2] É a pequena ilha de Limasagua, ou Limasava, que Pigaffeta chama Massana, e Albo Masaguá. Está situada ao sul da ilha de Leite.—O padre Colin nos seus *Misterios apostolicos de los obreros de la compañia de Jesus*, liv. I, cap. VIII, chama-lhe Dimassavan.

dia seguinte, 29 de março, que era terça feira santa, mandou Magalhães a terra o seu escravo, com recommendação de dizer ao rei d'aquella ilha, que os estrangeiros eram vassallos do rei de Castella, que queriam fazer paz com elle, e negociar as mercadorias que levavam, e que se tinha viveres lhe pedia que lh'os mandasse e que lh'os pagaria. O rei respondeu que os não tinha para tanta gente, mas que repartiria com elle do que tivesse [1]. Os castelhanos souberam então que aquella ilha se chamava Masavá, ou Masaguá.

Não tardou muito o rei da ilha em ir aos navios, levando aos castelhanos valiosos presentes de arroz e outros viveres. Começou por abraçar amigavelmente a Magalhães; e este por sua vez, no meio de manifestações de amisade, fez varios presentes de telas, espelhinhos, facas e outras bagatellas ao rei e ás pessoas do seu sequito.

O escravo que servia de interprete, encarregou-se de previnir os insulanos de que o chefe da esquadrilha queria viver como irmão com o rei de Masaguá, o que foi para este causa de grande contentamento.

Magalhães apresentou ao rei tecidos de diversas côres, e as outras mercadorias que levava nas embarcações. Fez-lhe ver todas as armas de fogo, e mandou até disparar alguns tiros de peça para manifestar o seu poder. Mostrou-lhe as armaduras de aço de que se revestem os soldados e que os tornavam invulneraveis á espada e ao punhal, fazendo-lhe conhecer que cada um dos seus navios tinha um numero consideravel de soldados armados com a mesma solidez. Conduziu-o depois ao castello de pôpa e lhe mostrou uma bussola e a carta da navegação. Explicou-lhe por meio do interprete as difficuldades da sua viagem, e como havia descoberto o estreito por onde viera sair áquelle oceano, e os mezes que tinha passado no mar sem ver terra.

É facil comprehender quão grande seria o pasmo do rei

[1] Herrera, dec. III, liv. I, cap. III.

de Masaguá e da sua comitiva, ao ver aquelles objectos e ao ouvir as explicações de Magalhães. Os habitantes d'aquella ilha haviam saido já d'aquelle estado de barbaria, em que os homens das tribus selvagens olham com desdem, ou pelo menos com estupida indifferença, para os maiores prodigios da civilisação. Não só cultivavam as terras para colher as valiosas producções d'aquellas ilhas, mas tambem fabricavam, com certa habilidade, os objectos necessarios ás suas commodidades, e negociavam os seus productos com as ilhas visinhas. O rei comprehendeu a superioridade dos estrangeiros, e julgando-se honrado com a sua amisade, tratou de festejal-os e obsequial-os, esperando sem duvida tirar proveito das suas relações com elles. Querendo voltar a terra, sollicitou de Magalhães que lhe permittisse desembarcar com dois castelhanos, para lhe mostrar tambem algumas particularidades do seu paiz. O chefe da expedição accedeu a esta supplica, e elegeu dois homens para acompanhar o rei. Um d'elles era o cavalheiro Antonio de Pigaffeta, que registou com admiravel singelesa, na relação da sua viagem, as impressões que recebeu no desempenho d'esta commissão.

«Quando desembarcamos, o rei levanton as mãos ao ceo, e voltou-se para nós: fizemos outro tanto, assim como todos os que nos seguiam, e depois fomos collocar-nos debaixo de um alpendre feito de canas onde estava um *balangai*, embarcação de cincoenta pés de comprimento, e nos sentámos á pôpa, procurando fazer-nos entender por siguaes, por não haver interprete. Os da comitiva do rei conservavam-se de pé, armados de lanças e de escudos.

«Serviram-nos um prato de carne de porco, com um cantaro cheio de vinho; a cada bocado bebiamos uma escudella d'este licor, e se deixavamos algum resto despejavam-no n'um outro cantaro antes de tornar a enchel-a. Ninguem se atrevia a tocar na escudella do rei senão eu. Apesar de ser terça feira santa não pude deixar de comer carne.

«Antes da ceia offereci ao rei varias coisinhas que tinha le-

vado comigo, e lhe perguntei o nome de muitos objectos na lingoa do paiz; grande foi o pasmo de todos quando me viram escrever.

«Á hora da ceia trouxeram dois grandes pratos de porçolana, um com arroz, outro com carne de porco guisada; bebemos pelas mesmas escudelas que tinham servido ao jantar, e quando acabámos fomos para o palacio do rei, que tem a fórma de uma meda de feno, coberto com folhas de platano, e sustentado por quatro vigas bastante altas; sobe-se por uma escada de mão.

«Quando chegámos á estancia real, mandou-nos o rei sentar no chão com as pernas encruzadas. Meia hora depois trouxeram um prato de peixe assado, cortado em pedaços, gengibre e vinho. O filho mais velho do rei, que não tinhamos ainda visto, veiu sentar-se entre seu pae e mim. Serviram-nos mais dois pratos, um de peixe outro de arroz, dos quaes comemos em companhia do principe herdeiro. O meu companheiro bebeu desmedidamente e ficou embriagado.

«As suas bugias são feitas d'uma especie de gomma ou resina de uma arvore que chamam *anima*, envoltas em folhas seccas de palmeira ou figueira.

«Quando o rei se quiz deitar, fez-nos signal para que saissemos, e nós dormimos aquella noite ao lado de seu filho, em uma esteira de cannas com almofadas de folhas de arvores.

«No dia seguinte veiu o rei buscar-nos para almoçar com elle; mas tendo a esse tempo chegado a nossa chalupa, para nos levar para bordo, demos-lhe os nossos agradecimentos e partimos. O rei estava de bom humor: beijou-nos as mãos, e nós beijamos-lhe as d'elle. Seu irmão, que era rei d'outra ilha, veiu comnosco, acompanhado de tres homens. O capitão convidou-o a jantar e mimoseou-o com varias bagatellas.

«Disse-nos este rei que na sua ilha havia pedaços de oiro do tamanho de nozes, e até como ovos, misturados com terra, e que todos os jarros e adornos da sua casa eram d'aquelle metal. Vinha vestido com bastante decencia; era de bello aspecto: os cabellos

negros caíam-lhe por cima dos hombros: trazia brincos de oiro, e a cabeça envolta n'um veo de seda. Cingia uma especie de adaga, ou espada com punhos de oiro, e bainha de madeira mui bem lavrada. Viam-se-lhe em cada um dos dentes tres pintinhas de oiro, de modo que parecia que toda a dentadura estava ligada por este metal. Estava perfumado de estoraque e beijoim, e tinha a cutis pintada.

«A sua residencia ordinaria é uma ilha onde se acham as terras de Butuan e Calagan [1], quando porém os dois reis querem conferenciar, reunem-se na ilha de Masana, aquella onde nós estavamos. O primeiro d'estes reis chama-se rajah Columbu, e o segundo rajah Siagu.

«Dia de paschoa, que era o ultimo de março, o capitão general mandou logo de manhã a terra o capellão com alguns homens, para fazer os preparativos necessarios para dizer missa. Ao mesmo tempo enviava o escravo interprete para notificar ao rei que iamos á sua ilha, não para comer, mas para cumprir com uma ceremonia do nosso culto; o rei approvou tudo e mandou-nos dois porcos que tinha matado.

«Desembarcámos em numero de cincoenta, meio armados e vestidos com decencia. Quando as lanchas chegaram a terra, dispararam-se seis bombardas em signal de paz. Ao saltar em terra, sairam a receber-nos os dois reis, que deram um abraço no general, e o collocaram no meio d'elles.

«N'esta ordem chegámos ao sitio onde se devia dizer a missa, e antes de começar, o general aspergiu os dois soberanos com agua de almiscar. Ao offertorio beijaram a cruz, como nós, mas não fizeram offerenda. Ao levantar da hostia consagrada, adoraram a Eucharistia, imitando tudo o que nós faziamos. As embarcações, advertidas por um signal, deram n'aquelle momento uma salva geral, e depois da missa muitos dos nossos commungaram.

[1] Na ilha de Mindanáo. Butuan está ao norte, Calagan ou Caragan, ao sul.

«O general mandou trazer em seguida uma grande cruz, guarnecida com os cravos e a corôa de espinhos, diante da qual nos ajoelhámos, nós e os indios. O interprete disse aos reis, da parte do capitão, que aquella cruz era o estandarte que o imperador lhe tinha confiado, para que a plantasse em toda a parte onde chegasse; que por conseguinte queria deixar uma ali, para que quando á ilha viesse um navio europeu, soubesse que ali tinhamos sido recebidos como amigos, e tratasse do mesmo modo os naturaes, respeitando as suas pessoas e fazendas. Acrescentou que era preciso pôr aquella cruz no logar mais elevado, para que todo o mundo a visse, e que todas as manhãs deviam vir adoral-a. Prometteram-lhe os reis, por meio do interprete, cumprir exactamente tudo quanto o general lhes recommendava.

«Perguntámos-lhe se eram mouros ou gentios; responderam que não adoravam nenhum objecto terrestre, porém, levantando as mãos para o ceo, deram a entender que reconheciam um ser supremo, a quem davam o nome de *Abba*, o que encheu o general de satisfação. Este disse ao rei, que se tinha algum inimigo, iriamos combatel-o com os nossos navios. Respondeu o monarcha insulano que effectivamente se achavam em guerra aberta com os habitantes de duas ilhas visinhas, mas que não sendo occasião opportuna para atacal-os, não podia acceitar o seu generoso offerecimento.

«Regressámos a bordo, e de tarde voltámos a terra e fomos em companhia dos regulos plantar a cruz na montanha mais elevada das visinhanças. O capitão deu a entender aos insulanos as vantagens que alcançariam, se conservassem aquelle emblema de salvação, diante do qual todos os circumstantes nos ajoelhámos. Ao descer da montanha atravessámos muitos campos cultivados, e fomos parar ao sitio onde estava o *balangai*, e onde os reis nos serviram varios refrescos [1].»

[1] Pigafetta, *Viaggio*, liv. II. A relação do viajante italiano está um pouco abreviada no texto.

Para assignalar o itinerario de Magalhães nas Philippinas, tomei por uni-

As ilhas que então reconhecia Magalhães, pertenciam ao archipelago que elle tinha chamado de S. Lazaro, e que depois foi denominado das Philippinas, em honra do filho de Carlos v[1]. N'estas ilhas haviam os castelhanos encontrado favoravel acolhimento, viveres em abundancia, e descanço dos soffrimentos de uma tão extensa e penosa navegação. Desgraçadamente, os verdadeiros e grandes padecimentos da frota expedicionaria não tinham ainda começado.

cos guias o *Diario* de Albo publicado por Navarrete, e a relação de Pigafetta, tendo sempre á vista a carta d'aquelle archipelago, publicada em Madrid em 1749 pelo jesuita hespanhol Pedro Murillo de Belarde, na sua *Historia de las islas Filipinas*, a que acompanha as viagens de lord Anson, e a publicada ultimamente em Madrid no *Atlas* de Coello. As noticias que ácerca d'esta viagem publicaram o padre Colin, na sua citada obra, fr. João Francisco de Santo Antonio, na sua *Cronica de los descalzos de San Francisco en Filipinas*, e os padres missionarios Buzeta e Bravo na introducção do seu *Dicionario geografico de las islas Filipinas*, conteem erros notaveis, nascidos sem duvida de que não conheceram os documentos que nos serviram de guia, e cuja authenticidade não póde pôr-se em duvida. O *Diccionario* dos padres Buzeta e Bravo serviu-nos com tudo para dar o nome moderno aos logares notados por Albo e Pigafetta.

Póde ver-se tambem a obra publicada em 1846, em Paris, por mr. Mallot com o titulo de *Les Philippines*, dois volumes em 4.° com um atlas. A obra intitulada *L'Oceanie*, por mr. de Rienzi (Paris, 3 vol. in-8.°), contém muitos erros ao tratar do descobrimento das Philippinas.

[1] Os padres Bravo e Buzeta, e quasi todos os escriptores hespanhoes já citados, crêem erradamente que o archipelago de S. Lazaro é o mesmo que Magalhães tinha denominado dos Ladrões. Veja-se o *Diario* de Albo e a *Viaggio* de Pigafetta, que são as verdadeiras auctoridades a este respeito.

CAPITULO IX

Chega Magalhães á ilha de Zebú.—Primeiros contractos com o rei d'esta ilha.—Baptismo do rei, da rainha e de perto de oitocentos iusulanos.—Castigo dos habitantes da ilha de Mactan.—Magalhães determina atacal-os ao saber que elles se negavam a reconhecer a auctoridade do rei de Hespanha.—Comette esta empresa contra o parecer dos capitães da esquadrilha.—Combate de 27 de abril de 1521.—Temerario arrojo de Magalhães.—Sua morte.—O seu retrato traçado pelo cavalheiro Pigafetta.—Os vencedores recusam entregar o cadaver de Magalhães.

Parecia que Magalhães se havia esquecido do principal objecto da sua celebre expedição. O favoravel acolhimento que lhe fizeram os habitantes d'aquellas ilhas, as amostras de oiro que lhe haviam apresentado, as ricas producções de especiaria que recebia em troca dos seus presentes, de tal sorte lhe preoccupavam o espirito, que quasi se tinha descuidado do projecto de continuar a viagem para as Molucas.

Na ilha de Limasagua perguntara aos regulos com quem tinha communicado, qual era o porto das immediações onde com mais vantagem poderia negociar as suas mercadorias e prover de viveres os seus navios.

Soube então que havia tres portos de grande importancia n'aquellos ilhas; Ceylon, Zubú e Calagan[1]. Tendo-lhe dito que o

[1] Ceylon ou Seilani, como escreve Albo, na ilha de Leite; Zubú, Zubut ou Zebú, na ilha d'este nome, e Calagan na costa oriental da ilha de Mindanáo.

de Zubú, ou Zebú, era o mais rico de todos, determinou encaminhar-se para elle.

Na manhã do primeiro de abril a esquadrilha estava prompta para dar á vela. O rei de Masaguá pediu aos castelhanos que se demorassem na sua ilha para o ajudarem a fazer as suas colheitas, offerecendo-se elle para servir-lhe de guia na sua viagem a Zebú. Magalhães acceitou as suas propostas e mandou que viessem a terra alguns soldados dos seus navios. Como os trabalhos ficassem terminados no dia 4 de abril, na manhã seguinte deram á vela os exploradores. Atravessando o estreito que separa a ilha de Leite da de Bohol, chegaram á ilha de Zebú, e fundearam no porto d'este nome no dia 7 do mesmo mez, que era domingo. Viam-se na costa muitas aldeias, cujas casas eram construidas sobre as arvores. Ao acercar-se do porto, Magalhães mandou arvorar todas as bandeiras e dar uma descarga de artilheria, que causou grande alvoroço entre os insulanos.

O chefe da esquadrilha mandou immediatamente um dos seus com o escravo que lhe servia de interprete, para conferenciar com o rei de Zebú. Encontraram-no rodeado de mais de dois mil homens armados de lanças e pavezes, que olhavam com grande espanto para as embarcações castelhanas [1]. Expoz-lhe o escravo que as descargas de artilheria eram unicamente um signal de paz e de amisade, com que os europeus honravam e saudavam aos principes com quem estavam em boas relações, que o chefe da esquadra estava ao serviço do maior rei da terra, e que o objecto da sua viagem era ir ás Molucas, mas que o rei de Masaguá lhe tinha feito tanto elogio da pessoa e do poder do rei de Zebú, que resolvera fazer-lhe uma visita, desejando além d'isso refrescar os seus viveres e negociar as mercadorias que trazia a bordo. Esta declaração tranquillisou o senhor da ilha; costumado, porém, ás considerações que lhe tributavam os reis das ilhas visinhas, julgou que estava no caso de se fazer respeitar pelos estrangeiros, e co-

[1] Pigafetta, *Viaggio*, liv. II. Herrera, dec. III, liv. I, cap. III.

meçou por exigir um direito que lhe pagavam todas as embarcações que se acercavam dos seus dominios. O interprete dos castelhanos respondeu, que o capitão de um tão poderoso rei não pagaria direito a nenhum soberano da terra, e que estava tão disposto a offerecer a paz como a acceitar a guerra.

Achava-se justamente na ilha de Zebú, um commerciante mouro de Sião, que tinha conhecimento pessoal das façanhas dos portuguezes na India, e conhecia perfeitamente a maneira como os navegadores europeus negociavam com os regulos da Asia, e a vantagem que lhes davam os seus elementos de guerra. Desejando evitar ao rei de Zebú os embaraços que lhe haviam de suscitar as suas pretenções com respeito aos castelhanos, fallou-lhe das conquistas dos portuguezes na India e aconselhou-o a que evitasse todas as difficuldades que poderiam levantar-se. O interprete, que entendeu as explicações do negociante mouro, disse mais ao regulo de Zebú que o rei de castella, a quem Magalhães servia, era ainda muito mais poderoso e mais terrivel que o rei de Portugal, e que se houvesse preferido a guerra, teria mandado uma forte armada para se fazer respeitar. O rei de Masaguá que viera a terra para estreitar as relações entre os hespanhoes e os insulanos, aplanou todas as difficuldades. A paz ficou concertada: o rei de Zebú sugeitava-se a fazer-se tributario do rei de Castella, declarou-se-lhe, porém, que não se exigia d'elle senão o privilegio exclusivo de negociar nos seus dominios.

Segundo o costume d'aquelles insulanos, era necessario que Magalhães e o rei se sangrassem para beber reciprocamente o seu sangue, em signal de paz e alliança [1]. Trocados os presentes de uma e outra parte, e celebradas muitas ceremonias que o historiador da expedição relata com grande sobrecarga de particularidades, a paz ficou definitivamente ajustada. O rei de Zebú mostrou-se disposto a receber o baptismo.

Dando principio ás suas negociações, os insulanos levaram

[1] Pigafetta, *Viaggio*, liv. II. Herrera, dec. III, liv. I, cap. III.

aos navios gallinhas, porcos, cabras, arroz, côcos, inhames e diversos fructos, que trocavam por cascaveis, contas de vidro e tecidos que Magalhães trazia. Faziam isto com todas as apparencias de sincera amisade e submissão aos estrangeiros. O rei de Zebú, expressou o desejo de se fazer christão, assim como muitos outros senhores dos seus dominios, e pediu a Magalhães que antes de voltar para a Europa, lhe deixasse na sua ilha alguns homens que o instruissem nos misterios e nos deveres da religião de Christo. O chefe da expedição accedeu a esta sollicitação, com a clausula de que o rei lhe concederia dois moços dos principaes dos seus estados, os quaes levaria comsigo para Hespanha, onde aprenderiam a lingua castelhana, a fim de que no seu regresso podessem darlhe uma idéa do que houvessem visto.

Fixou-se emfim o domingo 14 de abril para a ceremonia do baptismo. Os castelhanos levantaram na praça principal da povoação de Zebú, um tablado coberto de tapeçarias e de folhas de palmeira. Magalhães mandou desembarcar quarenta homens, e mais dois armados dos pés até á cabeça, que precediam o estandarte real.

A esquadrilha deu uma salva de artilheria para solemnisar o acto. Depois de se abraçarem cordialmente, o rei de Zebú e Magalhães, sentaram-se em ricas poltronas, os outros senhores da ilha em coxins ou em esteiras. Fernão de Magalhães expoz ao rei as vantagens que iam resultar para elle de abraçar o christianismo, uma das quaes era a de mais facilmente poder vencer os seus inimigos. Soube então pelo rei que havia nos seus estados alguns chefes, que nem sempre estavam dispostos a reconhecer a sua auctoridade. Magalhães mandou-os chamar e disse-lhes por meio do interprete, que se não obdecessem ao rei como a seu soberano, os mandaria matar e daria ao rei todos os seus bens. Ouvindo esta ameaça todos os chefes prometteram reconhecer a auctoridade real.

«Arvorada uma grande cruz no centro da praça, lançou-se um pregão para que os que quizessem abraçar o christianismo, des-

truissem os seus idolos, e pozessem a cruz no logar d'elles. Todos acceitaram a condição. Tomando então o rei pela mão, Magalhães o conduziu ao tablado, onde o vestiram completamente de branco, e o baptisou, juntamente com o rei de Masaguá, o principe seu sobrinho, o negociante mouro, e outras pessoas em numero de quinhentas. Ao rei que se chamava Rajah-Humabon, deu o nome de Carlos, em honra do rei de Hespanha. Celebrou-se em seguida a missa, depois da qual o capitão convidou o rei a jantar; este, porém, desculpou-se e nos acompanhou até ás chalupas, que nos levaram para a esquadra, a qual deu uma descarga com toda a sua artilheria.

«Depois de jantar, voltamos a terra em grande numero para assistir ao baptismo da rainha e d'outras mulheres. Subimos com ellas para o mesmo tablado. Mostrei á rainha um pequeno busto representando a Virgem com o menino Jesus, que muito lhe agradou e a enterneceu. Pediu-m'o para o pôr no logar dos seus idolos, ao que annui com muito gosto. Deu-se á rainha o nome de Joanna, em honra da mãe do imperador: o de Catharina á mulher do principe, e o de Isabel á rainha de Masaguá. Baptisámos n'este dia perto de oitocentas pessoas, entre homens, mulheres e creanças [1].»

Prolongaram-se estas ceremonias ainda por muitos dias. Os insulanos, attraidos mais pela curiosidade do que pelo piedoso desejo de mudar de religião, acudiam em tropel a receber as aguas do baptismo. Uma aldeia da visinha ilha de Mactan, cujos habitantes recusavam reconhecer a auctoridade do rei de Zebú, foi incendiada; e arvorou-se uma cruz no logar que d'antes occupavam

[1] Pigafetta, *Viaggio*, liv. II. Herrera, dec. III, liv. I, cap. III.—O padre Colin, no seu *Labor Evangelica, Ministerios Apostolicos de los obreros de la compañia de Jesus en las islas Filipinas*, liv. I, cap. XIX, refere que quando o adiantado Miguel Lopes de Legaspe chegou á ilha de Zebú, em 1565, para n'ella assentar a dominação hespanhola, achou uma imagem em vulto do menino Jesus, e mais tarde as cruzes que Magalhães havia arvorado, as quaes se conservavam milagrosamente, apesar dos incendios e destruições qne relata, muito extensamente, o piedoso historiador.

os casebres. Magalhães exigiu do rei de Zebú o juramento de fidelidade e submissão ao rei de Hespanha, na mesma fórma que costumavam prestal-o os castelhanos, iste é, com uma espada desembainhada na mão, e diante de uma imagem da Virgem. Os outros senhores da ilha, tambem por sua vez, juraram obediencia ao rei.

Todavia, todas esta manifestações de acatamento e de respeito, estavam revestidas de certa exterioridade, que teria dado que recear a homens menos resolutos do que Magalhães e seus companheiros. Apesar da facilidade com que adoptaram a nova religião, os insulanos persistiam em render culto aos seus idolos. Foi preciso que Magalhães curasse um irmão do principe, que se achava perigosamente doente, e que os insulanos attribuissem a milagre do ceo a sua cura, para que a religião dos europeus começasse a gosar de algum prestigio n'aquellas ilhas.

Os castelhanos passaram ainda muitos dias na ilha de Zebú. Ao norte d'ella, separada apenas por um canal muito estreito, e quasi defronte do porto onde tinha fundeado a esquadrilha, está situada uma pequena ilha chamada Mactan, que os soldados de Magalhães tinham visitado, e onde haviam incendiado uma aldeia, porque os seus habitantes se recusavam a reconhecer a auctoridade do rei alliado.

Na sexta feira 26 de abril, recebeu Fernão de Magalhães uma mensagem de um dos senhores d'essa ilha, chamado Lula. Mandava-lhe por um de seus filhos duas cabras, participando-lhe que se lhe não remettia todos os presentes promettidos, não era por sua falta, senão por causa d'outro chefe chamado Silapulapú, que irritado por causa do incendio de uma das suas aldeias, não queria reconhecer a auctoridade dos estrangeiros; porém, que se quizesse mandar em seu soccorro uma chalupa com alguns homens armados, elle se compromettia a bater e a subjugar o seu rival.

Magalhães não fez repetir a mensagem. O espirito marcial do antigo soldado da India, mal se avinha com as dilações, e pe-

sava-lhe talvez ter navegado tanto tempo, e haver visitado tantos povos desconhecidos, sem que se lhe tivesse offerecido occasião de medir as suas armas, e de desenvolver os recursos do seu caracter ousado e aventureiro. Formou immediatamente a resolução de ir atacal-os em pessoa, com a gente de que podesse dispor. Foram inuteis as representações que para dissuadil-o lhe fizeram os seus, e até o proprio rei de Zebú. O experiente João Serrão aconselhava-o a que não pensassem em tal expedição, porque além de que não tiraria d'ella proveito algum, os navios iam a ficar tão desprovidos de gente, que poucos homens seriam bastantes para os tomar, e por ultimo, que se apesar de tudo persistia n'aquella empresa, não fosse elle em pessoa, mas mandasse outro em seu logar[1]. Magalhães não acceitou o conselho; insistiu em que era mister castigar os rebeldes, e disse que como bom pastor não podia abandonar o seu rebanho[2].

Na noite d'esse mesmo dia ficaram feitos os aprestos para aquella empresa. Magalhães não pôde reunir mais de sessenta homens armados de couraças e de cascos: os mais estavam ainda enfermos, em resultado dos padecimentos consequentes á prolongada navegação através do mar Pacifico, e á escassez de viveres que haviam soffrido. Á meia noite embarcaram nas chalupas e partiram para a ilha de Mactan. Seguiram-nos o rei de Zebú, um dos principes da sua familia, varios senhores d'aquella ilha e grande quantidade de homens armados de piques. Magalhães acercou-se a Mactan antes de amanhecer; e não podendo desembarcar a sua gente, por causa da baixamar, enviou o negociante mouro que fosse prevenir os rebeldes, de que se quizessem reconhecer a soberania do rei de Hespanha, prestar obdiencia ao rei christão de Zebú, e pagar os tributos exigidos, os consideraria como amigos; no caso contrario, porém, que estava disposto a castigal-os pelas armas. Os insulanos não se intimidaram com taes ameaças. Responderam

[1] Herrera, dec. III, liv. I, cap. IV.
[2] Pigafetta, *Viaggio*, liv. II.

ao emissario de Magalhães, que elles tambem contavam com as suas armas para se defenderem, e que a unica coisa que pediam era que os não atacasse de noite.

O chefe dos castelhanos queria investir immediatamente a aldeia dominada pelos sublevados. Os conselhos do rei de Zebú, dissuadiram-no de um tal proposito. Declarou-lhe que os rebeldes tinham aberto muitos fojos, nos quaes haviam cravado grande quantidade de estacas agudas para que os castelhanos succumbissem, no caso de um ataque nocturno, como devia succeder se dessem credito á mensagem do chefe dos insulanos. Magalhães resolveu-se por fim a esperar pelo dia para emprehender um ataque; tão certa, porém, julgava a victoria que não quiz acceitar o auxilio que lhe offerecia o rei de Zebú. Pedia este que primeiro o deixassem atacar com os seus mil homens, confiado em que se os castelhanos o auxiliassem, a victoria seria certa. Magalhães não consentiu n'isso: convencido de que os seus soldados eram bastantes para derrotar os inimigos, disse ao seu alliado, que se conservasse na expectativa, vendo só como se batiam os europeus [1].

O desembarque começou a effectuar-se ao raiar do dia 27 de abril de 1521. Por causa dos rochedos que bordavam a praia, não poderam os castelhanos acercar-se á terra, tendo, por tanto, que andar um espaço consideravel com agua até á cintura. Ficaram alguns de guarda ás chalupas, de sorte que a diminuta divisão de Magalhães, ao pisar a praia, se achava ainda mais reduzida [2]. Preparava-se para avançar, quando lhe apparece um corpo de indios sobre um dos seus flancos. Vae para atacal-os, descobre outro corpo sobre o flanco opposto; e antes que os castelhanos se dividissem em dois pelotões, para acommetter os inimigos, assoma um terceiro corpo pela frente. Durante meia hora os soldados de

[1] Herrera dec. III, liv. I, cap. IV.—Maximiliano Transilvano, *Relacion*, §. XII.

[2] Herrera, diz no logar supra citado, que desembarcaram 55 homens. Pigafetta affirma que foram só 49.

Magalhães sustentaram o combate, mantendo-se a alguma distancia dos indios, atirando-lhes as suas flexas e fazendo-lhes um atúrado fogo de mosquetaria, sem comtudo lhes causar grande mal, por quanto, ainda que muitos fossem feridos, nem as balas nem os dardos lhes davam a morte subita, que elles temiam do poder e dos elementos de guerra com que contavam os estrangeiros. Longe de se intimidarem com os leves damnos que recebiam, os insulanos, confiados na superioridade do seu numero, voltavam ao combate mais atrevidos e furiosos, e lançavam contra os hespanhoes nuvens de cannas, de varas endurecidas ao fogo, e de pedras, dirigindo principalmente os seus ataques contra Magalhães, a quem reconheciam perfeitamente. Desejando então separal-os ou intimidal-os, mandou Magalhães que se lançasse fogo ás choças da visinha povoação. A ordem foi executada immediatamente; porém a vista das chamas não fez senão enfurecel-os. Alguns correram ao proprio logar do incendio, e ali mataram dois castelhanos que encontraram separados dos seus.

Dentro em pouco tempo notaram os insulanos que os estrangeiros eram invulneraveis, sempre que os tiros que lhes dirigiam, tinham por alvo os cascos que lhes cobriam as cabeças ou as couraças que lhes defendiam o peito. Comprehenderam então que apontando os seus tiros ás pernas dos castelhanos lhes haviam de causar maiores estragos. Magalhães recebeu uma frechada n'uma perna e viu-se obrigado a mandar retirar. Desgraçadamente a sua gente estava desordenada: o numero dos inimigos e o vigor com que combatiam tinham-na por tal modo assustado, que já não pensava senão na fuga. Os canhões que haviam ficado nas chalupas não podiam auxiliar os hespanhoes, por causa dos baixos e recifes da costa, que os impediam de chegar até ao logar do combate.

Magalhães, rodeado de um pequeno numero de homens, os mais fieis e atrevidos dos seus companheiros, ia retirando e combatendo sempre tenazmente, e disputando palmo a palmo o terreno que abandonava. A sua gente estava já na praia com agua

até aos joelhos; não podia porém alcançar ainda as chalupas, e recebia os dardos e as pedradas dos insulanos.

No meio do conflicto, Magalhães animava os seus com a palavra e com o exemplo, expondo valentemente a sua vida. Por duas vezes as pedradas dos inimigos, perfeitamente dirigidas contra a sua pessoa, fizeram saltar o casco que lhe cobria a cabeça; mas nem por isso o seu valor afrouxou.

Este combate desegual durou cerca de uma hora com o mesmo ardor.

Um insulano conseguiu ferir no rosto o capitão dos castelhanos, que o traspassou com a lança, perdendo comtudo a sua arma que deixou sumida no corpo do adversario. Quiz então desembainhar a espada, mas foi-lhe impossivel executar esse movimento, porque tinha o braço direito tambem ferido. Os inimigos percebendo que estava desarmado carregaram sobre elle: um atirou-lhe tão rijo golpe a uma perna, que o prostrou de rosto para terra. Immediatamente se arrojaram sobre elle para o acabarem. Quando se viu assim acossado pelos inimigos, voltou-se por muitas vezes para os seus a ver se o podiam salvar; mas isso era já impossivel. «Como não houvesse entre nós um só que não estivesse ferido, e como nos não achavamos em estado de soccorrer ou de vingar o nosso general, diz uma testemunha e actor d'esta fatal jornada, precipitámo-nos para as nossas chalupas, que estavam a ponto de partir. Devemos a nossa salvação á morte do nosso general, porque no momento em que elle succumbiu, todos os insulanos correram para o logar onde elle tinha caído [1].»

A retirada dos companheiros de Magalhães não foi menos perigosa. O rei de Zebú, cumprindo as ordens do chefe, tinha sido

[1] Pigafetta, *Viaggio*, liv. II. Estes successos são referidos, com particularidades que diversificam mais ou menos, por Argensola na sua *Historia de las Molucas*, Gómara, Oviedo e Herrera nas suas *Historias de las Indias*, e Maximiliano Transilvano na sua relação da viagem, publicada em italiano no primeiro volume da celebre collecção de Ramusio, e em castelhano no IV vol. da collecção de Navarrete. Preferi seguir, quasi ao pé da lettra, a relação de Pigafetta,

simples espectador do combate, presenciando-o das suas embarcações; e os castelhanos que haviam ficado de guarda ás chalupas, julgando auxiliar os seus camaradas, romperam o fogo de artilharia, quando estes tratavam de embarcar, causando assim maior confusão entre os fugitivos. Esta jornada custou a vida a oito hespanhoes e quatro insulanos baptisados, que seguiam de perto a Magalhães. Um d'aquelles foi Christovão Rebello, que alguns dias antes tinha tomado o commando da *Victoria* [1]. Quasi todos os castelhanos que voltaram á esquadra se achavam feridos, em resultado d'aquelle encarniçado combate.

«Assim pereceu o nosso guia, nossa luz, e nosso amparo,» escreve o historiador da expedição. E mais adiante acrescenta: «Porém a gloria de Magalhães sobreviverá á sua morte. Era dotado de todas as virtudes: mostrou sempre uma constancia incontrastavel no meio das maiores adversidades. No mar, condemnava-se ás mesmas penosas privações que o resto da tripulação. Mais versado que nenhum outro no conhecimento das cartas nauticas, possuia perfeitamente a arte da navegação, como provou dando a primeira volta ao mundo, o que ninguem antes d'elle havia tentado [2].»

que merece mais fé como testemunha veridica, ainda que não isenta de exagerações.

Os historiadores das ilhas Philippinas são geralmente muito inexactos quando tratam da viagem e da morte de Magalhães. O padre Colin limita-se quasi a recordar a vontade divina. «Para que se veja, diz elle, que Magalhães não fôra escolhido por Deus senão para o descobrimento e conquista das Philippinas, permitte o ceo que com bem leve motivo lhe seja cortado o fio da vida, e que n'ellas fique sepultado aquelle grande capitão, como semente de generosa planta do evangelho e da povoação hespanhola que Deus pretendia estabelecer n'essas ilhas.» *Labor evangelica*, etc., liv. I, cap. XIX, pag. 115.

[1] Relação das pessoas que morreram na esquadra.—Pigafetta, *Viaggio*, liv. II.

[2] Pigafetta, *Viaggio*, liv. II. Magalhães não conseguiu dar a volta ao mundo, na sua celebre viagem; mas na sua mocidade tinha chegado até Malaca pelo Cabo de Boa Esperança, e na sua ultima expedição a morte assaltou-o nos mares da Asia, a pouca distancia dos paizes que os portuguezes percorriam.

Por grandes que fossem os conhecimentos nauticos do maritimo portuguez, e as virtudes que lhe attribue Pigafetta, que com elle fez aquella celebre expedição, o rasgo distinctivo do seu caracter é a convicção profunda com que concebeu os seus projectos, e a firmeza com que soube leval-os a cabo. Encontram-se reunidos em Magalhães os dotes que distinguiam os homens de verdadeiro genio, alta intelligencia para conceber, constancia para realisar a sua idéa, e energia para vencer as difficuldades que encontrava no seu caminho. Magalhães foi tão firme e tenaz nas suas negociações com a côrte de Hespanha, para a empenhar na sua empresa, como valente e decidido diante do perigo nas tempestades do mar, e nas borrascas que lhe suscitaram os seus companheiros[1].

Os castelhanos assim privados do seu chefe, tiveram ainda o sentimento de não poder dar sepultura ao seu cadaver. O rei de Zebú, de accordo com os hespanhoes, mandou dizer aos sublevados de Mactan, que se quizessem entregar o corpo de Magalhães, os estrangeiros lhes dariam a quantidade que pedissem das mercadorias que levavam nos seus navios.

[1] Os escriptores portuguezes que trataram d'esta celebre expedição, não dissimularam o seu resentimento, nem pouparam as suas censuras contra Magalhães, accusando-o particularmente de deslealdade contra o rei de Portugal, por ter feito a sua viagem ao serviço do rei de Hespanha. O historiador João de Barros, muitas vezes superior ás preoccupações do seu seculo, parece crer, como os diplomatas do rei D. Manuel, que toda a empresa que redundava em proveito de um estranho, era um prejuizo para o soberano de Portugal. A sua predisposição contra Magalhães, apesar de reconhecer o seu grande merito como navegador e como soldado, transluz em cada uma das poucas paginas que consagrou a esta tão celebre viagem. Este mesmo sentimento respiram os escriptos d'outros historiadores menos elevados do que Barros. O proprio Camões, tão grande admirador dos homens de verdadeiro merecimento, como inimigo dos cortezãos, falla da deslealdade de Magalhães em termos demasiadamente duros, a ponte de dizer que era indigno de ter nascido portuguez. Nos *Lusiadas*, canto x encontramos:

«O Magalhães, no feito, com verdade
Portuguez, porém não na lealdade.»

Os vencedores ensoberbecidos com tão perfeito e completo triumpho, responderam que nada os poderia resolver a se desfazerem do cadaver de um homem como o chefe dos castelhanos, e que o queriam conservar como um monumento da sua victoria.

Por mais ultrajante que fosse a resposta para os europeus, estes tiveram de resignar-se áquella nova humilhação.

CAPITULO X

Receios dos castelhanos depois da morte de Magalhães.—O rei de Zebú entra n'uma conspiração contra elles.—Carnificina do 1.º de maio de 1521.—João Carvalho toma o commando da esquadrilha.—Larga da ilha de Zebú, abandonando João Serrão.—Destroe a *Conceição* na ilha de Bohol.—Visita varias ilhas e é deposto do commando.—Chegam os castelhanos ás Molucas.—Tragico fim de Francisco Serrão.—Os reis d'aquellas ilhas reconhecem a auctoridade do rei de Hespanha. A *Victoria* regressa á Europa.—Padecimentos da navegação.—Os portuguezes tomam-lhes treze homens da tripulação nas ilhas de Cabo Verde.—Chegada a Sevilha.—Premios concedidos pelo rei a Sebastião de Elcano.—Conclusão.

Depois da morte de Magalhães, os seus companheiros só presentiram desgraças no porvir da expedição. Os hespanhoes que haviam desembarcado em Zebú para negociar as suas mercadorias, deram-se pressa a voltar para bordo, com receio dos indigenas rebellados. Pela falta do chefe que até ali os tinha derigido com tanto acerto, os castelhanos tomaram por commandantes a João Serrão, e Duarte Barbosa [1] que, como immediatos de Magalhães baviam manifestado os dotes de capitães experimentados.

A situação dos companheiros de Magalhães n'aquellas ilhas começava a ser muito apurada. Tinham perdido completamente o prestigio de invenciveis que nos primeiros dias os havia cercado. Olhavam com receio para os seus proprios alliados, e a cada mo-

[1] Pigafetta, *Viaggio*, liv. II.—Gómara, *Historia de las Indias*, cap. XCII, fol. 123, ed. de Antuerpia de 1551. Gómara diz n'esta parte que Barbosa era sogro de Magalhães, confundindo Duarte Barbosa com seu pae Diogo Barbosa.

mento temiam novas difficuldades, e novas perdas. De feito, os regulos inimigos do rei de Zebú achavam-se reunidos na ilha de Mactan, e d'ali lhe faziam a ameaça de o matar e destruir as suas terras se não tomasse as armas para acabar com os castelhanos e tirar-lhes os seus navios [1]. Vacillava talvez aquelle chefe antes de tomar parte na conspiração para que era convidado, quando um inesperado accidente o veiu determinar a intervir. O escravo de Magalhães que havia servido de interprete da expedição, julgou-se desobrigado de toda a obdiencia depois da morte de seu amo; tendo porém recebido mau tratamento do capitão Barbosa, que na qualidade de parente de Magalhães havia assumido a administração de seus bens, resolvera vingar-se dos castelhanos. Para chegar aos seus fins, foi dizer ao rei de Zebú que os europeos estavam no proposito dn o atacar, de o prender, e de o levar captivo nas suas embarcações [2]. Esta falsa denuncia produziu o effeito que se desejava. O rei de Zebú decidiu-se a fazer o que se lhe pedia.

Havia de antemão offerecido aos castelhanos uma valiosa joia para ser apresentada ao rei de castella em signal de vassalagem. A pretxto de lhes entregar essa joia, o rei de Zebú convidou os capitães Barbosa e Serrão para virem jantar a terra, recommendando-lhes que trouxessem em sua companhia os pilotos e mais pessoas notaveis da esquadrilha. Duarte Barbosa não vacillou um instante em acceitar o convite que se lhe fazia. Não aconteceu o mesmo com João Serrão, que temendo alguma eilada julgava que a prudencia aconselhava-o a não ir a terra. Foi-lhe porém forçoso acceder ás instancias do seu camarada, não querendo que se lançasse á conta de medo a sua recusa.

Na manhã do dia 1.º de maio desembarcaram ambos os chefes acompanhados de vinte e sete pessoas, entre as quaes figuravam Luiz Afonço de Gois, maritimo portuguez, que desde a morte

[1] Herrera, dec. III, liv. I, cap. IX.—Barros, dec. III, liv. V, cap. X.

[2] Declaração de Sebastião de Elcano no inquerito levantado em 1522.—Pigafetta, *Viaggio*, liv. II.—Maximiliano Transilvano, *Relacion*, §. XIII.—Gómara, *Hist.*, cap. XCII.—Oviedo, *Historia de las Indias*, part. II, lib. XX, cap. II.

de Magalhães desempenhava o cargo de capitão da *Victoria*, o habil piloto André de S. Martin, os escrivães Sancho de Heredia e Leão da Espeleta e o clerigo Pedro da Valderrama. O rei de Zebú esperava-os na praia rodeado de algumas pessoas do seu sequito. Levou-os para um bosque de palmeiras, onde estava preparada a refeição com que fingia obsequial-os; mas apenas acabaram de sentar-se, viram-se acommettidos de todos os lados por um numero immenso de insulanos. Toda a resistencia era impossivel: a furia dos agressores, e o seu grande numero decidiram o triumpho desde o primeiro instante: todos os castelhanos foram deshumanamente assassinados. Só se respeitou a vida do capitão Serrão por quem os insulanos tinham maior estimação.

Entretanto, na esquadrilha não havia noticia alguma do que occorria em terra; em breve porém chegaram aos navios dois dos companheiros de Serrão, os quaes depois de terem desembarcado, se separaram dos seus suspeitando que se lhes armava uma cilada. Um d'estes era o piloto portuguez João Carvalho, a quem pela sua posição tocava o commando da esquadrilha na falta de Barbosa e de Serrão. Carvalho ordenou immediatamente que os navios se aproximassem da praia, e que a artilharia rompesse o fogo contra a povoação visinha.

Os insulanos não se assustaram com isso. Poucos instantes depois appareciam na praia em confuso tropel arrastando comsigo o infeliz Serrão ferido e maniatado. D'ali pedia este aos seus camaradas que suspendessem todo e qualquer acto de hostilidade, porque lhe podia custar a vida, e que o resgatassem das mãos dos seus aprehensores offerecendo-lhes algumas das mercadorias que tinham a bordo. Tudo foi em vão. Carvalho receiava um novo ardil e não cuidava senão em abandonar aquellas ilhas. «João Serrão, diz uma testemunha ocular, continuava implorando a piedade de seu compadre (Carvalho), dizendo que seria assassinado no momento em que dessemos á vela; e vendo que as suas queixas eram inuteis, começou a fazer imprecações, e rogava a Deus que no dia de juizo final pedisse contas da sua alma a João de

Carvalho seu compadre. Mas não foi attendido: e partimos sem que depois hajamos tido noticia alguma da sua vida ou da sua morte.» No momento de largar do porto, os castelhanos ouviram uma grande vozeria, e suppozeram que os insulanos acabavam de dar a morte ao infeliz Serrão [1].

A esquadrilha expedicionaria seguiu a sua viagem e chegou á ilha de Bohol. Como a sua gente estava reduzida a cento e quinze homens apenas, que não bastavam para a manobra das tres embarcações, accordaram em queimar a *Conceição*, por ser a mais velha e inutil de todas. Tocaram em varias ilhas d'aquelles archipelagos provendo-se de viveres e fazendo transacções com os seus regulos; e a 8 de julho chegaram á ilha de Borneo, onde foram amigavelmente recebidos. O historiador da expedição refere com grande prolixidade as conferencias que os castelhanos tiveram com o rei d'aquella ilha através de uma especie de grade, para celebrar a paz e trocar os presentes. Apesar d'isso, os castelhanos temeram que detraz d'aquella apparente benevolencia se occultasse o designio de os matar. Veiu corroborar esta suspeita um acontecimento inesperado. Na manhã do dia 20 de julho viram aproximar-se da esquadrilha um grande numero de pirogas que navegavam a toda a pressa. Receiando ser atacados, os expedicionarios deram á vela immediatamente; notaram porém então que outros juncos, ou embarcações maiores, se tinham postado atraz dos seus navios, como se se tratasse de atacal-os por todos os lados. «O nosso primeiro cuidado, diz o historiador da expedição, foi livrarmo-nos dos juncos, contra os quaes fizemos fogo por tal modo que lhes matamos muita gente. Quatro d'elles ficaram em nosso poder; os outros quatro salvaram-se indo encalhar em terra. N'um d'elles estava o filho do rei da ilha de Luzon, que era capitão general do rei de Borneo, e acabava de conquistar com estes juncos uma ilha chamada Laoë.» Apesar de ter deixado em

[1] Pigafetta, liv. II.—Maximiliano Transilvano, §. XIII e XIV.—Herrera, dec. III, liv. I, cap. X.

terra um filho seu, e mais dois hespanhoes que haviam desembarcado para negociar, e que teria podido trocar com o filho do rei de Luzon, João Carvalho cometteu a torpeza de lhe dar a liberdade a troco de algum ouro. Depois d'isto foram inuteis todas as diligencias feitas por Carvalho para obter o resgate do filho e companheiros. Por fim, viu-se obrigado a dar á vela, levando comsigo dezeseis homens e treze mulheres aprisionados nos juncos [1].

As embarcações todavia não estavam em estado de seguir viagem. Uma tempestade que os assaltou na costa de Borneo, obrigou-as a procurar abrigo n'um porto despovoado, para fazerem algumas reparações. Ao largar d'ali, os castelhanos tiraram o commando a Carvalho, e o dividiram entre duas pessoas das mais distinctas da esquadrilha. O commando da *Trindade* foi confiado a Gonçalo Gomes de Espinosa, o da *Victoria* a João Sebastião de Elcano, fidalgo biscainho, que estava predestinado para levar ao cabo a empresa de Magalhães. Ambos os capitães cuidavam unicamente em chegar quanto antes ás ilhas Molucas, das quaes, segundo os seus calculos, e as noticias que tinham recebido, não podiam estar muito distantes. Continuaram a sua viagem por entre as numerosas ilhas d'aquelles archipelagos, e encontravam com frequencia embarcações que se occupavam de fazer commercio. Em algumas d'ellas que apresaram, havia pilotos praticos na navegação d'aquelles mares, que lhes serviram de guia, verdade é que nem sempre fieis, para chegar até ás Molucas. A 6 de novembro divisaram ao longe quatro ilhas, que surgiram como que a quatorze leguas ao oriente. «O piloto que nos guiava, diz o historiador da expedição, disse-nos que eram as ilhas Molucas. Demos graças a Deus, e em signal do nosso regosijo disparamos uma descarga de artilharia. A ninguem deve admirar a alegria que experimentamos á vista d'estas ilhas, considerando que havia vinte e sete mezes menos dois dias que percorriamos os mares, e haviamos visitado uma infinidade de ilhas, procurando sempre as Mo-

[1] Pigafetta, liv. III.—Herrera, dec. III, liv. I, cap. X.—Diario de Albo.—Declarações tomadas em Sevilha no processo de outubro de 1522.

lucas.» Na sexta feira 8 de novembro, tres horas antes do pôr do sol, a esquadrilha fundeou no porto da ilha de Tidore.

Os castelhanos entraram desde logo em negociações com o rei d'aquella ilha. Permittiu-lhes este que desembarcassem e negociassem as suas mercadorias. Trocaram-se valiosos presentes de uma e d'outra parte. Os castelhanos davam os seus tecidos, pannos e sedas, e recebiam em troca cravo, noz moscada e outras especiarias em grande abundancia.

Ali souberam que Francisco Serrão, o amigo e companheiro de Magalhães, que o havia instigado a emprehender a sua celebre viagem, tinha morrido envenenado oito mezes antes n'aquella mesma ilha. Estabelecido, havia muitos annos, na ilha de Ternate, Serrão tinha chegado a ser generalissimo das tropas do rei d'esta ilha, e havia emprehendido uma campanha contra o rei de Tidore, em que ficara victorioso. O seu inimigo nunca esqueceu essa derrota; e muitos annos depois, em principios de 1521, tendo Serrão vindo a esta ilha, ahi foi traiçoeiramente envenenado. D'este modo os dois soldados portuguezes, que depois de terem juntos militado na India, e visitado aquelles mares, haviam mantido correspondencia para se reunirem por caminhos desconhecidos, nas celebres ilhas da especiaria, morreram quasi ao mesmo tempo, quando estavam a ponto de se reunir, e de realisar assim as aspirações de muitos annos.

Os reis das ilhas visinhas não foram para os castelhanos menos obsequiadores do que o de Tidore. Como os portuguezes, que começavam a navegar por aquelles mares, lhes tivessem dado mau tratamento, todos elles se apressaram a reconhecer a auctoridade do rei de Castella, a receber a religião christã, e a obsequiar os recemchegados. Os hespanhoes carregaram as suas embarcações das valiosas producções d'aquellas ilhas, e fizeram collecções de aves de diversas especies para levar para Hespanha como amostra das suas riquezas[1].

[1] Extracto tirado por J. B. Muñoz dos tratados de paz feitos pelos castelha-

Por meados de dezembro tudo estava disposto para a partida dos expedicionarios. Desejavam regressar á Hespanha para annunciar os seus descobrimentos, e os contractos que tinham celebrado com os regulos das ilhas Molucas; quando porém trataram de largar do porto, reconheceram com geral sentimento que a *Trindade*, que fazia de capitania, tinha a quilha quebrada e mettia tanta agua, que era impossivel continuar a viagem com ella. Trataram de remediar o mal, e reconheceram então que era necessario descarregal-a para a querenar. A impaciencia, porém, dos castelhanos era tal, que não podiam resignar-se a uma demora de tres mezes. Accordaram por esse motivo que a *Victoria*, sob o commando de João Sebastião de Elcano, partisse immediatamente levando as communicações ao rei, e as mercadorias que podesse carregar. A *Trindade* devia ficar em Tidore o tempo necessario para o concerto. Terminada esta operação devia este navio dirigir-se a Panamá, para d'ali remetter a sua carga para Hespanha [1].

A *Victoria*, de feito, largou de Tidore a 21 de dezembro de 1521, levando sessenta homens de tripulação, treze dos quaes eram naturaes d'aquella ilha [2].

Os castelhanos tocaram ainda em algumas ilhas para se proverem de pimenta, pau sandalo, e canella, e seguiram depois o mesmo caminho que os portuguezes levavam nas suas viagens para a India. Contrariaram-nos bastante as tempestades na costa d'Afri-

nos com os reis das ilhas Molucas, na collecção de Muñoz, na Bibliotheca da Real Academia de Historia de Madrid. O original existe em Sevilha, no Archivo das Indias.—Maximiliano Transilvano, §. XIX.—Pigafetta, liv. III.

[1] Maximiliano Transilvano, §. XX.—Pigafetta, liv. III.—Veja-se a *Illustração* IX.

[2] Pigafetta, liv. III.—Gómara, cap. XCVIII.—D. Martin Fernandes de Navarrete, o celebre collector de documentos sobre as viagens dos hespanhoes do seculo XV e XVI, diz n'uma curta noticia biographica de Sebastião de Elcano, publicada na *Coleccion de documentos para la historia de España*, tom. I, pag. 244, que a *Victoria* largara de Tidore a 21 de abril de 1522. O mesmo erro foi repetido na biographia de Elcano, dada á luz no tom. VIII da *Nouvelle biographie générale*, Paris, 1855.

ca, e egualmente a escassez de viveres; tal era porém a impaciencia por voltar a Hespanha que não quizeram, aproximar-se de Moçambique para refrescar as suas provisões. Quinze dos tripulantes falleceram durante a viagem. Por fortuna os trabalhos dos exploradores tocavam o seu termo. A 18 de maio avistaram a extremidade meridional da Africa; e dobrando, quatro dias depois, o Cabo de Boa Esperança, poderam navegar mais prosperamente e por mares mais conhecidos.

Em principios de julho achava-se a *Victoria* collocada entre o continente africano, que tinha á sua direita, e as ilhas de Cabo Verde, que se levantavam á sua esquerda. A escacez dos viveres era então extrema. «Era tal a nossa miseria, escreve o historiador da expedição, que se o ceo nos não houvera concedido um tempo favoravel, todos teriamos morrido de fome. A 9 de julho avistamos as ilhas de Cabo Verde, e fomos fundear á que tem o nome de S. Thiago. Como sabiamos que nos achavamos em paiz inimigo, e que não deixariam de conceber suspeitas contra nós, tomámos a precaução de mandar dizer, por meio dos tripulantes da lancha, que enviamos a terra para fazer provisão de viveres, que a nossa arribada áquelle porto era forçada, por se nos ter quebrado o mastro do traquete ao passar a linha equinoxial, e não termos gente bastante para o concertar: acrescentamos que o capitão general tinha continuado o seu rumo para Hespanha com mais dois navios. Em fim, fallamos-lhes de modo que pensassem que vinhamos da America, e não do Cabo de Boa Esperança. Assim o acreditaram, e por duas vezes nos mandaram a lancha cheia de arroz em troca das nossas mercadorias.

«Tendo mandado a terra pela terceira vez a chalupa com treze homens, para a trazerem carregada de provisões, notámos que ella se demorava, e por certos movimentos que algumas caravelas começavam a fazer, suspeitamos que queriam apresar tambem o nosso navio, o que nos determinou a fazermo-nos á vela immediatamente. Soubemos depois que a razão porque nos haviam apresado a lancha, fôra porque um dos tripulantes tinha desco-

berto o nosso segredo, contando tudo quanto se tinha passado, e acrescentando que a nossa embarcação era a unica da esquadrilha de Magalhães que regressava á Europa[1].» Forçoso lhes foi dar á vela precipitadamente, para evitar o perigo de ficarem prisioneiros dos portuguezes.

Durante a sua demora n'aquella ilha, quizeram os castelhanos comprovar a exactidão dos diarios de navegação que os pilotos tinham feito.

«Mandámos perguntar em terra, diz Pigafetta, que dia de semana era aquelle. Respondeu-se-nos que era quinta feira, o que nos admirou, porque segundo os nossos diarios, estavamos em uma quarta feira. Não nos podiamos capacitar de que nos houvessemos enganado em um dia. Eu fiquei ainda mais admirado do que os outros, porque estando sempre de boa saude para poder escrever o meu diario, tinha marcado sem interrupção os dias da semana e as datas do mez[2].»

Os ultimos dias de viagem da *Victoria* foram completamente prosperos. Favorecidos pelos ventos, os castelhanos avistaram as costas de Hespanha a 4 de setembro, e dois dias depois entravam na bahia de S. Lucar de Barrameda.

Havia tres annos que tinham saido d'aquelle mesmo porto, os cinco navios que Magalhães commandava; e só um voltava a Hespanha, depois de ter realisado tão celebre expedição. Dos 265 homens que a 20 de setembro de 1519 se fizeram á vela, só voltavam dezoito, e esses quebrantados e doentes! A mesma *Victoria*, que tinha largado das Molucas com sessenta homens de tripulação, deixava doze prisioneiros dos portuguezes nas ilhas de Cabo Verde, e os outros, diz Pigafetta, que uns se tinham escapado na ilha de Timor, outros tinham sido condemnados á morte por diversos crimes, e outros finalmente tinham morrido de fome.

Sebastião de Elcano não se demorou muitos dias no porto

[1] Pigafetta, *Viaggio*, liv. IV.
[2] Veja-se a *Illustração* num. X.

de S. Lucar. Na segunda feira 8 de setembro, a *Victoria* foi fundear junto ao molhe de Sevilha, annunciando a sua chegada por uma salva geral de artilheria [1]. No dia seguinte os castelhanos desceram a terra em camisa e descalços, trazendo cada nm o seu cirio na mão, para irem visitar a egreja de Nossa Senhora da Victoria, e a de Santa Maria, a Antiga, como o haviam promettido em ocasiões de perigo.

A noticia da chegada da *Victoria*, depois de ter dado uma volta em redor do mundo, correu rapidamente por toda a Hespanha. Sebastião de Elcano, logo de S. Lucar de Barrameda, se havia apressado a communicar ao rei o resultado da sua viagem; e Carlos v, que acabava de chegar de Allemanha para castigar os *communeros* rebeldes, e que por tanto se achava cercado de attenções, respondeu á sua mensagem com data de 13 de setembro. Na sua carta, o rei se felicitava pelo regresso de um dos navios d'aquella celebre expedição, e manifestava ao afortunado capitão, os seus desejos de saber noticias dos paizes recentemente explorados. «E porque quero que vós me informeis, dizia, mui particularmente da viagem que haveis feito, e do que n'ella succedeu, vos mando que logo que esta vejaes, tomeis duas pessoas das que comvosco vieram, as mais cordatas e de melhor razão, e vos partaes e venhaes com ellas onde eu estiver, que por este correio escrevo aos officiaes da Casa de Contractação das Indias que vos vistam, e vos assistam com todo o necessario a vós e ás ditas duas pessoas [2].»

Uma das pessoas que acompanhou Sebastião de Elcano na sua visita ao imperador foi o cavalheiro Antonio de Pigafetta, o celebre historiador da expedição: «Saindo de Sevilha, diz elle, fui a Valladolid, onde apresentei á sacra magestade de D. Carlos não o oiro nem a prata, senão coisas que a seus olhos eram muito

[1] Veja-se a *Illustração*, num. XI.

[2] Carta de Carlos v a Sebastião de Elcano, publicada na *Coleccion de documentos inéditos para la historia de España*, tom. I, pag. 247.

mais preciosas. Entre outros objectos offereci-lhe um livro escripto pela minha mão, no qual dia a dia tinha apontado tudo o que nos havia acontecido durante a viagem.» Depois d'isto, Pigafetta passou a Portugal para fazer ao rei D. João a descripção dos paizes que acabava de visitar. Em seguida foi á França, onde fez egual descripção á mãe de Francisco I, então regente do reino; e por ultimo passou á Italia, onde deu outra vez a historia da sua viagem a Filippe de Villers de l'Isle-Adam, grão mestre da ordem dos cavalleiros de Rhodes [1].

O imperador premiou generosamente os serviços de João Sebastião de Elcano. Colmou-o de honras e distincções, concedeu-lhe uma pensão annual de quinhentos ducados de ouro, auctorisação para trazer sempre comsigo dois homens armados para guarda da sua pessoa, e um escudo de armas, cujos quarteis alludiam a varias circumstancias da viagem, e cujo timbre era um globo com esta inscripção: *Primus circumdidisti me* [2].

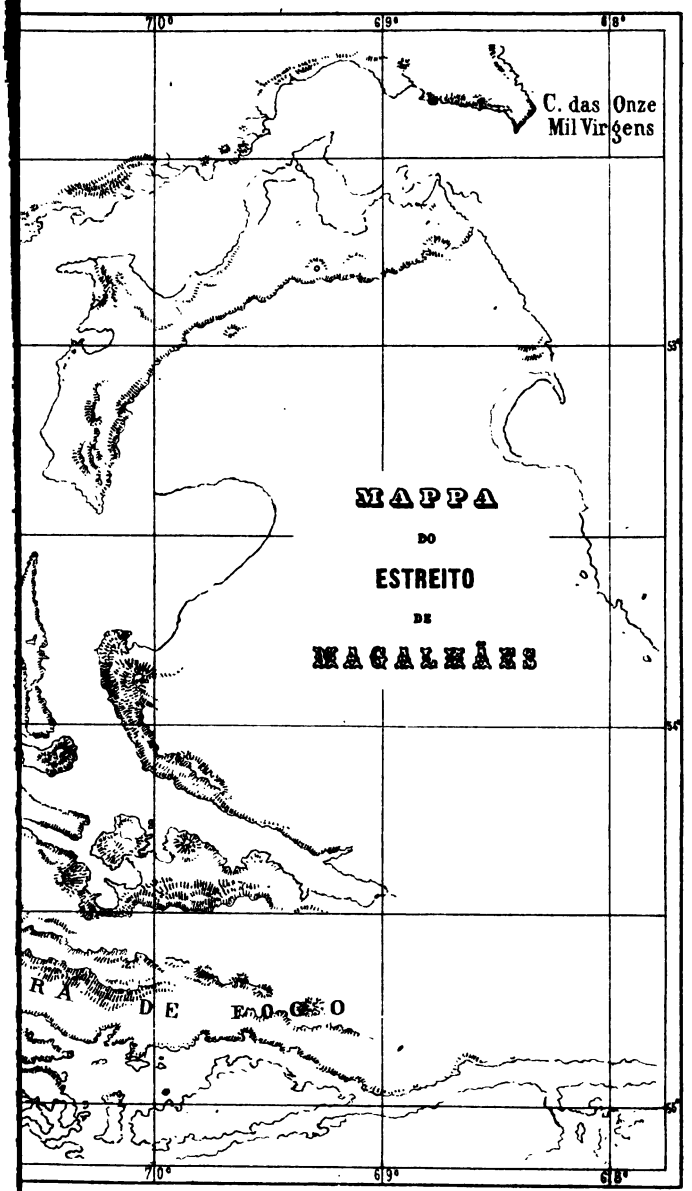
Os companheiros de Magalhães que conseguiram regressar á Europa, depois de tão celebre expedição, obtiveram egualmente premios e distincções. Alvaro de Mesquita, capitão da *Santo Antonio*, preso pelos amotinados, e levado para Hespanha, onde se conservava encarcerado, foi posto em liberdade, logo que o processo se adiantou com as declarações dos recemchegados, para obter o esclarecimento dos successos de tão celebre expedição.

Só a familia de Magalhães é que não pôde gosar por muito tempo dos beneficios que d'esta viagem deviam provir-lhe, segundo o tratado celebrado com o rei. O filho de Magalhães morreu em 1521, e a sua esposa no anno seguinte. O sogro e mais parentes falleceram poucos annos depois, deixando vacante a herança das rendas e das honras de Magalhães. Só muitos annos de-

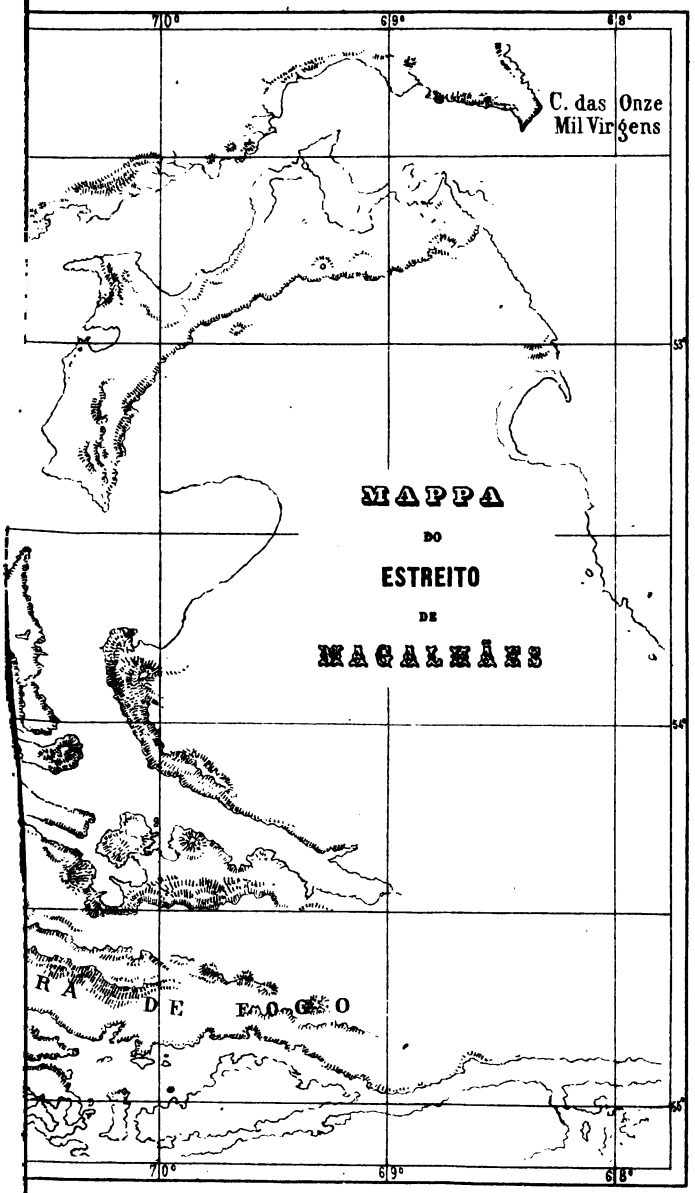
[1] Pigafetta, *Viaggio*, liv. III.—Veja-se a *Illustração*, num. XII.

[2] Cedulas de 23 de janeiro de 1523 e de 20 de maio de 1521, publicadas na *Coleccion de documentos inéditos para la historia de España*, tom. I.—Oviedo, *Historia General de las Indias*, lib. XX, cap. IV.—Veja-se a *Illustração* num. XIII.

[illegible] falto de recursos até para [illegible] o seu [illegible] o [illegible] e que reclamou [illegible] Fernão de Magalhães tinha [illegible] sobre [illegible] as suas proesas e a [illegible]


70°
69°
68°
C. das Onze Mil Virgens
MAPPA
DO
ESTREITO
DE
MAGALHÃES
H A D E E D G O

pois appareceu um portuguez desvalido, falto de recursos até para litigar, que se dizia parente do celebre descobridor, e que reclamou em vão a posse dos seus bens. Fernão de Magalhães tinha morrido sem deixar outros herdeiros senão as suas proesas e a sua gloria, que são immortaes.


70°
69°
68°
C. das Onze
Mil Virgens
55°
MAPPA
DO
ESTREITO
DE
MAGALHÃES
55°
HA DE FOGO
55°
70°
69°
68°

ILLUSTRAÇÕES

ILLUSTRAÇÃO I

(Veja-se a pag. 11)

As duvidas e incertezas que involvem os primeiros annos de Christovão Colombo, repetem-se quando se trata de Fernão de Magalhães. Os historiadores ora lhe dão por patria a cidade do Porto (Argensola, *Historia de las Molucas*, liv. I, pag. 6, e nos seus *Anales de Aragon*, liv. I, cap, 13, pag. 133), ora a capital do reino de Portugal, Lisboa (San Roman, *Historia General de la India oriental*, liv. II, cap. 25, pag. 341). Posteriormente, descobriu-se na bibliotheca do Porto um curioso manuscripto que tem este titulo: Nobiliario da Casa do Casal do Pago, offerecido a Gaspar de Barbosa Malheiro, por seu tio fr. João da Madre de Deus. Este manuscripto, que contém a genealogia da familia de Magalhães, faz nascer a Fernão na Villa de Figueiró, provincia da Estremadura, em Portugal.

Era difficil resolver coisa alguma em presença d'estas tres oppostas auctoridades. Felizmente, achou-se em Lisboa um testamento feito pelo proprio Magalhães no bairro de Belem, em data de 19 de dezembro de 1504, tres mezes antes de embarcar para a India, no qual declara ser natural da villa de Sabrosa, comarca de Villa Real, provincia de Traz-os-Montes. Este testamento que conheci em Paris, graças á benevolencia de Mr. Ferdinand Denis,

o erudito historiador de Portugal e do Brasil, me pareceu decisivo; e segui-o no texto d'esta historia.

Menos facil é comtudo fixar o anno do nascimento de Magalhães. Não obstante, julguei que se podia, sem receio de errar muito, fixar o anno de 1480, como a época do seu nascimento, suppondo que teria 25 annos ao tempo de começar a sua carreira nautica e militar.

Existem as mesmas duvidas a respeito dos paes de Magalhães. O supracitado *Nobiliario* diz que seu pae era Lopes Rodrigues de Magalhães, gentil-homem da camara, e que sua mãe se chamava Margarida Nunes, ambos possuidores de um vinculo conhecido com o nome do Espirito Santo. Acrescenta o *Nobiliario* que Lopes era escrivão de um tribunal e que o pae d'este se chamava, como o neto, Fernão de Magalhães, senhor de Parada de Gatim na provincia do Minho. O antecessor d'este era Affonso de Magalhães, senhor da Ponte da Barca e da Torre de Magalhães, d'onde a familia tirava a sua origem.

Por mais dignos de confiança que pareçam estes assertos, não é possivel seguir o *Nobiliario* que os contém, como auctoridade irrecusavel. Existe em Sevilha, no archivo das Indias, um volumoso processo intentado em 1567 por Lourenço de Magalhães, para provar que sendo neto de um primo co-irmão do celebre viajante, era elle seu descendente e o herdeiro das gratificações que o rei lhe tinha concedido. Para isto, apresentou depoimentos de testemunhas, dos quaes resulta que o pae de Fernão de Magalhães se chamava Rui ou Rodrigo, e o avô Pedro Affonso de Magalhães. O celebre compilador de documentos, D. Martinho Fernandes de Navarrete, que não conheceu o *Nobiliario* ja citado, mas sim os autos do archivo das Indias, tomou d'elles esta noticia na introducção biographica que juntou ao tom. IV, da sua *Coleccion de los viajes y descubrimientos de los españoles*, pag. XXIII.

Não obstante, documentos d'outro genero veem contradizer estas noticias. D. João Baptista Muñoz, investigador tão minucioso, como critico distincto, encontrou nos archivos da Torre do Tombo

de Lisboa os livros de moradias que a casa real pagava, e n'elles um recibo assignado por Magalhães da pensão ou salario que se lhe tinha consignado como moço fidalgo[1]. N'esse mesmo recibo, que tem a data de 12 de junho de 1512, se diz filho de Pedro de Magalhães. Sem duvida esta auctoridade merece mais fé que o supracitado *Nobiliario*, e do que o processo intentado em 1567.

ILLUSTRAÇÃO II

(Veja-se a pag. 33)

Em 1518, o fiscal do Conselho de Indias intentou um processo contra João de Aranda por haver feito um contrato particular com Magalhães e Faleiro, accusando-o de ter acceitado dadivas e promessas, ao passo que desempenhava um posto tão importante na administração. Aranda defendeu-se referindo as relações que tivera com os dois portuguezes, os serviços de caracter particular que lhes havia prestado, os incommodos e desgostos que supportara para os atrair ao serviço de Hespanha, e a generosidade de Magalhães em offerecer-lhe espontaneamente a oitava parte dos lucros da empresa.

A 6 de novembro do mesmo anno, Magalhães e Faleiro fizeram por ordem do rei as suas declarações sobre este assumpto, e n'ellas confirmaram a exactidão dos factos referidos por Aranda em sua defesa. Este processo, que foi conhecido por D. João Baptista Muñoz, contém noticias muito curiosas sobre a residencia de Magalhães em Hespanha, e as unicas que se possuem ácerca das suas relações com o feitor Aranda. Meiado o anno de 1519, corria este negocio pelo Conselho de Indias, que estava reunido em Barcelona, sob a presidencia do bispo de Burgos, João Rodrigues

[1] Vid. o Appendice.

da Fonseca. O conselho absolveu Aranda da accusação que se lhe fizera.

Ácerca do feitor Aranda, que tão importantes serviços prestou a Magalhães, mui poucas noticias pude encontrar, além das que contém o alludido processo. Consta só que fôra o terceiro feitor da Casa de Contractação, que começou a funccionar em 1516, e que morreu vinte annos depois, em 1536. (Veitia e Linaje, *Norte de la Contractation* liv. I, cap. XXXVII, pag. 202.)

ILLUSTRAÇÃO III

(Veja-se a pag. 40)

É fóra de toda a duvida que Magalhães, em apoio das suas theorias, citava uma carta de marear levantada por Martim Behaim, a qual dizia ter visto na thesouraria do rei de Portugal. Um dos seus companheiros na viagem, historiographo da expedição, o cavalheiro Pigafetta, refere que quando os navios de Magalhães entraram no estreito, quasi todos os marinheiros pensaram que não tinha saída para o outro mar, que o capitão, porém, animára então os seus, tranquillisando-os com o conhecimento que tinha d'aquelles logares pelo mappa de Behaim. «*Fernando sapeva che vi era questo stretto molto occulto, per il quale si poteva navigare; il che aveva veduto descritto sopra una carta nella tesoraria del re di Portugallo, la qual carta fu fatta per uno eccellente uomo, ditto Martin di Boemia.*» Oviedo tomou d'aqui a noticia que ácerca d'esta carta dá na sua *Historia General de las Indias*, liv. XX, cap. II.

Francisco Lopes de Gómora, que publicou em Saragoça, em 1552, a sua *Historia de las Indias*, diz que Magalhães affirmava que pela costa do Brasil e Rio da Prata havia passagem para as ilhas da especiaria, muito mais curta do que pelo Cabo de Boa Esperança. Pelo menos antes de chegar a setenta graos, segundo a carta de marear que tinha o rei de Portugal, feita por Martim

de Bohemia, bem que essa carta não indicasse nenhum estreito mas sómente a situação das Molucas (cap. xc).

Antonio de Herrera, que publicou em 1601 a primeira parte da sua *Historia de los hechos de los castellanos en las Indias,* em vista dos melhores documentos, affirma que Magalhães «ia muito certo de achar o estreito, porque tinha visto uma carta de marear que fizera Martim de Bohemia, portuguez, natural da ilha do Fayal, cosmographo de grande opinião, da qual se tirava muita luz a respeito do estreito.» (Dec. II, liv. II, cap. x.)

¿Quem era esse Martim de Bohemia que inventava cartas capazes de illustrar os descobridores do estreito? O melhor dos seus biographos, M. Murr, deu uma noticia bastante comprehensiva da sua vida, da qual tiramos as seguintes noticias.

Martim Behaim não era portuguez, como Herrera acreditava. Nasceu em Nuremberg pelos annos de 1430. Tendo-se dedicado ao commercio de panos fez uma viagem a Veneza em 1475, e a Malinas, Antuerpia e Vienna de 1477 a 1479. É provavel que as suas relações com os viajantes lhe desenvolvessem o gosto pela navegação, e geographia. Em 1480, passou a Portugal, onde continuou a applicar-se a esses estudos, adquirindo por elles tal reputação, que quatro annos depois foi nomeado cosmographo de uma expedição que o rei D. João de Portugal poz sob as ordens de Diogo Cão, com o encargo de adiantar o reconhecimento da Costa d'Africa. Os exploradores passaram a linha equinoxial e chegaram até á Costa do Congo, na embocadura do rio Zagra, onde levantaram duas columnas e gravaram as armas do rei de Portugal, em memoria d'aquella viagem. Parece que em premio d'este serviço, Behaim fôra feito cavalleiro portuguez.

Immediatamente depois, Behaim passou á ilha do Fayal, onde contraiu matrimonio, em 1486, com a filha do governador Jorge de Hürter, mandado para ali com uma colonia flamenga, em consequencia da doação que o rei D. Afonso V havia feito da ilha em 1466 a sua tia Isabel, duqueza de Borgonha, mãe de Carlos Temerario. Behaim permaneceu no Fayal até 1490, e é provavel

que n'essa época tratasse com Colombo, certificando-se ambos na sua convicção da existencia das terras occidentaes.

Segundo certos documentos recentemente publicados no Chile pelo sr. Francisco Adolpho de Varnhagen, como appendice a um opusculo mui curioso que tem por titulo *Verdadera Guanahani de Colon*, os portuguezes fizeram n'esses annos algumas viagens em busca de novas terras ao occidente da Europa, e tambem n'ellas tomou parte um cavalheiro allemão, mas não foi este Martim Behaim, como diz o sr. Varnhagen. (Veja-se o citado opusculo, pag. 107 e 108.)

O geographo de Nuremberg estava de volta á sua patria em 1491, e no seguinte anno presenteou a sua cidade natal com um globo pintado, no qual estavam assignaladas as terras até então conhecidas, e além d'isso algumas ilhas situadas ao occidente dos Açores, taes como as suppunha uma tradição da edade média, que serviu a Colombo para apoiar os seus projectos de explorações e de descobrimentos.

Em 1493 voltou a Portugal, e fez ainda uma segunda viagem ao Fayal. N'aquelle reino desempenhou um papel importante como membro de uma junta de cosmographos, e por ser o auctor, ou aperfeiçoador do astrolabio, instrumento de que se serviram por muito tempo os maritimos para medir a altura dos astros sobre o horisonte. Depois de novas viagens a Flandres, e de aventuras que não vem ao caso referir aqui, Behaim morreu em Lisboa, em 1506 segundo o seu biographo Murr, em 1507 segundo outros documentos[1].

Pouco tempo depois, em 1520, um professor de mathematica de Nuremberg, chamado João Schoener, presenteou a bibliotheca d'esta cidade, com um globo geographico, no qual estavam debuxadas as terras até então conhecidas, segundo os ultimos descobrimentos.

Posteriormente confundiram este globo com o de Behaim, e

[1] Vid. o Appendice.

attribuiram a este o descobrimento de terras que não foram exploradas senão depois da sua morte.

Um dos homens mais sabios do seculo XVI, Guilherme Postel, orientalista tão afamado como celebre visionario, publicou, em a segunda metade d'esse seculo, dois folhetos, nos quaes apoiando-se sem duvida no globo de Schoener attribuido a Behaim, e na relação da viagem de Pigafetta, redondamente negava a Magalhães a gloria do descobrimento do estreito a que a posteridade deu o seu nome. (*Cosmographicæ disciplinæ compendium*, Basilea, 1561, cap. II, pag. 22.—De universitate liber, in quo astronomiæ &., Paris, 1563, pag. 37.) Em ambos os livros, Postel falla do «fretum Martini Bohemi a Magaglianesio Lusitano, alias nuncupatum, quodque terram incognitam australem ab Atlantide separat.»

Em uma obra latina dos fins do seculo XVI, desconhecida[1] dos eruditos e dos bibliophilos, e que duas vezes pelo menos tem sido traduzida na lingua franceza, encontramos certos conceitos que provam que a opinião de Postel não teve muito credito entre os seus contemporaneos.

«O descobrimento d'este mar (o Pacifico), diz, é devido a Magalhães, porque todos os outros pilotos affirmavam que não era mar..... e na carta maritima de João de Bohemia (que Manoel rei de Portugal guardava no seu estudo) se vê que não ha nenhum mar descripto. Com direito se diz que esse mar se chama Magalhanico, do nome do seu descobridor Magalhães, porque foi elle que mostrou um novo caminho, e mais curto, para as Molucas. A memoria d'este personagem durará sempre gloriosa em quanto o padre Oceano, levado pelas ondas septemtrionaes, for visitar as nimphas do meio-dia.» Wytfliet, *Histoire Universelle des Indes Occidentales*, Douay, 1607, pag. 85 e 86.

Muitos escriptores teem posteriormente repetido a mesma as-

[1] Foi conhecida e aproveitada pelo academico Sebastião F. de Mendo Trigoso, na *Memoria sobre Martim de Bohemia*, publicada no tom. VIII das de *Litteratura* da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

(Nota do traductor.)

severação de Postel, em obras mais ou menos especiaes sobre o verdadeiro descobridor do novo mundo, e sobre a historia de Behaim e da sua familia. Um sabio bibliophilo italiano, Francesco Cancellieri, cita dez auctores que tinham escripto sobre este assumpto até meados do ultimo seculo. (*Notizie bibliografiche di Cristoforo Colombo,* Roma, 1809, pag. 39.) N'esses trabalhos se chega até ao ponto de negar a Colombo a prioridade dos seus descobrimentos, attribuindo-se a Behaim ter visitado antes de 1492 os paizes desenhados no globo de 1520. Apenas dois escriptores, mas esses de grande nota, saíram em defesa de Colombo e de Magalhães. Foram elles o historiador inglez Robertson n'uma erudita nota que vem no livro segundo da sua *History of America,* e Voltaire (*Essai sur les mœurs,* cap. 145), o qual destroe com grande finura critica aquellas asserções nas seguintes palavras: «Não fallo aqui de um Martim Behaim de Nurembreg, de quem se diz que foi o descobridor do estreito de Magalhães em 1460, com carta patente de uma duqueza de Borgonha que não reinava então, e que por tanto não podia dar cartas patentes de navegação. Não fallo tão pouco das suppostas cartas geographicas que se attribuem a esse Martim Behaim, nem das contradicções que desacreditam esta fabula.»

Não obstante, um diplomatico francez, posto que allemão de nascimento, Luiz Guilherme Otto, quando desempenhava uma commissão nos Estados Unidos, offereceu em 1777 á Sociedade Philosophica da Filadelphia, uma *Memoria sobre el descubrimiento de la America,* que foi publicada no segundo volume das memorias d'aquella corporação, reimpressa em França no anno seguinte, publicada em Inglez no *British register,* e traduzida em castelhano e dada á luz no *Espiritu de los mejores diarios literarios,* nums. 127 e 128, Madrid, 5 e 12 de maio de 1788. Esta memoria é com justiça considerada como a melhor defeza que possa fazer-se dos pretendidos titulos de Behaim á gloria de ter descoberto o novo mundo. Otto, comtudo, só por informações conheceu o globo de Behaim, apoia-se em auctoridades geralmente falsas, e expostas

sem particular especificação, e por isso mereceu as mais judiciosas criticas de varios eruditos do seu tempo.

Um conego de Maiorca, D. Christovão Cladera, publicou em Madrid (1791), em resposta a Otto, as suas *Investigaciones sobre los descubrimientos de los españoles*. O conde João Reinaldo Carli deu á luz em Milão (1792), outra resposta a Otto; e a reproducção da erudita biographia de Behaim escripta por Christovão Theophilo de Murr, feita pelo conego Cladera, juntamente com o *fac-simile* d'uma parte do verdadeiro globo do geographo de Nuremberg, juntas a outras provas adduzidas, não deixaram logar a duvidas sobre a nullidade dos argumentos dos que attribuiam a Behaim o descobrimento do novo mundo.

Em vão tratou em 1800, Carlos Amoretti, o editor das viagens de Pigafetta, de sair em defesa dos direitos de Behaim na introducção que antepoz áquella obra, porque a questão estava definitivamente resolvida. Depois d'elle, W. Irving no appendice num. 12 da sua *Life of Colombus*, e um artigo publicado na *Encyclopédie nouvelle* de Leroux e Reynaud (Paris 1840, tom. II pag. 343) vieram de novo negar a Behaim os descobrimentos que se lhe attribuiam. O mais notavel, porém, de todos os impugnadores dos pretendidos direitos do geographo de Nuremberg, e por tanto o melhor defensor da gloria de Colombo e Magalhães é o barão Humboldt. Veja-se a *Histoire de la géographie du nouveau continent*, tom. I, pag. 256 e seguintes.

Não deixaremos de recordar aqui uma circumstancia que corrobora a convicção, de que antes da viagem de Magalhães, não podia haver carta alguma em que estivesse notado o estreito do seu nome.

O illustrado historiador das conquistas dos portuguezes, João de Barros, que escrevia poucos annos depois do descobrimento, e que consultou com escrupuloso cuidado todos os documentos da corôa de Portugal, em parte nenhuma falla d'esses mappas, circumstancia que de certo não teria omittido, se taes mappas existissem, para com essa referencia desacreditar Maga-

lhães, a quem professa muito má vontade por ter prestado os seus serviços á Hespanha.

Pode applicar-se a Magalhães uma observação, cheia de exactidão e de espirito, que Voltaire applicava ao descobridor da America «quando Colombo prometteu um novo hemispherio, objectou-se-lhe que tal hemispherio não podia existir; e quando o descobriu disseram que já era conhecido havia muito tempo.»

ILLUSTRAÇÃO IV

(Veja-se a pag. 56)

Os motivos que occasionaram a separação de Faleiro da esquadrilha de Magalhães, teem sido explicados de diversas maneiras. O caracter duro e atrabilario do astrologo portuguez, foi causa sem duvida de que alguns dos seus contemporaneos o julgassem louco, e assim o escreve de Sevilha ao rei de Portugal, o seu agente Sebastião Alvares. Este boato, nascido particularmente entre os seus inimigos, passou á historia com grandes visos de verdade averiguada.

Lopes de Gómora dá esta noticia no cap. xc da *Historia General de las Indias,* publicada em Saragoça em 1552. Diz ali que em Sevilha «enlouqueceu Ruy Faleiro de receio de não poder cumprir o promettido, ou, como dizem outros, de puro descontentamento por enojar e desservir o seu rei. Emfim, não foi ás Molucas.» Oviedo repete a mesma especie na sua *Historia General de las Indias*, part. II, liv. xx, cap. I.

Menos credulo do que os chronistas castelhanos, o historiador das conquistas dos portuguezes na India, João de Barros, diz (dec. III, liv. v, cap. VIII) que era voz commum que Faleiro fingiu a demencia, e que Deus permittiu que fosse verdadeira a ponto de estar encerrado n'uma casa de doidos em Sevilha; sem dar

credito porém a esse rumor, infere que não fez a viagem por se haver arrependido, ou talvez porque, como astrologo, julgou adivinhar o mau resultado da empresa. Amoretti acceitou esta ultima explicação na sua introducção ao *Primo Viaggio*. Diz assim: «Faleiro teria podido embarcar com Magalhães; porém, como pretendia ser astrologo, escusou-se dizendo que previa que esta navegação lhe seria fatal.»

Depois d'estes, todos os historiadores que tem tratado d'esta viagem, com excepção de Antonio Herrera, geralmente o mais estudioso e consciencioso d'elles, tem repetido a mesma noticia da demencia de Faleiro, accrescentando muitos que ficara furioso n'uma casa de doidos em Sevilha.

Argensola na sua *Historia de las Molucas*, liv. I, e nos seus *Anales de Aragon*, liv. I, cap. 79; Illescas, na sua *Historia Pontifical*, part. II, liv. IV, paragrapho 14.º; e Fr. João Francisco de Santo Antonio, na *Cronica de los descalzos de San Francisco de Filipinas*, part. I, liv. II, cap. IV, são d'este numero. Fr. Antonio de la Calancha, na sua *Cronica moralizada del orden de San Agustin en el Perú*, liv. I, cap. IV, observa que todos os descobridores do mar do sul tiveram sorte adversa. Vasco Nunez de Balboa, diz, morreu degolado; Ruy Faleiro, louco furioso; o maritimo Diego de Lepe, que primeiro o viu, renegou da fé, e se fez mouro, e Fernão de Magalhães morreu assassinado. A noticia da loucura de Faleiro, acha-se repetida na curta, mas curiosa biographia de Magalhães, recentemente publicada por Mr. Ferdinand Denis.

Navarrete, que ao conhecimento profundo dos documentos unia bastante sagacidade historica, foi o primeiro em negar a loucura de Faleiro. «Se fosse tão extremada e certa a loucura, diz elle, não era natural que o rei reservasse Faleiro para fazer outra viagem, nem para a aprestar e preparar: e a declaração de que não iria n'esta por capitão, juntamente com Magalhães, indica bastante que se queria precaver o resultado da discordia e desavença que entre elles havia, e que podia ser fatal ao bom exito da expedição.» (*Illustração* XI, á sua biographia de Maga-

lhães). Em seguida recorda alguns documentos e incidentes em seu appoio.

Faleiro tinha levado para Sevilha a sua familia, composta de pae, mãe e irmãos, segundo informava Sebastião Alvares[1] ao rei de Portugal na sua carta de 18 de julho de 1519. Tendo desistido da idéa de uma segunda expedição, os paes de Faleiro voltaram para Portugal, aonde o astronomo os foi visitar em principios de 1520. A 24 d'esse mez achando-se n'uma aldeia chamada Outeiro, foi preso por ordem do rei de Portugal. Da prisão, escreveu ao cardeal Adriano de Utrech, que governava em Castella, na ausencia do soberano, uma carta em latim, cujo original se conserva no Archivo das Indias, a pedir-lhe que lhe alcançasse a sua liberdade. Ou fosse porque os empenhos do regente conseguissem o que Faleiro sollicitava, ou porque este se escapasse da prisão, é certo que em principios do anno de 1523 estava de volta em Sevilha. D'esta cidade escreveu em 22 de março duas cartas ao rei Carlos, para lhe manifestar as vantagens que se podiam tirar dos descobrimentos feitos pela esquadrilha de Magalhães. N'ellas pedia que lhe pagassem os soldos que lhe tinham sido offerecidos, por se achar em grande necessidade; e aconselhava ao soberano que fizesse sair todos os annos um navio para as ilhas da especiaria. Pedia-lhe, além d'isso, licença para armar uma ou duas embarcações e negociar por sua conta, ou que o mandasse por capitão de uma nova expedição em que podia ser muito util, levando as suas cartas geographicas e os seus instrumentos astronomicos.

Dava-lhe conta tambem do profundo sentimento que tinha causado ao rei de Portugal a viagem dos hespanhoes e do proposito em que estava de afastal-os d'aquella especulação,mediante uma grossa somma de dinheiro, e do desejo que tinha de attrair a elle Faleiro ao seu serviço; offerecendo-lhe graças e favores para que saisse d'Hespanha. Estas duas cartas, cujos originaes existem no Archivo das Indias e de que Herrera dá conta (dec. III,

[1] Vid. o Appendice.

liv. IV, cap. XX), não deixam logar para a duvida de que a loucura de Faleiro, que, segundo se diz, fôra causa de que não embarcasse com Magalhães, é uma impostura, nascida de um rumor levantado por seus inimigos.

Não ha outras noticias relativas ao celebre astronomo portuguez, nem se sabe em que anno morreu. Tem-se dito que seu irmão Francisco publicou em Sevilha, em 1535, um tratado sobre a arte de navegação (Leon Pinelo, *Bibliotheca oriental e occidental*), que parece completamente perdido.

Um distincto geographo moderno, auctor de uma valiosa descripção historico-geographica do Brasil, Manuel Ayres de Casal, suppoz que Faleiro fez a viagem com Magalhães. «Em 1519, são as suas palavras, avistaram o cabo de Santo Agostinho e entraram na bahia do Rio de Janeiro, Fernão de Magalhães e Ruy Faleiro, portuguezes ao serviço de Carlos I, os quaes iam dar a primeira volta ao globo.» (*Chorographia Brasilica*, tom. I, int. pag. 37, Rio de Janeiro, 1817.) Creio que foi o unico escriptor de alguma nota que caíra em erro tão grave, ao tratar d'esta viagem.

ILLUSTRAÇÃO V

(Veja-se a pag. 73)

A descripção dos patagões feita pelo viajante Pigafetta é geralmente exacta. «Se separarmos da sua narração, diz D'Orbigny, o que ha de mais na estatura que lhes attribue, reconheceremos em todo o resto d'estas particularidades uma exactidão notavel em razão da época.» (*L'homme américain*, tom. II, pag. 29.)

Porém as exagerações de Pigafetta que se referem á estatura dos patagões são frequentes nos viajantes posteriores, e ainda nos que visitaram aquellas regiões no meio do seculo passado. O pre-

sidente de Brosses, no tom. II, pag. 324 e seguintes da sua *Histoire des navigations aux terres australes*, impressa em 1756, reuniu algumas indicações extractadas de diversos viajantes, que visitaram a Patagonia, e d'ellas deduziu que os seus povoadores eram verdadeiros gigantes (veja-se a pag. 331), acreditando que pertenciam a uma familia distincta da dos europeus que os visitavam.

Entre essas referencias dos viajantes ha uma que merece especial attenção. O comodoro inglez Byron, que se deteve á entrada do estreito, em 1764, e que manteve relações com um chefe patagão, diz: «Não o medi, mas se posso julgar da sua altura comparando-a á minha, posso dizer que não tinha menos de sete pés. Quasi todos tinham uma estatura egual á do chefe. Um official inglez que tinha seis pés de altura, via-se transformado, por assim dizer, em pigmeu ao lado d'estes gigantes, porque dos patagões se deve dizer que mais são gigantes do que homens de alta estatura.»

Noticias semelhantes a estas se encontram na maior parte dos viajantes dos seculos XVI e XVII. Um celebre maritimo inglez, comtudo, Francisco Drake, que esteve na bahia de S. Julião em 1578, observou que os patagões não tinham a grande estatura que os hespanhoes lhes attribuiam, e que havia inglezes mais altos do que o mais alto d'elles. Esta observação está consignada em uma relação da sua viagem, escripta por um seu compatriota, Eduardo Cliffe. O historiador hespanhol das ilhas Molucas, Argensola, teve conhecimento, segundo parece, d'aquella noticia, e a trasladou para o seu livro sem a entender, dando-lhe um sentido diametralmente opposto, faz dizer ao mesmo Drake: «Aqui appareceram oito indios gigantes, diz elle, que faziam parecer baixo o mais alto inglez.» (Liv. III, pag. 105.)

O leitor encontrará uma noticia completa do que sobre este assumpto teem escripto os diversos viajantes, assim como um esmerado estudo physiologico dos patagões, no tom. II da citada obra de D'Orbigny.

ILLUSTRAÇÃO VI

(Veja-se a pag. 83)

Em todos os tempos se tem observado durante as tempestades, certas chammas ou titilações luminosas, na extremidade dos corpos que terminam em ponta quando esta está levantada para o ar, como os mastros dos navios e os campanarios das egrejas. Os navegantes antigos e modernos observaram este phenomeno sem poderem dar d'elle uma explicação satisfatoria, em quanto a sciencia não estudou os effeitos da electricidade. Nos antigos tempos, aquellas chispas eram consideradas como presagios: uma chamma só, que recebia o nome de Helena, era signal de mau agouro para os navegantes; duas chammas, Castor e Polux, annunciavam bom tempo.

Estas crenças mudaram com os seculos, mas a superstição ficou sempre em pé. Os modernos deram ao mesmo phenomeno os nomes de fogos de S. Telmo, S. Pedro, S. Nicolau, Santa Clara ou Santa Helena. Um sabio moderno, F. Arago, reuniu diversas citações de muitos auctores antigos, nas quaes se faz menção d'este phenomeno observado tanto no mar, como na terra; e não seria difficil augmentar ainda o numero de citações.

Os escriptores que mencionam estes factos, os assignalam sempre como presagios celestes. Plutarcho, entre outros, refere que quando a frota de Lysandro saía do porto de Lampsaco para atacar os athenienses, as estrellas de Castor e Polux foram collocar-se aos lados da galera do almirante espartano.

Na historia de Colombo escripta por seu filho Fernando, se acha narrado um facto semelhante, occorrido n'uma noite do mez de outubro de 1493, durante uma tempestade. «S. Telmo,

diz o historiador, assomou então sobre a ponta de um mastro com sete cirios accesos, quer dizer, avistaram-se os fogos, que os marinheiros julgam ser o corpo d'este santo. Immediatamente se ouviram cantar muitas ladainhas e orações, porque a gente de mar crê que o perigo da tempestade está passado desde que S. Telmo apparece.»

Herrera e Pigafetta consignaram factos semelhantes, referindo as tempestades que padeceu a esquadra de Magalhães, durante a sua celebre viagem; porém o facto mais curioso que a este respeito se conta, está mencionado nas memorias do celebre maritimo francez Forbin. «Durante a noite (em 1696, perto das Baleares), o ceo nublou-se de repente no meio de relampagos e horriveis trovões. Vimos sobre os mastros mais de trinta fogos de S. Telmo. Havia um, sobretudo, em cima do galhardete do mastro grande que tinha mais de pé e meio de altura. Mandei a um marinheiro que o tirasse. Quando chegou acima sentiu que o fogo fazia um ruido semelhante ao que faz a polvora quando se ateia depois de ter estado molhada. Ordenei-lhe que tirasse o galhardete e que descesse, porém apenas o arrancou do seu logar, o fogo abandonou-o e foi collocar-se na ponta do mastro, sem que fosse possivel arrancal-o d'ali. Permaneceu por muito tempo no mesmo logar até que pouco a pouco se consumiu.»

Não são menos curiosas as relações de semelhantes phenomenos observados em terra, que se encontram em antigos e modernos escriptores. Estes mesmos fogos teem sido observados nas lanças dos soldados e nas extremidades de alguns campanarios. Arago *(Le Tonnerre,* cap. xxx) reuniu alguns factos summamente curiosos, tirados dos historiadores ou observados por alguns sabios modernos. Figuier *(Découvertes scientifiques,* vol. iv. le *Parotonnerre,* cap. ii) cita os mesmos factos quando refere as observações que precederam a descoberta do para-raios.

Quando as nuvens tempestuosas andam muito baixas, ordinariamente não ha relampagos; a electricidade produzida por influencia, é tão forte que se escapa dos pontos salientes sob a fórma

de chammas, como se vê nas pontas das nossas machinas electricas. Este phenomeno conhecido dos antigos sob o nome de Castor e Polux, foi posteriormente denominado fogo de S. Telmo.... No inverno é quando se observa mais frequentemente... Nas montanhas é que este phenomeno é mais commum, quando as nuvens electricas passam perto d'ellas... É escusado dizer que esta chamma, apesar da sua analogia com o fogo, não queima os objectos em que toca, do mesmo modo que as pontas das nossas machinas não aquecem, apesar da grande quantidade de electricidade que por ellas passa.

«Se entre as nuvens e a terra houver outros corpos susceptiveis de se electrisarem por influencia, então estes podem tambem desligar-se da electricidade visivel sob a fórma de chamma. Tem-se visto frequentemente, durante as tempestades, cair neve phosphorescente sobre o solo, havendo sempre no ar grande carga de electricidade.» (Kaemts, *Cours complet de météorologie*, liv. VI.)

Tal é a explicação que a sciencia moderna dá d'este curioso phenomeno.

ILLUSTRAÇÃO VII

(Veja-se a pag. 81)

Muitas vezes se tem dito que fôra o proprio Magalhães quem dera o seu nome ao estreito que descobriu na sua famosa exploração.

Os padres Buzeta e Bravo repetiram este mesmo erro na pag. 73 do tomo I do seu *Diccionario Geografico historico de las islas Filipinas*. Não obstante, da relação de Pigafetta e do diario de Albo se vê, que o celebre navegador lhe deu sómente o nome de estreito de Todos os Santos.

Pelo meio do seculo XVI, este nome estava já completamente esquecido. Nos tratados de geographia, nas cartas ou mappas e nos livros de historia se lhe dava o nome do seu descobridor. Em fevereiro de 1580, o maritimo hespanhol, Pedro Sarmento de Gamboa, que atravessava o estreito em busca do corsario inglez Drake, tomou posse d'elle em nome de Philippe II; e no auto que para esse fim lavrou, mudava sómente o nome d'esta passagem. «Item, diz, faço saber a todos que para fazer esta viagem e descobrimento tomei por Advogada e Patrona á Serenissima Senhora Nossa Rainha dos Anjos Santa Maria Mãe de Deus, sempre Virgem, conforme as instrucções de Sua Excellencia. Pelo que, e polos milagres que Deus nosso Senhor por sua intercessão tem usado comnosco n'esta viagem e descobrimento, e nos perigos que nelle temos corrido, dei a este estreito o nome da Mãe de Deus pois que antes se chamava Estreito de Magalhães; e espero que Sua Magestade, sendo como é, tão devoto da Mãe de Deus, lhe confirmará este mesmo nome nos seus escriptos e provisões, pois eu em seu real nome lh'o puz, para que sendo Patrona e advogada d'estas regiões e partes interceda para com seu preciosissimo Filho Jesus Christo Nosso Senhor, por ellas alcance de sua bemditissima Magestade tenha misericordia das gentes d'ellas, e lhes envie o seu Santo Evangelho para que as suas almas se salvem, do que resultará summa gloria para os reis de Hespanha que o fizerem e forem ministros d'elle, n'este mundo e no outro; e para a nação hespanhola que o executar não menos honra, proveito e adiantamento.»

Na relação historica da viagem de Sarmento, se dá algumas vezes o nome de Mãe de Deus ao estreito de Magalhães. (*Viaje al estrecho de Magallanes por el capitan Pedro Sarmiento de Gamboa en los años de* 1579 e 1580, Madrid, 1768, pag. 512.) Apesar da sollicitude do celebre maritimo hespanhol, Philippe II absteve-se de mudar a denominação áquelle estreito; e os historiadores e viajantes teem continuado a designal-o com o nome do seu celebre descobridor.

ILLUSTRAÇÃO VIII

(Veja-se a pag. 99)

¿Onde estão situadas as ilhas que Magalhães denominou Desventuradas? Nem os diarios da navegação, nem a prolixa narração de Pigafetta nos fornecem os dados para fixar precisamente a posição d'estas ilhas. De ordinario tem-se acreditado que são as ilhas de S. Felix e Santo Ambrosio que defrontam com a costa do Chili na altura de Huasco.

O celebre maritimo hespanhol Pedro Sarmento de Gamboa é d'esta opinião, quando em a narração da sua viagem diz: «Passámos desoito leguas ao O. das ilhas *Desventuradas* que estão a 25° e um terço, as quaes o piloto João Fernandes indo ao Chile casualmente descobriu em 1574 pela segunda vez, pois desde que Magalhães as descobrira em 1520 ninguem as tinha tornado a vêr e se chamam agora de S. Felix e Santo Ambrosio.» (*Viage al estrecho de Magallanes en los años de* 1579 *e* 1580, Madrid, 1768.) Argensola, no liv. III da sua *Historia de las Molucas*, reproduziu estas mesmas palavras.

Sem embargo d'isso, os dados que subministra o diario de Albo mostram que as ilhas visitadas por Magalhães estão situadas na latitude de 10° 40′ S., o que de modo nenhum corresponde á posição indicada por Sarmento e repetida por Argensola.

O geographo hespanhol D. José de Espinosa, que examinou miudamente estes documentos, e que levantou uma carta do grande Oceano, na qual se acha traçado o roteiro da esquadrilha de Magalhães, fixou a estas ilhas uma situação muito diversa. Segundo Espinosa, a ilha de S. Paulo está a 127° e 15′ de longitude O. de

Cadiz, e a dos Tubarões a 136° 30′ do mesmo meridiano. Veja-se a carta de Espinosa gravada em Londres em 1812.

Julgamos que esta opinião é a mais acertada.

ILLUSTRAÇÃO IX

(Veja-se a pag. 137)

A *Trindade* ficou a querenar em Tidore depois da partida de Sebastião de Elcano. O capitão Gomes de Espinosa fez desembarcar a artilheria dos navios anteriormente destruidos, para não carregar demasiadamente a *Trindade*, e resolveu que ficasse em terra com alguns castelhanos para colherem informações ácerca do commercio d'aquellas ilhas, e manterem relações com os regulos comarcãos. Concertada a embarcação, Gomes de Espinosa saíu de Tidore a 6 de abril de 1522. A *Trindade* levava cincoenta homens de tripulação e uma carga de novecentos quintaes de cravo de cheiro.

Propunham-se os castelhanos encaminhar-se para Panamá, a fim de regressarem á Europa por aquella via. Desgraçadamente, uma furiosa tempestade por tal modo destroçou o navio, que se viram obrigados a retroceder, e procurar abrigo nas ilhas dos Ladrões, a que pouco antes se haviam acolhido. Tratavam de voltar ás Molucas para reparar o navio, quando encontraram uma embarcação cuja tripulação conhecia os castelhanos. Souberam então que poucos dias depois da sua saida de Tidore, uma partida de portuguezes commandada pelo capitão Antonio de Brito, tinha chegado á ilha de Ternate e tomado posse d'ella em nome do rei de Portugal, construindo para esse effeito uma fortaleza.

Gomes de Espinosa, aproveitando o encontro d'aquella embarcação, expediu por ella o escrivão Bartholomeu Sanches com

uma carta para o capitão portuguez, na qual lhe pedia encarecidamente que lhe mandasse algum soccorro que o podesse tirar da apurada situação em que se achava. Brito accedendo á supplica, mandou-lhe dois barcos em que os castelhanos poderam transportar-se para Ternate. Os portuguezes comtudo prenderam Gomes de Espinosa e os seus companheiros, tirando-lhes as cartas, astrolabios, quadrantes e roteiros que levavam.

Os castelhanos estiveram prisioneiros quatro mezes. D'ali foram trasladados para a ilha de Banda, em seguida para a de Java, e por ultimo para Malaca, onde governava Jorge de Albuquerque, Ali permaneceram ainda por muito tempo prisioneiros. Percorreram varias cidades da India até ao meio do anno de 1527, em que só quatro d'elles poderam voltar á Europa. Em Lisboa foram mettidos na cadeia publica, onde um morreu. Gonçalo Gomes de Espinosa, Gines de Mafra, e um clerigo chamado Moraes, depois de sete mezes de prisão, foram postos em liberdade a pedido do rei de Hespanha. O resto da tripulação da *Trindade* ou tinha morrido, ou ficado na India ou nos archipelagos immediatos. Alguns voltaram depois á Hespanha.

Os incidentes relativos a esta ultima parte da historia da celebre expedição, estão extensamente referidos por Herrera no cap. II, liv. IV, dec. III da sua historia, e constam das declarações pedidas em Valladolid pelo Conselho das Indias em agosto de 1527, aos castelhanos que voltaram de tão penosa peregrinação. Essas declarações foram publicadas por Navarrete na pag. 378 do tomo IV da sua celebre *Coleccion*.

ILLUSTRAÇÃO X

(Veja-se a pag. 139).

A differença notada por Pigafetta entre o dia que marcava o seu diario, e a data que lhe indicaram os portuguezes nas ilhas de Cabo Verde, deu logar a estranhas explicações; mas não tardou muito em explicar-se a verdade d'este phenomeno. Pedro Martyr de Anghiera, que era sem duvida um dos homens mais eruditos da Hespanha n'aquella época, escreveu uma carta deixando entrever que conhecia a verdadeira causa d'aquella apparente contradição, ainda que parece rir-se da confusão dos companheiros de Magalhães, que lhes não permittiu guardar os preceitos da egreja relativamente aos jejuns e alimentos. (*Opus epistolarum*, ep. 770, pag. 448, ed. de Paris de 1670.)

Em quanto os homens de alguma instrucção se esforçavam por dar uma solução razoavel a este problema, não faltaram escriptores que asseveravam que a confusão provinha unicamente de um erro no diario dos navegantes, e que era inutil dar-lhe outra explicação. Lopes de Gómora escrevia em 1552 no cap. xcvii da sua *Historia general de las Indias*, o que se segue: «Erraram (os navegadores) um dia na conta, e assim comeram carne nas sextas feiras e celebraram a Paschoa na segunda feira: equivocaram-se ou não contaram o bisexto. Alguns ha que andam philosophando sobre isso, porém mais erram esses do que erraram os navegantes.»

Pigafetta, que estava muito certo de que não havia erro no seu diario, empenhou-se no estudo do problema, e na relação da sua viagem chegou a explical-o satisfatoriamente. A mesma explicação se encontra na *Historia Natural i Moral de las Indias*, do

jesuita José de Acosta, publicada em 1590. Assim, pois, *o problema do dia perdido* que trouxe confundidos os contemporaneos, ficou satisfatoriamente explicado desde a primeira metade do seculo XVI.

Hoje, a explicação d'este phenomeno encontra-se em todos os tratados de astronomia. «É evidente, diz M. Arago, que um viajante que désse a volta á terra, avançando progressivamente para o oriente a fim de voltar ao ponto de partida, veria o sol levantar-se, passar pelo meridiano e pôr-se uma vez mais, do que as pessoas que ficaram no mesmo logar, e ganharia d'este modo um dia inteiro. Ao contrario, outro viajante que partisse de Paris avançando progressivamente para o occidente, teria perdido um dia inteiro quando ali voltasse depois de ter dado uma volta á terra.

«Foi isto o que observaram os companheiros de Magalhães, quando regressaram da viagem de circumnavegação, durante a qual morreu o illustre navegante portuguez.

«O dia da sua volta a S. Lucar era para elles 20 de setembro de 1522, ao passo que os habitantes da cidade contavam 21.» (*Astronomie populaire,* liv. XX, cap. XX, tom. III, pag. 290.)

N'esta explicação ha um erro de chronologia, porque a *Victoria* chegou a S. Lucar doze dias antes.[1]

[1] Tendo a *Victoria* entrado no porto de S. Lucar no dia 6 de setembro, como nos diz o auctor a pag. 129, o erro de chronologia não é de doze, mas sim de quatorze dias.

(*Nota do traductor.*)

ILLUSTRAÇÃO XI

(Veja-se a pag. 140)

Francisco Lopez de Gómara no cap. XCVII da sua *Historia General de las Indias*, fl. 130, diz: «A nau *Argos de Jason*, que collocaram nas estrellas, navegou muito pouco em comparação da *Victoria*, a qual devera ser conservada nos arsenaes de Sevilha por memoria.»

Estas palavras mal interpretadas por alguns estrangeiros, e, o que é mais singular, por escriptores hespanhoes, tem dado logar a crer-se que a *Victoria* havia sido conservada em Sevilha em recordação da celebre viagem, e da primeira navegação em redor do mundo.

Esta noticia acha-se consignada na historia das viagens do abbade Prevost, e na introducção da *Voyage autour du monde* de Bougainville. Comtudo, os escriptores francezes tiraram esta noticia de alguns hespanhoes citados por Vargas Ponce na *Relacion del viaje al Estrecho de Magallanes*, em 1785 e 1786.

São particularmente notaveis as palavras que se encontram em um livro de Antonio de Torquemada, impresso em Medina del Campo em 1599, com o titulo de *Jardim de flores curiosas*. A fl. 226 v. se lê: «O navio chamado *Victoria* está nos arsenaes de Sevilha, ou pelo menos esteve, como coisa digna de admiração.»

Outro escriptor hespanhol, Martinez de la Puente, referindo os successos mais notaveis da viagem de Magalhães no seu *Compendio de las historias de la India oriental*, impresso em 1681, diz: «Os fragmentos d'este navio *Victoria* estão guardados em Sevilha, por memoria de ter sido elle o unico que deu a volta inteira a todo o orbe da terra e agua.»

Apesar d'estas palavras, o facto de se não achar consignada nos *Anales de Sevilla* de Ortiz de Zuniga a noticia de haver sido a *Victoria* conservada por aquelle modo faria suspeitar que tudo aquillo era uma invenção. Temos porém uma auctoridade irrecusavel para negar a asserção exarada nas citadas obras. Gonzales Fernandes de Oviedo, o minucioso historiador das Indias, contou-nos o verdadeiro fim da Victoria no cap. I, liv. XXI, da edição de 1547 da sua obra. Diz assim: «Saíu aquelle navio do rio de Sevilha e deu uma volta ao pomo ou redondeza do mundo e andou tudo o que o sol anda, especialmente por aquelle paralello do navio que disse torneou o mundo, indo por poente e tornando pelo levante; e voltou á mesma Sevilha e depois ainda fez aquelle navio uma viagem de Hespanha a esta cidade de S. Domingos da ilha Hespanhola e tornou a Sevilha, e de Sevilha voltou a esta ilha e na volta que fez para Hespanha se perdeu, que nunca jámais se soube d'ella, nem de ninguem dos que n'ella iam.»

ILLUSTRAÇÃO XII

(Veja-se a pag. 141)

O cavalheiro Francisco Antonio de Pigafetta, que acompanhou Magalhães na sua celebre expedição, e cujo livro é uma narração mui curiosa dos incidentes d'essa viagem, nasceu em Vicencia, na Lombardia, pelos annos de 1491.

Desde a sua juventude manifestou grande affeição á navegação e ás sciencias que lhe são relativas. Passou a Hespanha em 1518 acompanhando Francisco Chiericato, embaixador do papa Leão X, e obteve permissão para acompanhar Magalhães na sua viagem em busca das ilhas Molucas. Durante a navegação, Pigafetta soube ganhar a confiança do seu chefe, e aproveitar-se da sua posição e dos seus conhecimentos litterarios, para recolher e con-

signar no seu diario de viagem todas as noticias que ácerca da expedição, e dos paizes por ella visitados, podesse interessar aos europeus.

No seu regresso á Europa, Pigafetta foi recebido com grande distincção por muitos soberanos. O imperador Carlos v, o rei de Portugal, o de França, os principes da Italia, e o papa Clemente vii, colmaram-n'o de honras e de presentes. O grão mestre da ordem de Malta, Filippe Villers de l'Ile-Adam, recebeu-o por cavalheiro na ordem em 3 de outubro de 1524, e concedeu-lhe a commenda de Nossia.

O resto da vida de Pigafetta é quasi desconhecido. Apenas se sabe que fez algumas campanhas contra os turcos e que voltou á patria, onde morreu. Vê-se ainda hoje em Vicencia, a casa de Pigafetta decorada com uma roseira esculpida, e com esta legenda: «Não ha rosa sem espinhos.»

A relação da viagem de Pigafetta foi publicada sem data na primeira metade do seculo xvi, traduzida em lingua franceza. Esta relação todavia parece apenas um compendio da sua obra, que por muito tempo se julgou perdida. Carlos Amoretti, erudito italiano, conservador da bibliotheca Ambrosiana de Milão, descobriu n'ella um manuscripto que parecia ser contemporaneo do auctor. Como estivesse escripto em uma linguagem tosca, mescla de italiano, de hespanhol e de dialecto veneziano, foi necessario traduzil-o em italiano para que Amoretti o podesse dar á luz em Milão, em 1800. Amoretti tambem o traduziu para o francez, e publicou-o em Paris no anno ix da republica. Esta edição está acompanhada de um vocabulario das linguas dos povos que Pigafetta visitou, e de outra obra d'elle sobre a arte da navegação.

Esta relação tem sido reimpressa depois, e tambem traduzida em castelhano; eu porém tive sempre á vista a edição italiana de 1800 e a franceza do anno ix.

Amoretti acompanhou a obra de uma introducção biographica do auctor, que pode ser consultada com proveito. Veja-se tambem o *Génie de la navigation* por M. F. Denis, pag. 96.

ILLUSTRAÇÃO XIII

(Veja-se a pag. 141)

De uma summaria noticia biographica de João Sebastião de Elcano, escripta por D. Martim Fernandes de Navarrete, extraímos os seguintes factos para completar o que ácerca d'este personagem temos publicado no texto d'esta obra.

«Era João Sebastião de Elcano, natural de Guetaria, villa maritima de Guipuzcoa, e foram seus paes Domingos Sebastião de Elcano e D. Catharina del Puerto. Tendo-se dedicado desde os primeiros annos á navegação, cedo obteve o commando de um navio de 200 toneladas, com o qual fez importantes serviços ao estado, no levante e em Africa, e talvez fosse isso o que lhe proporcionou ser eleito para mestre da *Conceição*, uma das cinco embarcações de que se compunha a esquadra que se preparava para ir á India, sob o commando de Fernão de Magalhães, por caminho diverso do que os portuguezes tinham achado. (Seguem-se algumas noticias sobre a viagem de Magalhães.)

«Para compor as desavenças que por então se suscitaram em Portugal sobre o direito á posse das Molucas, reuniram-se entre Elvas e Badajoz arbitros instruidos de ambas as nações[1]. O imperador nomeou Elcano com outras pessoas doutas, cujas razões e doutrinas fizeram decidir a questão a favor do imperador, para o que contribuiu poderosamente a opinião do nosso navegador, que acabava de ser testemunha ocular da verdadeira situação d'aquellas ilhas. Concluida aquella reunião passou Elcano a Portugalete, para accelerar a construcção de quatro navios, que reunidos a mais

[1] Vid. o Appendice.

tres que se estavam aprestando na Corunha, deviam compor a nova expedição para as Molucas sob o commando do commendador Fr. D. Garcia de Loaisa. Elcano esteve então em Guetaria, d'ali partiu para a Corunha com varios mestres, pilotos, e marinhagem, em cujo numero entravam dois irmãos e outros parentes. Aprestada assim a expedição, saíu para o mar a 24 de julho de 1525, levando Elcano por segundo commandante: soffreram tão grande tormenta sobre a costa do Brasil, que dois navios se desaggregaram; os outros cinco tiveram depois segunda tempestade junto ao cabo das Virgens, que causou a perda do navio em que ia Elcano, o qual immediatamente se passou para outro, logrando finalmente desembocar o estreito a 26 de maio de 1526, com innumeraveis trabalhos. Já depois de entrarem no mar Pacifico houve novas desaggregações; e as enfermidades e escassez de viveres causaram irreparaveis perdas de gente. A 30 de julho falleceu o commendador Loaisa, e no logar d'elle tomou Elcano o commando, conforme uma provisão secreta do imperador, com grande jubilo d'aquellas gentes; mas esta consolação foi de pouca dura, porque cinco dias depois tambem Elcano terminava a sua gloriosa carreira, a 4 de agosto, deixando seus illustres companheiros cheios de luto e de dôr, e em situação mui critica e apurada.

«Posteriormente a memoria d'este homem tão illustre tem sido conservada com honra e apreço. D. Pedro de Echave e Asu, cavalleiro do habito de Calatrava, lhe erigiu um decoroso sepulchro em 1671; e D. Manuel de Argote, natural de Guetaria, lhe dedicou uma magnifica estatua, trabalhada por D. Affonso Bergaz, esculptor da casa de sua magestade e director da academia de S. Fernando, a qual foi collocada na praça publica d'aquella villa no anno de 1800, com varios adornos e inscripções em latim, vasconço e castelhano, que explicam as memoraveis façanhas d'este singular heroe da marinha hespanhola.»

CORRECÇÃO DO AUCTOR

No capitulo I, pag. 11, fizemos menção de uma *Descripcion* da India oriental que existe inedita e que se attribue a Magalhães, como declara o manuscripto que havemos consultado. D. Martim Fernandes de Navarrete havia ja suspeitado que esta obra não fôra composta por Magalhães; mas o erudito historiador do Brasil, Francisco Adolpho de Varnhagen, que examinou detidamente aquelle manuscripto, observou que não era senão uma imperfeita traducção castelhana da obra, que, sobre o mesmo assumpto, compozera Duarte Barbosa, e que só foi publicada pela primeira vez em 1813, pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, na *Collecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas*, vol. II. Tão pouco conhecida era a obra de Barbosa, ainda em Portugal, que ao começar a sua publicação, os editores a traduziam do italiano da collecção de Ramuzio; e só depois de impressa uma parte d'ella, é que se achou o manuscripto portuguez que se julgava perdido. Não é para estranhar que em Hespanha se fizesse no seculo XVI uma traducção d'aquella obra, e se attribuisse a Magalhães.

APPENDICE

APPENDICE

Ao actual representante legitimo da casa e familia de Fernão de Magalhães, o sr. dr. Alexandre Manuel Alvares Pereira de Aragão, residente em Villa Flor, devemos a mercê de nos facultar o exame dos documentos que possue, a respeito da naturalidade e genealogia do famigerado descobridor.

O primeiro é o testamento de Fernão de Magalhães, feito em Belem, nas notas do tabellião Domingo Martins, a 17 de dezembro de 1504, tres mezes antes do seu embarque para a India, com o vice-rei D. Francisco d'Almeida.

Eis aqui as principaes clausulas:

«Mando que se eu morrer fóra d'esta terra ou em esta ar-«mada para onde agora vou para a India, servir a meu senhor Rei «o muito alto e muito poderoso senhor Dom Manuel que Deus nos «guarde, que as minhas exequias se façam como fariam a um sim-«ples navegante, dando ao capellão do navio a minha roupa e ar-«mas para que diga tres missas de requiem resadas.

«Nomeio por meus unicos herdeiros minha irmã D. Thereza «de Magalhães, a seu marido João da Silva Telles e a seu filho «meu sobrinho Luiz Telles da Silva, a seus successores e herdei-«ros, com a obrigação que o dito meu cunhado ha de juntar ao «brasão das suas armas o de Magalhães, que é de meus avós, e «por ser muito distincto, e dos melhores e mais antigos do reino, «estabelecendo como estabeleço nos varões primogenitos, ou fe-«meas á falta d'elles, descendentes da dita minha irmã D. Thereza

«de Magalhães e seu marido meu cunhado e seu filho Luiz Telles «da Silva, no meu altar do Senhor Jesus da egreja de Santo Sal- «vador de Sabrosa, um legado de doze missas todos os annos, para «o que avinculo a minha quinta de Souta, que está no mesmo «termo de Sabrosa, e será perpetuamente padroado leigo, que se «conservará sempre para memoria da nossa familia, que terão obri- «gação de renovar os successores, se por algum caso ou malicia o «carecer, sem poder augmentar nem diminuir o numero das mis- «sas, nem pôr-lhe outra condição; e tudo que deixo ordenado «quero que seja verdadeiro e firme para todo o sempre no caso «que eu fine sem successão legitima, que tendo-a quero que seja «a successora de todos os meus bens com a mesma obrigação do «dito padroado leigo, que fica estabelecido e não d'outra guiza, «por ser justo que a varonia tenha augmentação e não fique pri- «vada da pouquidade dos bens que tenho, dos quaes não posso «melhor nem de outra maneira ordenar.»

O segundo documento, curiosissimo, é o testamento feito no Maranhão, por Francisco da Silva Telles, sobrinho de Fernão de Magalhães, lançado nas notas do tabellião Damião Carneiro, a 3 de abril de 1580,

Diz assim:

«Nomeio por meus unicos e universaes herdeiros a meu filho «Antonio da Silva de Magalhães de Faria e a meu neto filho do «sobredito meu filho, Gonçalo Alvares Moreira da Silva, para que «n'elles e em todos os seus descendentes se conserve a casa da «Pereira de Sabrosa de que agora sou senhor e a quinta da Souta, «com os mais bens que possuo, assim moveis como immoveis de «prata e oiro, que herdei de meus maiores, para que possam sus- «tentar a nobreza e distincção que herdámos d'aquelles que nos «geraram.

«Mando e ordeno a todos os meus descendentes e herdeiros, «que na minha casa da Pereira, em Sabrosa, não ponham outra «pedra de armas, nem outro brasão, porque quero que em todo o «tempo se conservem *picadas* e *rasas*, do mesmo modo que as

«mandou pôr o nosso senhor e rei, pelo delicto de Fernando de «Magalhães se passar a Castella em desserviço d'este reino, a des«cobrir novas terras, onde morreu em desagrado do nosso rei; e «como elle era irmão de minha avó D. Thereza de Magalhães, se «mandaram picar as armas, por cujo motivo, de vergonha me pas«sei a viver em Maranhão, onde agora me acho ao tempo do ou«torgamento d'este meu testamento. E faço esta declaração para «que aos meus vindouros fique por exemplo, não só os castigos «do senhor rei, mas os do ceo, que fez que meu tio Fernando de «Magalhães, irmão de minha avó, morresse tão desastradamente «como dizem que morreu em uma ilha chamada *Maltan* ás mãos «de herejes, ou melhor, de seus peccados, atravessado por uma «lança. E cuidem todos meus descendentes e herdeiros em servir «só aos seus principes se querem a minha benção, que lhes nega«ria se soubesse que haviam de ter tão baixos sentimentos e tão «ruinosos para as familias, como me tem sido a mim e a meu pae, «que deixámos a nossa casa por vergonha, e medo que se levan«tassem os visinhos contra nós, pois com justiça não podiam sof«frer quem ia contra Portugal, que é a sua patria, servir caste«lhanos nossos inimigos naturaes.»

Para explicar tal disposição testamentaria, diz o sr. Pinho Leal[1] que segundo a tradição, quando constou que Fernão de Magalhães se passara para o serviço de Castella, o povo de Sabrosa fez toda a qualidade de insultos a seus sobrinhos, chegando a correl-os á pedra, e por isso viram-se elles obrigados a fugir para o Maranhão, ainda n'esse tempo quasi todo despovoado, e não quizeram pedir ao monarcha hespanhol o cumprimento do que tinha promettido a seu tio.

A casa de Sabrosa abandonada por elles, caiu em ruinas, e quando regressaram á patria, nem se animaram a voltar para a sua terra natal, indo residir, ao que parece, para Fafe. Só nos fins do seculo XVIII é que seus descendentes tornaram a usar do appellido de Magalhães.

[1] *Port. ant. e mod.*, tom. VIII, pag. 287.

As armas da casa da Pereira, picadas por ordem de el-rei D. Manuel, foram apeadas quando modernamente reconstruiu esta residencia um comprador estranho á familia de Magalhães. Servem hoje de cunhal n'um dos angulos da nova casa!

Entre os documentos que examinámos, está a minuta (em castelhano) de um requerimento feito em 1795 ao rei de Hespanha, por Antonio Luiz Alvares Pereira Coelho da Silva Castello Branco, em que pedia, na qualidade de oitavo neto è successor de D. Thereza, irmã de Fernão de Magalhães, lhe fossem conferidas as honras que este tinha de *Adelantado mayor y Almirante*, e se lhe désse uma indemnisação pelo que deixara de receber o descobridor pela *contrata* que celebrara com Carlos v, em Valladolid, aos 22 de março de 1518.

Vem junta a certidão da *contrata*, aliás *capitulacion y asiento*, extraida do archivo geral de Indias em Sevilha, subscripta pelo commissario regio encarregado de reconhecer o mesmo archivo, D. Martin Fernandez de Navarrete, o auctor da *Colecion de los Viajes*, onde vem a de Fernão de Magalhães e sua ampla biographia já citada. N'um memorial appenso á referida minuta, se diz que este requerimento fôra, por ordem regia de 16 de maio de 1795, remettido ao real e supremo conselho de Indias.

O requerente falleceu, em Madrid, onde teria ido solicitar o despacho de *adelantado*, e nunca mais houve quem o promovesse.

Navarrete (*Colec.* t. 4. pag. XXIII) diz que vira no archivo de Sevilha um volumoso processo intentado em 1567 por Lourenço de Magalhães, para provar que era neto de um primo co-irmão do celebre navegador, e como tal herdeiro das gratificações que o rei de Castella lhe promettera.

Nos documentos que temos á vista não ha sequer referencia ao processo que viu Navarrete.

Pag. 7

Sobre as diligencias que se fizeram para que Fernão de Magalhães voltasse ao reino, quando estava em Sevilha negociando com o imperador Carlos v a sua aventurosa expedição, veja-se a seguinte correspondencia official com el-rei D. Manuel, que se conserva no archivo nacional da Torre do Tombo, d'onde foi extraída com a orthographia dos originaes.

Carta escripta de Saragoça a el-rei D. Manuel, pelo seu embaixador D. Alvaro da Costa, a respeito de Fernão de Magalhães.

✠

Senhor

Acerqua do negoceo de fernam de magalhães eu tenho feito e trabalhado quanto deus sabe, como lhe largamente tenho esprito, e agora estando xebres doente falei niso muito ryjo a el Rey apresentando lhe todolos enconuinientes que neste caso auia, apresentando lhe alem das outras cousas, quam fea cousa era equam desacostumada receber hum Rey os uasalos doutro Rey seu amigo contra sua vontade que era cousa que antre caualeiros se nom acustumaua e se auia por mui grande erro e cousa mui feia e que eu nom acabaua em ualhadoly de lhe oferecer uosa pesoa e reinos e senhorios quando ele ja recebya estes contra uoso prazer que lhe pedia que oulhase que nom era tempo pera des-

contentar uosalteza e mais em cousa que lhe tam pouco inportaua e tam incerta e que muitos uasalos e omens tinha pera fazer seuos descobrimentos quando fose tempo e nam cos que de uosalteza uinham descontentes e de que uosalteza nom podia de deixar de ter sospeita que auiam de trabalhar mais por uos desseruir que por ninhũa outra cousa e que su alteza tinha ainda agora tanto que fazer em descobrir seuos reinos e senhorios e em os assentar que lhe nom deuiam de lembrar taes nouidades de que se podiam seguir escandolos e outras cousas que se bem podiam escusar apresentando lhe tambem quam mal isto parecia em anno e tempo de tal casamento e acrecentamento de divido e amor. E que me parecia que uosalteza syntiria muito saber que estes omens lhe pedem licença e nom lha dar pera se tornarem que eram ja douos males recebelos contra sua uontade e telos contra uontade deles que eu lhe pedia polo que compria a seu seruiço e de uosalteza que de duas fizesse hũa ou lhe dese licença ou sobreesteuese neste negocio este anno em que se nom perderia muito e se poderia tomar tal meio como ele fose seruido e uosalteza nom recebese desprazer do modo com que se isto faz.

Ele senhor fycou tam espantado do que lhe dyse que eu me espantei e me respondeo as milhores palauras do mundo e que ele por ninhũa cousa nom queria que se fizese cousa de que uosalteza recebese desprazer e muitas outras boas palauras e que eu falase com ho cardeal e que lhe fizese relaçam de tudo.

Eu senhor o tynha ja bem praticado com ho cardeal que he a milhor cousa que qua ha e lhe nom parece bem este negoceo e me prometeo de trabalhar quanto podese por se escusar Falou com el Rey e chamaram per isto ho bispo de burgos que he o que sostem este negocio. E asy huns dous do conselho tornaram a fazer crer a el Rey que ele nom eraua nisto a uosalteza porque nom mandaua descobrir senam dentro no seu lemite e mui longe das cousas de uosalteza e que uosalteza nom auia dauer por mal de se seruir de dous uasalos seuos homens de pouca sustancia seruindo se uosalteza de muitos dos naturaes de castela alegando ou-

tras muitas razões. In fim me dise o cardeal que o bispo e aqueles insistiam tanto nisto que por ora el Rei nom podya tomar outra detriminaçam.

Tanto que xebres foi sam lhe tornei a presentar este negoceo como digo e muito mais ele da a culpa a estes castelhanos que pōi el Rey nisto e com tudo que ele falara a el Rey e nos dias pasados o requeri muito sobre isto e nunca tomou detriminaçam e asi creio que fara agora. a mim senhor parece me que uosalteza pode recolher fernam de magalhães que sera grande bofetada pera estes que polo bacharel nom dou eu muito que anda casi fora de seu syso. Eu fiz diligencia com dom jorge acerqua da yda laa do seu alcayde e ele diz que hira em toda maneira. asy senhor que isto esta desta maneira e com tudo eu nunca deixarei de trabalhar nisto o que poder.

E nom cuide vosalteza que dise muito a el Rei no que lhe dise porque alem de ser tudo verdade o que dise esta gente como dygo nom sente nada nem el Rei tem liberdade pera de sy fazer ate ora nada e por iso se deue de syntyr menos suas cousas. noso senhor a uida e estado de vosalteza acrecente a seu santo seruiço. de saragoça terça feira a noyte xxviii dias de setembro [1518].

Beijo as mãos de uosa alteza.[1]

ALUARO DA COSTA.

[1] Arch. da Torre do Tombo.—Gav. 18, Maço 8, num. 38.

Carta a el-rei D. Manuel do feitor (consul) de Portugal, Sebastião Alvarez, em Sevilha, resposta ás que recebera a respeito da expedição de Fernão de Magalhães.

Señor

em xv deste julho p chavascas moço dest'beyra R^i^. duas cartas de vosa alteza hũa de xviij e outra de xxix do mes pasado que entendy e sem a seg^da^ Resumyr Respondo a vosa alteza.

Sam agora vindos em conpanhia a esta cidade xpovã de harõo e J^o^ de cartajena feitor moor darmada e capitam de hũ navio e o tesourey^o^ e esc'vã desta armada e nos Regim^tos^ que trazem ha cap^os^ contrarios ao rregm^to^ de frnã de magalhães E vistos pllo contador e feitores da casa da cont^r^taçam como posam mall engulyr as cousas de magalhaẽes foram logo da opiniam dos que novam^te^ vieram.

E juntos mandarã chamar fernã de magalhaẽes e q̃seram dele sabr̃ a ordem desta armada e a causa por que na q'la nãao ño ya capitã som^te^ carvalho que era piloto e nõ capitam, dise que elle a queria asy levar pa levar o foroll e as vezes se pasar a ela.

E lhe diseram que levava m^tos^ portugeses e que nõ era bem que levase tantos Respondeo que ele faria na armada o q̃ q̃sese sem lhe dar co^ta^ e que elles o nõ podiam faz^r^ sem a darẽ a elle pasaranse tantas e tam mas Rezoẽes q̃ os feitores mandarã pagar soldo a jente do maar e darmas e nõ a nẽhũs dos portugeses q̃ frna de magalhaẽes e Ruy faleiro tem pa levar e a ysto se fez correeo a corte de castela.

E por eu vr̃ a materia aberta e ĩpo bẽ conveniente pa dz^r^ o que me vosa alteza mãdou me fuy a pousada de magalhaẽes onde o achey conçertando cortiços e arcas com vitoalha de cons^r^vas e out^as^ cousas ap'tey o fingindo que pllo achar naquele acto que me

pareçia conclusã da obra de seu maao pposyto e porque esta esria a derradr^a fala q̃ lhe faria lhe queria rreduzir a memoriam quantas vezes como bom portuges e seu amygo lhe avia falado contr^a-riando lhe o tam grande erro como fazia.

E despois de lhe pedir pdam se algũu escandalo de my Reçebese na ptica, lhe trouxe a memoria quantas vezes lhe avia falado e quã bem me senp̃ Respondera e que segundo sua Reposta senp̃ eu esperey q' o fim nõ fose con tã grande dess^rviço de vosa alteza e o que lhe senp̃ disera era que visse que este caminho tinha tantos perigos como a Roda de santa C^na e que o devya deixar e tomar o coybrãao e tornar se a sua natureza e g̃ça de vosa alteza donde senp̃ Reçeberia m^ce. nesta fala entrou meter lhe todolos temores q̃ me pareçerã e erros que fazia dise me q̃ elle nõ poderia ja all faz^r por sua honrra senã seguir seu caminho, eu lhe disse que ganhar onrra indyvidam^te e adq̃rida com tanta infamia nõ era sab^r nẽ honrra mas antes p^ri^vãça de sab^r e d onrra porque fose çerto q̃ a jente castelhana p^rinçipall desta çidade falando nele o aviam por hõme vyll e de maao sangue poys em dess^rviço de seu v̄dad^ro Rey e señor aceptava tall enpesa quanto mais semdo p ele levantada e ordenada e Requerida, que fose ele certo que era avido por treedor por hyr cont^ra o estado de vosa alteza, aquy me Respondeo que ele via o erro que fazia porem que ele esperava g̃dar muyto o serviço de vosa alteza e faz^r lhe muito s^rviço em sua yda. Eu lhe dise que quẽ lhe louvase tall diz^r o nõ entenderia, porque caso q̃ ele nõ tocase a conq̃sta de vosa alteza como qr̄ q̃ achasse o que dizia loguo era em grande dano das rrendas de vosa alteza, e que este Reçebia todo o rregno e jenero de p^as [1] e que mais virtuoso pensam^to era o que ele tinha quando me disse que se vosa alteza mandase q̃ se tornasse a portugall q̃ o faria sem out^ra çerteza de merçee e que quando lha nõ fizese que hy estava essa serra doosa e sete v^as [2] de pardo e hũas contas de bugalhos

[1] Pessoas.
[2] Varas.

que entã me pareçia q̃ seu coraçã estava na v^r^dade do que compria a sua honrra e conçyençia, o q̃ se falou foy tanto q̃ se nõ pode escver.

a q̃^i^ s^or^ me começou a dar synall dizendo que lhe dissese mais que ysto nõ vinha de my e que se v. alteza mo mandava q̃ lho disese e a m^ce^ q̃ lhe faria, eu lhe disse q̃ eu nõ era de tantas toneladas p q̃ v. alteza me metese em tall acto mas eu como out^as^ m^tas^ vezes lho dezia aquy me q̃^i^s honrrar dizendo q̃ se o q̃ eu começey com ele levara avante sem ant^re^vir out^as^ p^as^ q' vosa alteza fora svido mas q' n^o^ [1] Ribeiro lhe disera hũa cousa e q' nõ fora nada e Joam mendez out^ra^ q' nõ atara e diseme a merçee q' lhe prometiam da pte de vosa alteza, aq^i^ ouve grande amiserarse e diz' que bem sentia tudo mas que nõ sabia cousa pa que cõ rrezam deixase hũ Rey que tanta m^ce^ lhe avia feito. e eu lhe disse q' por faz' o que devia e nõ pder sua honrra e a m^ce^ q' vosa alteza lhe faria que seria mais çerta e cõ mais verdadeira onrra. E que pesasse ele se a vinda de purtugall q' fora por çem rrẽs mais ou menos de morida [2] q' v. alteza lhe deixara de dar por nõ quebrar sua ordenança, com virem dous rregm^tos^ contrairos ao seu, e ao q' ele capitolou cõ el Rey dõ carlos, e veria se este desp^re^zo pesa mais pa se hyr e faz^r^ o que deve se vyr se por o q' veeo.

fez grande admiraçã de eu tall sabr̃ e aquy me disse a v^er^dade e como o correo era p^r^tido q' eu ja tudo sabia. E me disse que çerto nõ averia cousa por q' elle desse cõ a carga em trra senã tirando lhe algũa coussa do capitolado; porem q' p^r^m^o^ avia de veer o que lhe vosa alteza faria. eu lhe disse q' mais q'ria veer q' os rregm^tos^ e Ruy faleiro q' dezia abertam^te^ q' nõ avia de seguir seu foroll e que avia de navegar ao sull ou nõ hira na armada, e que ele cuidara q' hia por capitã moor e que eu sabia que avia out^os^ mandados em cont^ra^iro os quaees elle nõ saberia senã a tpo que nõ pudese Remedea^r^ sua onrra; e que nõ curasse do mell que

[1] Nuno.
[2] Moradia.

lhe punha p̃llos beiços o bp̃o de burgos e que agora era t̃po por ysso q' visse se o queria faz^r e que me desse carta ꝑa vossa alteza e que eu por amoor dele yria a vossa alteza a faz^r seu ꝑ^r tido, porque eu n'o tinha nehũu Recado de vosa alteza ꝑa em tall entẽder som^te falava o q' me pareçia como out^as vezes lhe avia falado. dyseme que nõ me dezia nada ate veer o rrecado q' o correo trazia e nisto concludymos eu vigiarey com toda minha posybilidade o s^r viço de v alteza.

neste paso me parece bem que saiba vosa alteza que he çerto que a navegaçã q' estes esperã faz^r el Rey dom carlos a sabe e fernã de magalhaẽes asy mo tem dito e pode aveer quem tome a emp^re sa que faça mais dano. faley a rruy faley^ro ꝑ duas vezes nunca me all Respondeo senã que como faria tall cont^ra el Rey seu señor q' lhe tanta m^ce fazia a todo o que lhe dezia nõ me rrespondia all, parece me que esta como homẽ torvado do Juizo e que este seu famyliar lhe despontou algũu sabr̃ se o nele avia pareçeme q' movido fernã de magalhaẽes q' Ruy faley^ro seguirá o que magalhaẽes fi^r.

s^or os navios da capitania de magalhaẽes sam cinq^o ·s. hũu de cx toneladas os dous de lxxx cada hũu e os dous de lx cada hũ pouco mais ho menos, sam muy velhos e Remẽdados porque os vy em monte corregeer, ha onze messes que se correjeram e estã na agoa agora calafetam asy nagoa eu entrey neles algũas vezes e çertefico a vosa alteza que ꝑa canaria navegaria de maa vontade neles, porq' seus liames sam de sebe.

hartelharia que todos çinq'^o levã sam lxxx tiros muy pequenos som^te no maior em q' ha de hyr fernam de magalhaẽs estam quat^o b^er ços de ferro nõ bõos ꝑ toda a jente que levã em todos çinq'^o sam ii^c xxx homẽs todolos mais tem ja Recebido o soldo som^te os portugeses que nõ querẽ Reçeb~ a mill Rs̃, ag^r dam que venha o correo por que lhes disse magall. ẽes que ele lhes farya acrecẽtar o soldo e levã mãtym^tos ꝑa dous anos.

capitam da p^r m^a nãao fernã de magalhaẽes e de segunda Ruy faley^o da 3ra J^o de cartagena q' he feitor moor darmada da 4^a

quesada c^ri^ado do arçobpo de sevilha a 5ª vay sem capitam sabido vay nella por piloto carvalho portugues, nesta se diz que ha de meteer por capitã desque forẽ de foz ẽ fora ha alv^o^ da mizq^i^ta d est^re^moz que caa estaa. os portugeses que ca vejo ꝑa hirem

§ o carvalho piloto

§ estevã gomez piloto

§ o sserrãao piloto

§ v^co^ p^re^to [1] galego piloto ha dias q' caa vive

§ alv^o^ da myzq^i^ta d estmoz

§ martỹ da myzq^i^ta d estremoz

§ fr^co^ d a^o^seca f^o^ do c^dor^ do rrosmaninhall

§ xpovã ferr^a^ f^o^ do c^dor^ de castelejo

§ martim gill f^o^ do Juiz dos orfãaos de lixboa

§ ꝑo d abreu c^ri^ado do bp̃o de çafy

§ duarte barbosa sob^ri^nho de di^o^ barbosa c^r^ado do bp̃o de çiguença

§ ant^o^ frr̃z q' vivia na mouraria de lixboã

§ luis a^o^ de beja q' foy c^r^ado da s^ra^ Ifante q' d̃s tem

[1] O nome *preto* tem um traço, que parece servir para o inutilisar.

§ J° da silva f° de n° da silva da ilha da madeira este me disse senp̃ q' nõ avia de hyr salvo se vosa alteza o ouvese por seu s^r^viço e anda como deçipulo encuberto.

§ o faleiro tem caa seu pay e may e irmãaos hũ deles leva consigo.

out^ra^ jente miuda de moços destes tambẽ dizẽ q' am de hyr de que farey memoria a vosa alteza se mandar quando forẽ.

a q^i^nta ꝑte desta armaçã he de xpovã de haroo q̃ nela meteo iiij[1] ducados Diz caa q̃ vosa alteza lhe mãdou la tomar xx[2] + ^dos^ de fazẽda elle daa caa os avisos d armada de vosa alteza asy da feita como da que se faz soube q̃ ꝑ hũu c^ri^ado seu q̃ la tem. avendo se as cartas deste podria vosa alteza sabr̃ ꝑ que via sabia estes se-c^re^tos.

as mercaderias que levã sam cobre azouge panos baxos de cores sedas baxas de cores e marlotas feitas destas sedas.

certificasse que ꝑtira esta armada ꝑa baxo, em fim deste Julho mas a mȳ nõ mo pareçe asy nẽ ate meado agosto, posto que o correo venha mais çedo.

a rrota que se diz que ham de levar he dir^to^ ao cabo fryo ficando lhe o brasy a mão dir^ta^ ate pasar a linha da ꝑtiçã e daly navegar ao eloeste e loesnoroeste dir^tos^ a maluco a quall tr̃ra de maluco eu vy asentada na poma e carta que cã fez o f° de Reynell a quall nõ era acabada quando caa seu pay veo por ele, e seu pay acabou tudo e pos estas tr̃ras de maluco e ꝑ este padram se fazem todallas cartas as quaẽes faz di° Ribeiro e faz as agulhas quadrantes e esperas porem nõ vay narmada nem q̃r mais q̃ ganhar de comeer ꝑ seu engenho.

desd este cabo frio ate as Ilhas de maluco ꝑ esta navegaçam nõ ha nẽhũas tr̃ras asentadas nas cartas que levã p^ra^za a d's todo

[1] 4000.
[2] 20000.

poderoso que tall viajem façã como os corterreaes, e vosa alteza fique descansado. e seja senpre asy ẽvejado como he de todolos prinçepes.

Senñor outra armada se faaz de tres navios podres peq̃nos em que vay por capitam andres ninho este leva outos dous navios pequenos lavrados em peeças dẽtro nestes velhos este vay a tr̃ra fiyrme q̃ descobrio pe ayres, ao porto de larym e daly ha de hyr por tr̃ra xx legoas ao maar do sull donde se ha de levar p̃ tr̃ra os navios lavrados com a enxarçeea dos velhos e armalos neste maar do sull e descobrir com estes navios mill legoas e mais nã contra o eloeste, as costas da tr̃ra q̃ se chama gataio e nestas ha de hyr por capitam moor gill gllz contador da Ilha espanhola e vam p̃ dous años.

partindo estas armadas se faz loguo outra de quato navios p̃a hyr segundo se diz na esteira de magalhaẽes porẽ como ainda ysto nõ este posto em gõço de se fazr nõ se sabe cousa çerta e esto ordena xpovã de haroo o que se mais pasar eu o farey sabr̃ a vosa alteza.

as novas da armada que el Rey dom carlos mãda fazr p̃a se defender ou ofender a França ou hyr ao empereeo como se diz escuso escrever a vosa alteza porque de no Ribeiro que he em cartagena as tera vosa alteza mais çertas mas ha nova çerta nesta cidade p̃ cartas que el Rey de França divulga que el Rey dõ carlos nõ ha de seer emperador e que ele o ha de sser o papa ajuda el Rey de França p̃ via onesta conçede lhe quato capelos p̃a que os desse a quẽ ele q̃sesse diz se que el Rey de França os tem p̃a daar a quẽ os elegedores do empereo qserem donde se çertefica que ou el Rey de França sera emperador ou quẽ ele qser, o que mais pasar nestas armadas eu terey especiall cuidado de o fazr sabr̃ a vos alteza ainda q̃ eu estava ja frio niso porque me pareçeo q̃ vosa alteza o q̃ria p̃ outrẽ sabr̃ porque vy caa no Ribeiro e outas pas q̃ comigo falavã p̃ modo disymulado querendo sabr̃ de m̃y. beeso as mãaos de vosa alteza, de sevilha a xviij de Julho de 1519.[1]

SEBASTIÃ ALURZ.

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Corpo Chron. P. 1.ª, Maço 13, Doc. 20.

Pag. 8

Aos tres escriptores citados pelo auctor, accrescentem-se os seguintes:

Gaspar Corrêa.—*Lendas da India*, tom. II. Inedito publicado pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, na collecção dos documentos para a historia dos descobrimentos e conquistas dos portuguezes.

Latino Coelho.—*Estudo* sobre Fernão de Magalhães, publicado no *Archivo Pittoresco*, vol. VI, 1863, com retrato.

Pinho Leal.—*Portugal antigo e moderno*, vol. VIII, pag. 275.

Lord Stanley of Alderley.—*The first Voyage round the world*, by Magellam. Londres, 1874, com o retrato e o fac-simile da assignatura de Fernão de Magalhães.

Pag. 147

Este recibo acha-se no Liv. VI das Moradias da casa real, fl. 47, v.

Pag. 150

Martim Behaim falleceu, muito pobre, em Lisboa, a 29 de julho de 1506, e foi sepultado na egreja dó convento de S. Domingos.

Sobre o seu globo terrestre e cartas maritimas, veja-se:

Mendo Trigoso.—*Memoria sobre Martim de Bohemia*, no tom. VIII das de Litteratura da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

Alexandre Magno de Castilho.—*Os padrões dos descobrimentos dos portuguezes*. Memorias da precitada Academia, tom. IV, p. I.

Pag. 156

Esta carta é a que fica transcripta integralmente a pag. 184 d'este appendice.

Pag. 171

A respeito das controversias entre Portugal e Castella, sobre o direito á posse das Molucas, veja-se a *Historia da linha de demarcação que repartia o mundo entre Portugal e Castella,* por J. de Andrade Corvo, Jornal da 1.ª classe da Academia, num. XXIII.

INDICE

PAG.

ADVERTENCIA PRELIMINAR DO AUCTOR 5

CAPITULO I.—Nascimento e familia de Fernão de Magalhães.—Embarca para a India.—Expedição á costa oriental da Africa.—Regressa a Portugal.—Magalhães faz a primeira campanha contra Malaca.—Mallograda expedição ás Molucas.—Magalhães regressa a Lisboa.—Faz uma nova campanha em Africa.—Correrias em Azamor.—É ferido com uma lançada.—O rei desattende os seus serviços.—Projectos de futuros descobrimentos.—Rui Faleiro.—Magalhães desnaturalisa-se de Portugal e passa á Hespanha 11

CAPITULO II.—Familia de Diogo Barbosa.—Casa Magalhães com uma filha d'elle.—Faz as suas propostas á Casa de Contratação de Sevilha.—Linha divisoria das possessões hespanholas e portuguezas.—João de Aranda.—Primeiras desavenças com Faleiro.—Viagem de Magalhães e Faleiro a Valladolid.—Serviços prestados a ambos por Aranda.—Celebram com este um contracto dando-lhe parte nos lucros da empresa 25

CAPITULO III.—A côrte do rei de Hespanha.—Magalhães e Faleiro encontram um protector no bispo de Burgos.—Primeiras conferencias com os ministros do rei.—Manisfestam os seus projectos e fazem propostas para tentar novos descobrimentos.—Duvidas cosmographicas suscitadas por esses projectos.—Confiança de Magalhães.—Contracto celebrado com o corôa.—Disposições do rei em favor da viagem.—Ciumes da côrte de Portugal.—Reclamações diplomaticas.—Difficuldades que oppõem os officiaes da Casa de Contratação.—O rei applana-as.—Novas e uteis reclamações do embaixador portuguez 35

CAPITULO IV.—Inutilidade de Faleiro para os trabalhos da esquadra.—Actividade de Magalhães.—Contrariedades que soffria.—Desordem provocada contra elle.—Justiça que o rei faz a Magalhães.—Actividade no aprestamento da esquadra.—Instrucções do rei.—Os agentes portuguezes tratam de peitar Magalhães e Faleiro.—O rei separa

PAG.

este da esquadra.—Ultimos aprestos.—Magalhães recebe o estandarte real.—Saem os navios de Sevilha.—Testamento de Magalhães.—Larga a expedição de S. Lucas de Barrameda..... 47

CAPITULO V.—Noticia da esquadrilha de Magalhães.—Disposições para regular a marcha.—Demora em Tenerife.—Primeiras desintelligencias com João de Cartagena.—Magalhães mette-o em prisão.—A esquadrilha avista as costas americanas.—Entra na bahia do Rio de Janeiro.—Negociações com os indigenas.—Reconhecimento do Rio da Prata.—Arribada á bahia de S. Julião.—Decide-se Magalhães a passar ali o inverno.—Descontentamento dos capitães.—Tramam uma conspiração.—Apoderam-se os sublevados de tres embarcações.—Regidez de Magalhães.—Morte de Luiz de Mendonça.—O chefe da esquadra suffoca a sublevação.—Castigo dos amotinados..... 59

CAPITULO VI.—Manda Magalhães fazer um reconhecimento ao S. da bahia de S. Julião.—Navegação de João Serrão com este fim.—Reconhecimento do rio de Santa Cruz —Naufragio.—Soccorre Magalhães os naufragos que se lhe vem reunir.—Exploração no interior.—Avistam-se alguns habitantes d'aquellas regiões.—Apparente deformidade d'estes.—Relações de Magalhães com os patagões.—Combate dos castelhanos com estes selvagens.—Sae Magalhães do porto de S. Julião.—Obriga-o uma tempestade a arribar ao rio de Santa Cruz.—Continúa a navegação.—Avista o Cabo das Virgens.—Adiantam-se dois navios a fazer uma exploração.—Entrada no estreito..... 73

CAPITULO VII.—Reune Magalhães em conselho os capitães e pilotos.—Estevão Gomes combate o projecto de Magalhães.—A esquadrilha penetra no estreito.—Separa-se a *Santo Antonio*.—De novo consulta Magalhães os capitães da sua esquadra.—Parecer do piloto André de S. Martim.—Continúa a exploração do estreito.—Descoberta do mar Pacifico.—Sublevação na *Santo Antonio*.—Chegam a Sevilha os sublevados.—Fórma-se na côrte um processo para averiguar o procedimento d'elles.—Prisão dos principaes..... 89

CAPITULO VIII.—A esquadrilha de Magalhães entra no grande oceano.—Dão-lhe o nome de Mar Pacifico os maritimos hespanhoes.—Tocam n'umas ilhas que chamaram Desventuradas.—Soffrimentos na esquadrilha, enfermidades e fome.—Chegada dos espanhoes ás ilhas dos Ladrões.—Relações dos hespanhoes com os insulanos.—Roubam estes uma chalupa e são castigados.—Reconhece Magalhães outras ilhas que chamou de S. Lazaro.—Desembarca em uma d'ellas.—Relações e tracto com os insulanos.—Chegada á ilha de Massaguá.—Obsequios trocados com o rei d'essa ilha.—O cavalheiro Pigafetta vae a terra em commissão..... 103

CAPITULO IX.—Chega Magalhães á ilha de Zebú.—Primeiros contractos

PAG.

com o rei d'esta ilha.—Baptismo do rei, da rainha e de perto de oitocentos insulanos.—Castigo dos habitantes da ilha de Mactan.—Magalhães determina atacal-os ao saber que elles se negavam a reconhecer a auctoridade do rei de Hespanha.—Commette esta empresa contra o parecer dos capitães da esquadrilha.—Combate de 27 de abril de 1521.—Temerario arrojo de Magalhães.—Sua morte.—O seu retrato traçado pelo cavalheiro Pigafetta.—Os vencedores recusam entregar o cadaver de Magalhães 117

Capitulo x.—Receios dos castelhanos depois da morte de Magalhães.—O rei de Zebú entra n'uma conspiração contra elles.—Carnificina do 1.° de maio de 1521.—João Carvalho toma o commando da esquadrilha.—Larga da ilha de Zebú, abandonando João Serrão.—Destroe a *Conceição* na ilha de Bohol.—Visita varias ilhas e é deposto do commando.—Chegam os castelhanos ás Molucas.—Tragico fim de Francisco Serrão.—Os reis d'aquellas ilhas reconhecem a auctoridade do rei de Hespanha.—A *Victoria* regressa á Europa.—Padecimentos da navegação.—Os portuguezes tomam-lhes treze homens da tripulação nas ilhas de Cabo Verde.—Chegada a Sevilha.—Premios concedidos pelo rei a Sebastião de Elcano.—Conclusão 131

Illustrações 143

Appendice 175

CORRECÇÕES

PAG.	LINHA	ONDE SE LÊ	LÊA-SE
16	25	á officialidade	a officialidade
19	24	n'um musculo que	n'um musculo de que
20	22	do elles valem	do que elles valem
21	14	adulterado	adulterada
26	25	deviam-lhe ser	deviam lhe ser
44	7	ducados para o que	ducados, ou o que
49	10	de revoltos	dos revoltosos
50	9	sobre a sua cabeça	sobre a cabeça
53	18	eelebrado	celebrado
54	16	As representações	Ás representações
59	11	*Santiego*	S. Thiago
64	13	Santa Luzia	bahia de Santa Luzia
74	1	ara	era
79	29	costamam	costumam
84	12	donfiança	confiança
85	3	a Santiago	a Santo Antonio
118	6	servir-lhe	servir-lhes
123	8	pensassem	pensasse
132	19	A pretxte	A pretexto
»	24	eilada	cilada
145	11	Casal do Pago	Casal do Paço
158	27	dando-lhe um sentido	e dando-lhe um sentido

NB. Na pag. 78 falta a chamada á illustração v.